ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS E PRODUÇÃO DE BASES DE DADOS

conceitos, terminologia e historicidade

Cristina Dotta Ortega (Org.)
Vinicius de Souza Tolentino
Marcelo Nair dos Santos
Camila Mariana Aparecida da Silva

OFICINA UNIVERSITÁRIA
CULTURA ACADÊMICA Editora
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ordenação de documentos e produção de bases de dados: conceitos, terminologia e historicidade

Cristina Dotta Ortega (Organização)
Vinicius de Souza Tolentino
Marcelo Nair dos Santos
Camila Mariana Aparecida da Silva

Ordenação de documentos e produção de bases de dados: conceitos, terminologia e historicidade

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2026

Copyright © 2026, Faculdade de Filosofia e Ciências

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Diretora
Dra. Ana Clara Bortoleto Nery
Vice-Diretora
Dra. Cristiane Rodrigues Pedroni

Conselho Editorial
Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)
Célia Maria Giacheti
Cláudia Regina Mosca Giroto
Edvaldo Soares
Franciele Marques Redigolo
Marcelo Fernandes de Oliveira
Marcos Antonio Alves
Neusa Maria Dal Ri
Renato Geraldi (Assessor Técnico)
Rosane Michelli de Castro

Parecerista
Profa. Dra. Zaira Regina Zafalon
Professora Associada no Departamento de Ciência da Informação e como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Ficha catalográfica

O65 Ordenação de documentos e produção de bases de dados : conceitos, terminologia e historicidade / Cristina Dotta Ortega (organização) ; Vinicius de Souza Tolentino, Marcelo Nair dos Santos, Camila Mariana Aparecida da Silva. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2026.
132 p. : il.
Apoio: CNPq
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5954-672-5 (Impresso)
ISBN 978-65-5954-673-2 (Digital)
DOI https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2

1. Organização da informação. 2. Catalogação. 3. Registros bibliográficos. 4. Número de chamada (Biblioteconomia). I. Ortega, Cristina Dotta. II. Tolentino, Vinicius de Souza. III. Santos, Marcelo Nair dos. IV. Silva, Camila Mariana Aparecida da.

CDD 025.04

Telma Jaqueline Dias Silveira –Bibliotecária – CRB 8/7867

Imagem capa: https://stock.adobe.com/br - Arquivo "AdobeStock_620262719 e AdobeStock_620262719". Acesso em 20/02/2026.

Editora afiliada:

Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

Sumário

Prólogo

Da formação em pesquisa à produção de um livro 7
Cristina Dotta ORTEGA

Capítulo 1

O processo de descrição: funções e aspectos conceituais e normativos 17
Vinicius de Souza TOLENTINO

1 Introdução 17
2 A descrição como processo de Organização da Informação 18
3 A descrição: aspectos conceituais 23
4 As funções da descrição 25
5 O aspecto normativo da descrição 30
6 Considerações finais 35
Referências 36

Capítulo 2

A modernidade da entrada principal de Seymour Lubetzky no registro bibliográfico: uma função esquecida no tempo 39
Marcelo Nair dos SANTOS

1 Introdução 39
2 O contexto e a função da entrada principal de Lubetzky 46
3 A degradação da entrada principal no AACR, segundo Lubetzky ... 52
3.1 A entrada principal no AACR (1967) 53
3.2 A entrada principal no AACR2 (1978) 58

4 A estrutura do formato MARC e as inconsistências na sua implementação *64*
4.1 Desenvolvimento e estruturação do formato MARC *64*
4.2 Inconsistências da representação da obra no formato MARC .. *67*
4.3 O trabalho do bibliotecário na estruturação de registros *73*
5 Considerações finais *75*
Referências *78*

Capítulo 3

Número de chamada: um modelo para ordenação de documentos *83*
Camila Mariana Aparecida da SILVA
1 Introdução *83*
2 A ordenação de documentos *86*
2.1 Atributo documental: a base dos métodos *87*
2.2 Do método aos sistemas de localização *89*
2.3 Composição e inscrição dos códigos *90*
2.4 Funções da ordenação *91*
3 Surgimento e consolidação do número de chamada: o modelo e sua terminologia *93*
3.1 Debates que conduziram ao número de chamada *95*
3.2 Questões terminológicas *99*
4 O número de chamada: estrutura do modelo *101*
4.1 Número de coleção: segmentação *102*
4.2 Número de classe: formação de agrupamentos *103*
4.3 Número do livro: a individualização *105*
5 Considerações finais *110*
Referências *112*

Epílogo

Sobre os processos e modelos de organização da informação abordados neste livro *121*
Cristina Dotta ORTEGA
Referências *131*

Prólogo
Da formação em pesquisa à produção de um livro

Cristina Dotta ORTEGA [1]

A produção de conhecimento decorre de investimento contínuo, individual e coletivo, fundamentado, direcionado, crítico.

Parte fundamental desse investimento encontra-se nas pessoas, pois elas são os agentes do processo. Portanto, a formação dessas pessoas é um diferencial. As etapas de formação para a pesquisa, se consistentes e devidamente articuladas, fornecem a base para que a vida do pesquisador possa se constituir e desenvolver.

Este livro é resultado da trajetória de três pesquisadores. O processo de formação para a pesquisa foi apoiado pela vivência profissional e por interação dialógica realizada entre eles e com a orientadora em diversas atividades que permitiram constituir um grupo de pesquisadores e uma agenda de pesquisa. Como professores universitários, eles construíram a organização cognitiva que permite fundamentar a realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e sua gestão.

[1] Professora aposentada da Escola de Ciência da Informação / Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) / Belo Horizonte, MG / Brasil / ortega@eci.ufmg.br ; Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) / Escola de Comunicações e Artes (ECA) / Universidade de São Paulo (USP) / São Paulo, SP / Brasil

https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2.p7-16

Vinicius de Souza Tolentino, Marcelo Nair dos Santos e Camila Mariana Aparecida da Silva produziram os capítulos deste livro a partir das pesquisas iniciadas em suas teses e dissertações, orientadas por mim entre 2010 e 2022, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG). Em boa parte deste período, os três residiram em Belo Horizonte e vivenciaram a pós-graduação na UFMG, em processo de interação contínua, em que compartilharam o estudo de textos fundamentais, realizando reflexões e debates que permitiram a cada um a compreensão sobre a pesquisa do outro, de tal maneira que, desde esse momento, eles produziram pesquisas conjuntas. Em 2015, após várias reuniões de estudo iniciadas em 2012, e junto a outros alunos da UFMG, formalizamos o grupo de pesquisa "Fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da Organização da Informação", de cujas atividades este livro é produto.

O processo de formação em nível de pós-graduação exige acordos implícitos e explícitos, sustentados por uma boa dose de empatia intelectual e valores compartilhados, ambos nunca integralmente prévios, pois necessariamente construídos. Esse período de mais de 10 anos contou com várias e diversas mudanças ou reorientações de ideias, de trabalho e de vida, tanto dos orientandos quanto da orientadora, além de significativas mudanças de mundo.

A despeito das mudanças e reorientações, e justamente por sabermos que elas ocorrem, os acordos construídos contaram com o entendimento de que se fazia necessário observar o percurso histórico de constituição dos objetos das pesquisas no contexto do campo de conhecimento em que eles se ancoram. A historicidade permite a construção conceitual, evidenciando o acúmulo produzido no campo de conhecimento. O conceito é o conjunto das características de um objeto, características essas que indicam a distinção entre um objeto e outro para uma exploração fundamentada de cada um deles e de suas relações. Como recursos para a construção progressiva do objeto, os conceitos permitem aproximações conceituais contínuas a ele. Tomando os conceitos como recursos de análise e síntese, os termos nos permitem observá-los provisoriamente, com algum grau de estabilidade que os torne operacionalizáveis na comunicação entre os

pares, na produção de conhecimento, nos processos de ensino-aprendizagem e nas aplicações na sociedade. Assim, entendemos que a opção pela discussão dos conceitos e seus termos no decorrer do tempo, observando descontinuidades, retomadas e acúmulos é caminho produtivo e apresenta maior segurança, por sinalizar as zonas de perigo, orientando para a atuação frente aos pontos ainda frágeis do conhecimento em processo de aprimoramento. Afinal, os objetos, e o campo de conhecimento que eles constituem, estão sempre em construção: o que foi dito é posto em questão, e, assim, validado ou não, e, então, continuado ou reformulado.

Sendo assim, fica evidente que, na produção de conhecimento, é fundamental o comprometimento com a terminologia adotada. Esse comprometimento demanda o controle da significação a partir de termos criteriosamente escolhidos, como modo de manter a coerência e consistência do texto. Se as relações termo-conceito são claramente apresentadas no decorrer do texto, haverá maiores possibilidades de compreensão da mensagem pelo leitor. Ao contrário, quando o léxico é adotado de maneira indiscriminada, por meio de unidades do mesmo campo semântico e de campos semânticos aproximados, unidades essas usadas ora isoladamente, ora em combinações diversas, no mesmo texto, não subestimamos as capacidades intelectuais de nosso leitor?

Pelo exposto é que, desde o período das orientações de mestrado e de doutorado até a produção dos capítulos deste livro, estruturas conceitual-terminológicas, construídas em diversos percursos históricos, foram elaboradas e discutidas. Para a composição deste livro, essa metodologia de trabalho se manteve, incluindo a leitura e discussão de cada texto com o autor, com revisões e novas leituras, em várias rodadas, seguidas de reuniões entre todos. Dessa maneira, houve diálogo contínuo a respeito dos conceitos e termos adotados e das questões que eles deveriam sustentar, em torno de cada capítulo e na perspectiva do conjunto da obra. A metodologia de trabalho seguiu o objetivo consensuado desde o início do projeto de produzir capítulos próprios, congregados entre si de maneira coesa segundo o escopo do livro.

Os capítulos que compõem o livro tratam de processos e modelos de Organização da Informação abordados – como buscamos explicar – quan-

to aos seus conceitos, terminologia e historicidade. O processo de descrição foi trabalhado a partir do papel central que exerce no registro da base de dados no que tange à mensagem documentária que se busca elaborar. Tomando o registro da base de dados como um todo, a função da entrada principal foi explorada em sua importância e atualidade como recurso de comunicação com o público sobre a obra e suas diversas manifestações, fazendo jus, assim, às especificidades da produção documental. Por fim, a ordenação foi abordada quanto à produção de arranjos de documentos, explorando o número de chamada como um modelo, portanto, elaborado em um certo tempo, sob certas condições, por determinadas pessoas com preocupações específicas. Afinal, desde a origem, nada do que produzimos poderia ser tomado como universal: tudo é orientado a pessoas a partir da previsão de necessidades.

É o que nos mostram os autores dos capítulos em suas trajetórias.

Vinicius de Souza Tolentino ficou instigado por uma catalogação reflexiva desde sua formação inicial no Curso de Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Em função das particularidades deste curso e de suas próprias características como aluno, Vinicius se ocupou no mestrado do processo da descrição. Afinal, o que regeu o processo da descrição que o conduziu hoje a uma certa estabilidade, simultaneamente a uma rigidez normativa que o simplifica e restringe?

A partir dessas questões, Vinicius escreveu a dissertação "A técnica da descrição em catálogos e bibliografias: contribuição aos fundamentos da Catalogação", defendida em 2015. Ele entendeu que era necessário tratar conceitualmente da recorrente ideia restrita de técnica, para então pautar-se nos recursos da Terminologia para identificar e analisar termos e conceitos relativos à descrição, produzidos a partir de diversas vertentes histórico-geográficas.

No doutorado, Vinicius continuou a ideia, fazendo nova imersão no conceito e na história da descrição, que resultou na tese "Aspectos conceituais do processo de descrição: uma abordagem sob a ótica da Bibliografia

e da Catalogação a partir do livro impresso", defendida em 2021. Pouco antes, em 2017, ele iniciou sua carreira docente no Curso de Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO.

Vinicius abre este livro com o capítulo "O processo de descrição: funções e aspectos conceituais e normativos". Colocando em relevo as funções e a historicidade do processo de descrição, e tratando criticamente da dominante percepção restritiva sobre a normatividade, ele não poderia finalizar de outra maneira o seu texto: segundo ele, "a descrição caracteriza-se como um processo linguístico que visa comunicar algo, cujo arranjo adotado se ampara numa estrutura conhecida que serve de referência" (p. 23).

Marcelo Nair dos Santos buscou pelo mestrado depois de já ter caminhado profissionalmente e de estar atuando como docente do Curso de Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Seu interesse pelo conceito de obra em Catalogação não encontrou adesão imediata nas pesquisas não tão clássicas que já estavam se tornando predominantes no Brasil. Ao ingressar no mestrado, Marcelo empenhou-se intensamente na explicitação dos conceitos e de sua historicidade de maneira rigorosa e esquemática. Produziu a dissertação "Documento como obra: contribuições para a Organização da Informação", defendida em 2013.

O processo de identificação, leitura e sistematização da literatura científica no mestrado conduziu Marcelo a Seymour Lubetzky, autor de capacidade reflexiva extraordinária, atuação política relevante e produção longeva (já que realizada em boa parte do século XX). Lubetzky foi o alvo das pesquisas de doutorado do Marcelo, estudando um recurso de representação documentária praticamente apagado, para não dizer alterado em seu significado original: a entrada principal. O conhecido cabeçalho de autor da chamada ficha principal foi questionado por Marcelo, que, de outra maneira, identificou a função da entrada principal – expressa conceitualmente na literatura – como a representação principal do documento, haja vista considerar a obra e suas manifestações, ou seja, suas edições,

traduções, adaptações, outros. Marcelo ressalta que, a despeito de a questão ser identificada ao menos desde o século XVIII nos famosos debates realizados na Biblioteca Bodleyana, na Inglaterra, e depois no século XIX com Panizzi, na Biblioteca do Museu Britânico, Lubetzky enfatizou a necessidade de contemplar o documento de maneira abstrata na perspectiva da obra que ele representa, distinguindo-a de suas manifestações, para que suas relações possam ser identificadas e apresentadas ao usuário. A discussão realizada por Marcelo em sua tese sobre a entrada principal nos permite afirmar que não se trata de um mero dispositivo do passado, mas do passado que deveria ter construído o presente. Afinal, nenhum campo de conhecimento poderia depender prioritariamente do que está na pauta, devendo, antes, ocupar-se do que sustenta o que está na pauta. Marcelo escreveu, assim, a tese "Fundamentos estruturais do registro bibliográfico: revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação", defendida em 2019.

A partir das pesquisas decorrentes da tese, Marcelo escreveu o capítulo deste livro, não à toa, intitulado "A Modernidade da entrada principal de Seymour Lubetzky no registro bibliográfico: uma função esquecida no tempo". Marcelo nos provoca, tratando de inconsistências de instrumentos documentários tomados de maneira dogmática, ou seja, quase inquestionavelmente, já que compõem o conhecido modelo estadunidense de gestão de bibliotecas. Ele fala também da premência econômica e do peso da tradição catalográfica frente à necessidade de mudanças operacionais, justificadas pela elaboração conceitual do processo. Sempre pautado por Lubetzky, Marcelo imprime sua própria análise crítica e experiência, quando nos fala da necessidade de se produzir registros que forneçam ao usuário a informação sobre a obra da qual deriva uma manifestação e, por sua vez, sobre as diversas manifestações de uma obra, proposta que antecipou em décadas e de maneira bastante fundamentada o modelo FRBR proposto pela IFLA nos anos 1990. Para ele, a exemplo de Lubetzky, "antes de se apropriar de qualquer novidade catalográfica, é preciso examinar, reconhecer, declarar e aplicar criticamente os estudos teóricos e robustos daqueles que nos antecederam" (p. 52).

Camila Mariana Aparecida da Silva chegou ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, da UFMG, munida do repertório adquirido no Curso de Graduação em História, realizado na mesma Universidade. Já no início da graduação, envolveu-se com projeto de pesquisa sobre o tema da ordenação de documentos, decorrente de proposta de escrita de livro feita pelo editor Briquet de Lemos. Briquet – em sua experiência de bibliotecário e professor, além de estudioso do campo – sabia que havia muito a escrever sobre ordenação de documentos, sua história, seus conceitos e seus modelos. Escrevi sobre os conceitos fundamentais da ordenação e das linguagens documentárias classificatórias adotadas nesse processo, enquanto Camila realizou extenso levantamento bibliográfico sobre o tema e escreveu sobre a história da ordenação de documentos e seus modelos e aplicações. Marcelo entrou posteriormente no projeto e escreveu sobre o número de chamada, que era, aliás, a demanda principal de Briquet de Lemos, sempre preocupado em subsidiar as práticas profissionais bibliotecárias. Dessa maneira, em 2016, publicamos, em meio eletrônico, pela Editora Briquet de Lemos, o livro "Ordenação de documentos na atividade bibliotecária".

Antes da publicação do livro, Camila trabalhou na produção de monografia sobre o tema, desenvolvida como atividade geradora de créditos e pela qual recebeu o Prêmio Nacional do concurso de TCCs da ABECIN, em 2015 (o curso de Biblioteconomia da UFMG não possui a atividade obrigatória Trabalho de Conclusão de Curso – TCC). Dando continuidade à pesquisa, escreveu e defendeu em 2016 a dissertação "Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos: propostas do século XIX e início do XX", observando as relações e distinções dos modelos e conceitos produzidos na Europa e nos Estados Unidos.

Como cabe a todo processo da pesquisa, o estudo do tema da ordenação exigiu maior aprofundamento, o que levou Camila a escrever no doutorado sobre a ordenação em sentido amplo – relativa aos arranjos de documentos e aos arranjos de metadados de documentos – e analisar a relação mal discutida deste processo com a classificação bibliográfica. Ela defendeu em 2022 a tese "A ordenação como processo de Organização da Informação: uma discussão (necessária) sobre classificação bibliográfica".

Atualmente, Camila atua como docente do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO.

Dada a trajetória apresentada, Camila nos apresenta o último capítulo do livro, intitulado "Número de chamada: um modelo para ordenação de documentos". Ela demonstra que um modelo não é uma prescrição e depende que se o conheça em suas especificidades, tais como suas funções, métodos e estrutura. Camila afirma que a articulação entre as partes da estrutura de um modelo – como no caso do número de chamada – tem o potencial de evidenciar a enunciação dos arranjos, facultando-se aos usuários explorar relações que extrapolem a significação dos documentos tomados isoladamente (p. 76).

Assim, considerando esses dois processos documentários e os autores deste livro:

Quanto à ordenação de documentos, os três autores do livro de 2016 – Camila, Marcelo e eu – produzimos artigos, apresentações orais para eventos e manuais, como citados por Camila em seu capítulo. Esta foi mais uma de minhas experiências de pesquisa – desde o TCC defendido em 1997 – a demonstrar que a literatura do campo é tão ampla quanto desconhecida. Ao contrário do que parecia no início da pesquisa, a ordenação mostrou-se tema contemporâneo e dos que mais urgem por pesquisas. No caso dos modelos de ordenação de documentos, no Brasil, mal os conhecemos, como nos mostra Camila em seus amplos mapeamentos sobre a literatura, sistematizações e críticas, até então desconhecidos no país. No caso da ordenação de metadados de documentos, que ela explora em sua tese, a dispersão prevalece e não permite reconhecer o processo e seus produtos, que vão desde os arranjos das bibliografias até a visualização das análises bibliométricas, dentre muitos outros.

Sobre a produção de bases de dados, seja quanto ao registro em sua totalidade, seja quanto à descrição, seus fundamentos foram solapados pela corrida tecnológica pautada pela produção centralizada dos registros, nos Estados Unidos, já no primeiro ano do século XX, e depois reiterados na revisão de códigos e formatos, dadas as imposições políticas

de ordem tecnológica e econômica, visando eficiência e economia. Com o passar do tempo, suas bases se esvanecem cada vez mais, aumentando as dificuldades. Os diversos nomes de produtos – catálogos, bibliografias, bases de dados, repositórios institucionais e muitos outros –, são indicativos da quase ausente generalização sobre o processo, em cenário marcado pelo modelo estadunidense de produção de catálogos de biblioteca como referência única e simplificada. Aí está a importância de Vinicius ao demonstrar o papel da Bibliografia, que influenciou a Catalogação e se pautou nela para constituírem, juntas, não apenas a descrição de documentos em bases de dados, mas a matriz disciplinar do campo que nos ocupa. Por fim, mas voltando ao começo, quer dizer, à primeira orientação de mestrado, temos o Marcelo, cujo trabalho investigativo trouxe à tona conhecimento necessário, antes submerso e talvez por isso ainda em processo de elaboração, por tratar-se de conceito que foi enviesado no decorrer do tempo, relativo à produção de um registro bibliográfico completo – a entrada principal –, completude essa sempre dependente, como falamos, das necessidades identificadas sobre cada público.

Esse é o ponto fundamental deste livro: o conhecimento coletivo do campo se fez no decorrer do tempo, passo a passo, sob percalços os mais diversos, pois vertentes diferentes enfatizando aspectos particulares sob olhares específicos produziram elaborações e termos próprios, mas não o acúmulo que seria esperado. Produzimos muito, mas somamos pouco. Como a conta não fecha, o resultado não nos é favorável.

Frente a este cenário, o livro tem por pretensão contribuir para que a nossa conta possa ser revertida e venha a apresentar saldo reconhecidamente positivo.

Boa leitura! Que ela seja proveitosa, suscitando debates e novos textos, que possam estar à frente destes que lhes apresentamos aqui.

Capítulo 1
O processo de descrição: funções e aspectos conceituais e normativos

Vinicius de Souza TOLENTINO [1]

1 Introdução

O processo de descrição é realizado em diversas áreas do conhecimento. Em Organização da Informação, entende-se que o processo de descrição se constituiu inicialmente a partir da produção de catálogos e bibliografias. Nestas bases de dados, a descrição é central, assim como em bases produzidas posteriormente a partir delas. A descrição pode ser definida como o conjunto de informações que tem por função identificar os documentos em um sistema de informação.

Este trabalho foi realizado por meio de exploração da literatura, cujo recorte realizado foi pautado por publicações de autores seminais e expressivos das disciplinas Catalogação e Bibliografia, haja vista que eles realizaram discussões conceituais acerca do processo de descrição em catálogos e bibliografias. O recorte temporal abrange estudos publicados entre 1939 e

[1] Departamento de Biblioteconomia / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Rio de Janeiro, RJ / Brasil / vinicius.tolentino@unirio.br

https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2.p17-38

2023. Para fundamentar o tema, também foram adotadas definições registradas em obras de referência, particularmente em dicionários de Filosofia e Latim.

O trabalho está organizado segundo os tópicos apresentados a seguir. Inicialmente, a descrição é apresentada como um dos processos de Organização da Informação. Em seguida, busca-se conceituar e caracterizar o processo de descrição a partir de dicionários de Filosofia e Latim e de textos de autores especializados em Organização da Informação. Trata-se, então, das funções da descrição, por meio de sistematização realizada a partir das publicações de Klim (1981), Wellisch (1987), Ramos Fajardo (2001), Mauro Guerrini (2007) e Buckland (2017). Por fim, discute-se o papel da normatividade na descrição, considerando-a elemento intrínseco do processo, mas não exclusivo a ele.

2 A descrição como processo de Organização da Informação

Em termos gerais, a Organização da Informação compreende o conjunto de processos realizados sobre documentos, visando comunicar conteúdos de interesse, com o objetivo de subsidiar as atividades realizadas pelas pessoas.

Por meio de processos circunscritos à Organização da Informação, são produzidas as bases de dados. As unidades que constituem uma base de dados são registros. Esses registros assumem diferentes formas, dependendo das características dos públicos, do objeto que se quer representar, das ferramentas escolhidas, da estrutura de disponibilização das informações, entre outros. Isto nos leva a compreender que a produção das bases de dados é dependente das atividades técnicas adotadas, as quais são balizadas por aspectos institucionais e culturais condicionados historicamente.

Os processos se diferenciam quanto à perspectiva realizada, ou seja, o modo de operar sobre e a partir dos objetos. Ortega (2016, p. 58) elucida que "a produção de significação sobre o objeto original, a partir de suas

características diversas (físicas, de identificação, contextuais etc.)", pode assumir uma abordagem bibliográfica, arquivística ou museológica. Tais abordagens não estão condicionadas ao tipo de documento, mas sim ao lugar simbólico em que os documentos são colocados.

> Como a tipologia e suporte documentais não são determinantes para que objetos sejam bibliográficos, arquivísticos ou museológicos, uma biblioteca escolar, por exemplo, pode constituir sua coleção com livros, revistas, quadrinhos, mas também com brinquedos, como carrinhos, bonecas e jogos. Isso significa dizer que estes objetos estão funcionando bibliograficamente, ou seja, com função informacional pedagógica, seja cognitiva, lúdica ou estética. Cada uma destas peças, para uso devido no trabalho de professores, bibliotecários ou outros, deve ser registrada, representada, ordenada e conservada (Ortega, 2016, p. 60).

Os processos realizados em abordagem bibliográfica decorrem dos estudos da Bibliografia, da Biblioteconomia e da Documentação, disciplinas que foram concebidas e desenvolvidas umas em relação às outras.

Levando em conta, neste estudo, a abordagem bibliográfica, os processos de Organização da Informação podem ser sintetizados em: seleção, representação e ordenação.

O processo de seleção envolve o ato de escolher o que entra e o que não entra, compondo o sistema, e o que será retirado dele posteriormente. A seleção é considerada uma etapa preliminar da composição das bases de dados. A representação produz um conjunto de informações estruturadas de forma sistemática que oferece uma imagem do objeto representado, incluindo recursos para acesso aos elementos que compõem essa imagem. O processo de ordenação envolve a proposição de arranjos de documentos e de representações de documentos, nos quais ocorre sua disposição em um determinado espaço (Ortega; Silva; Santos, 2016).

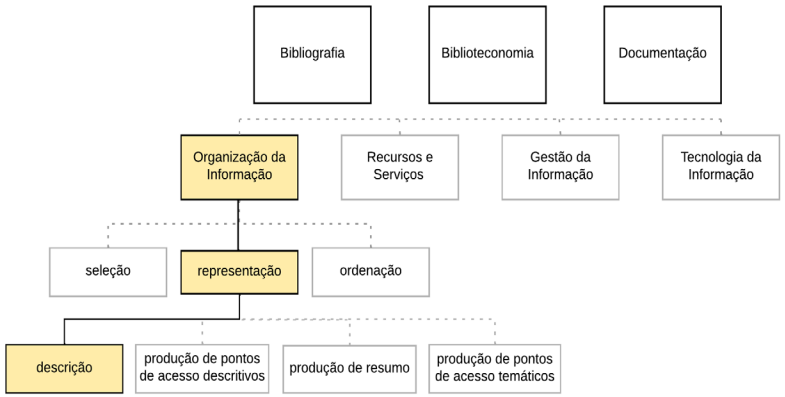
A seleção, a representação e a ordenação são processos adotados na produção de base de dados, tornando possível recuperar informações a partir da escolha de certas características dos objetos.

Quanto à representação, uma das bases de dados mais conhecidas na sociedade é o catálogo de bibliotecas. Nos catálogos, os registros são produzidos envolvendo obrigatoriamente a preparação de descrições bibliográficas e a determinação das formas de pontos de acesso. De uma maneira geral, a elaboração de resumos não foi priorizada nos catálogos, mas ela é realizada, quando se considera necessário.

A descrição, como processo de representação, é objeto de estudo das disciplinas Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação, haja vista que essas disciplinas se ocupam dos processos sobre documentos em abordagem bibliográfica, como foi dito anteriormente. Vale ressaltar que, no contexto brasileiro, a descrição é estudada principalmente pela Catalogação, disciplina que compõe a Biblioteconomia. Destaca-se ainda que o movimento de institucionalização da Documentação, proposta por Paul Otlet e Henri La Fontaine, é posterior ao das disciplinas Bibliografia e Biblioteconomia, de tal maneira que a proposição de seus procedimentos e instrumentos pautou-se pelos avanços realizados nestas disciplinas. Para López Yepes (1995), na disciplina Documentação, a descrição é um processo documentário derivado de um objeto que transmite uma mensagem documentária materializada num suporte, com possibilidade de transmissão ou acesso, configurando assim a natureza do objeto denominado documento.

Para fins de esquematização do contexto do processo de descrição no âmbito da Organização da Informação, elaborou-se a figura abaixo composta por quatro níveis.

Figura 1 – O processo de descrição no âmbito da Organização da Informação



Fonte: elaborado pelo autor a partir das áreas temáticas criadas no EDIBCIC[2].

O primeiro nível apresenta as disciplinas ou áreas denominadas Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação. Nesse nível, estão contemplados os aspectos epistemológicos da área que nos ocupa. O segundo nível contempla as subáreas, dentre as quais a Organização da Informação foi destacada por constituir o escopo da pesquisa.

O terceiro nível é constituído pelos processos circunscritos à Organização da Informação, enfatizando o processo de representação. Por fim, o último nível apresenta os processos específicos da representação, realçando a descrição, que é o processo em discussão desse capítulo.

[2] As subáreas do segundo nível da Figura 1 – Organização da Informação, Recursos e Serviços, Gestão da Informação e Tecnologia da Informação – foram adaptadas das áreas curriculares temáticas propostas nos eventos do Encontro de Diretores das Escolas de Biblioteconomia do Mercosul e do Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia do Mercosul. De acordo com Rodrigues e Guimarães (2003), a primeira proposta de criação das áreas curriculares temáticas que comporiam as diretrizes para os cursos de Biblioteconomia do Mercosul foi apresentada no ano de 1996 no contexto do III *Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecologia, Archivologia, Ciencia da Información y Documentación de Iberoamerica y el Caribe* (EDIBCIC), em Porto Rico. A partir de então, essa proposta foi recebendo alterações. Os eventos em que a proposta foi discutida são relatados na Parte I do livro organizado por Valentim, Rodrigues e Almeida Junior (2014).

O processo de descrição, embora desenvolvido por séculos e séculos, recebeu grande impulso e ganhou a forma mais conhecida hoje a partir do livro impresso, quando este oportunizou a confecção de uma estrutura de representação. Essa estrutura, pautada pelo livro impresso, foi trabalhada por excelência pelas disciplinas Bibliografia e Catalogação, como desenvolvido em pesquisa anterior (Tolentino, 2021).

A disciplina Bibliografia desenvolveu-se a partir da confecção de repertórios bibliográficos, realizada pelos processos de descrição, elaboração de pontos de acesso e resumos dos documentos. Os repertórios possibilitaram a difusão dos livros neles referenciados e dispostos em determinados arranjos. Contudo, a teoria e os métodos bibliográficos levaram ao surgimento de novas ênfases de pesquisa, como destacado por Tennis (2011). Essas abordagens resultaram em diferentes tipos de bibliografia: a bibliografia da obra (discutida na Biblioteconomia e Ciência da Informação), a bibliografia do texto (relacionada aos estudos textuais e à edição acadêmica) e a bibliografia do artefato (focada na história do livro e na ciência forense digital).

A disciplina Catalogação se desenvolveu a partir da elaboração de catálogos em bibliotecas, realizada essencialmente pelo processo de descrição e elaboração de pontos de acesso descritivos.

Como se pode ver, a Bibliografia e a Catalogação se consolidaram, em grande medida, com base na descrição de documentos na forma de repertórios bibliográficos e catálogos, que hoje são conhecidos como bases de dados. Tanto a Bibliografia quanto a Catalogação foram desenvolvidas em torno do livro impresso, que era considerado o suporte material para a transmissão de mensagens e o produto resultante de uma série de atividades. Ambas as disciplinas se caracterizam pela atividade bibliográfica compreendida pelo trabalho com os documentos, tendo por principal função a mediação desses documentos frente a um público, com a finalidade de suprir suas necessidades de informação.

3 A DESCRIÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS

A descrição é uma prática de estruturar representações de documentos. De acordo com Norris (1939), a descrição é tão antiga quanto as próprias bibliotecas e sua gênese é tão vaga quanto a história das primeiras bibliotecas.

A despeito disso, pode-se apontar, por exemplo, a compilação de repertórios denominada 'Prosopografia', cujo principal processo era a descrição (Sabba, 2016), que remete aos fins da Idade Antiga e início da Idade Média. A confecção desses repertórios consistia na descrição sintética de autores e respectivas obras, compondo uma história da literatura. Sabba (2016) apresenta alguns autores que confeccionaram trabalhos 'prosopográficos' como: São Jerônimo, no século IV, Genádio de Marselha, no século V, Isidoro de Sevilha, no século VI, Sigeberto de Gembloux, no século XI, Honório de Autun, no século XII e Henrique de Gent, no século XIII.

Estudos sobre a atividade bibliográfica, de acordo com Zabala-Vázquez (2009), permitem a identificação de formas e características próprias do contexto da atividade, de seus praticantes e de seus produtos. Tomando por base o autor, as atividades bibliográficas são aquelas da Bibliografia e da Catalogação, os praticantes referem-se aos autores de repertórios, aos bibliógrafos e aos catalogadores e os produtos compreendem as bibliografias e os catálogos. O autor desenvolve a ideia, como segue.

> Por isso, se quis falar de atividade bibliográfica, entendida como o conjunto de processos e relações que começam quando um Ente A (pessoa ou instituição) manifesta a um Ente B uma certa necessidade de informação sobre autores, títulos, assuntos ou outros aspectos documentais. Às vezes, o 'Ente A' é o mesmo que o 'Ente B', mas, em qualquer caso, o segundo, usando uma metodologia, uma técnica e uma linguagem especializada entende, dá forma, concretiza e resolve a necessidade original através do desenvolvimento de um projeto. Este último consiste, na maioria das vezes, em buscar, identificar, selecionar, adquirir, descrever, registrar, comparar, estabelecer relações, organizar, estruturar e apresentar determinados documentos, através de um

> produto que pode ter nomes diferentes. Para estes foram utilizados substantivos como *registrum*, *inventarium*, *catalogus*, *nomenclator*, *index*, *bibliotheca*, *epitome*, *repertorium*, *apendix*, *bibliographie*, etc. Todos eles retêm as características da necessidade levantada pelo 'Ente A', as características do 'Ente B' e a metodologia seguida para a realização do produto (Zabala-Vázquez, 2009, p. 889, tradução nossa).

Em cada um desses momentos, sob cada um desses nomes, em cada repertório compilado e de acordo com uma certa intenção, é possível identificar menções diretas à representação dos objetos. Segundo Zabala-Vázquez (2009), sob as diferentes configurações, incide uma série de variações terminológicas cujo ponto de aglutinação é evidenciado pela descrição.

Hjorland (2023) afirma, em seu artigo sobre o significado, a epistemologia e o uso da descrição na Ciência da Informação, que a literatura sobre a temática é surpreendentemente limitada e seu uso é vago.

Anteriormente, Mey (1987) chegou à constatação similar ao averiguar que a literatura sobre descrição é restrita. De acordo com a autora (1987, p. 40), as obras publicadas na área antes de 1971 dedicavam "poucas páginas à descrição e, às vezes, nenhuma", sendo que, nas escassas menções sobre o processo, ele era apresentado como um método, porém sem desenvolvê-lo.

A primeira edição das Regras para um Catálogo Dicionário, de Charles Ammi Cutter, foi publicada em 1876, sob o título Rules for a printed dictionary catalogue (Cutter, 1876). O processo de descrição nas regras de Cutter era trabalhado como um modelo de transcrição chamado de "Estilo", o que resultava em diferentes formas de elaboração.

Para Svenonius (2009), a descrição é usada em relação a três princípios: 1) quanto aos objetivos de um sistema; 2) quanto às regras gerais em um código que permitem a uniformidade de um sistema; e 3) quanto às diretrizes para construir uma linguagem bibliográfica, no sentido de conjunto de regras utilizadas em um sistema.

Svenonius (2009), apoiando-se em dois cânones de Ranganathan, afirma que a construção de uma linguagem bibliográfica parte do princípio da razão suficiente e do princípio da parcimônia. Segundo o princípio da razão suficiente, os motivos de cada decisão de um projeto devem ser defensáveis e não arbitrários. Quanto ao princípio da parcimônia, se existem formas alternativas para se alcançar uma meta de um projeto, deve-se preferir aquela que favoreça a economia geral. Assim, a descrição deve ser norteada por um projeto, cujo conjunto de decisões sejam defensáveis e não arbitrários e cuja forma de realização seja orientada à economia geral.

No dicionário de Latim, de Lewis e Short (1879), duas definições são colocadas: a primeira compreende o termo descrição enquanto representação, cópia, transcrição; a segunda como uma disposição adequada, ordem, arranjo. Em dicionários de Filosofia, Abbagnano e Ferrater Mora apresentam as seguintes definições: o caráter individualizante da descrição em referência a um objeto existente (Abbagnano, 2007, p. 240-241); e a indicação de que a descrição é suficiente para certos propósitos, mas nunca completa (Ferrater Mora, 2004).

A partir dessas definições, infere-se que a descrição apresenta as características do documento de maneira singular e propõe sua disposição ordenada. Desse modo, na descrição, pode haver ênfase ou omissão de informações pertinentes, de acordo com o propósito, ou seja, todo o produto elaborado pela descrição é um recorte de um momento e de uma cultura.

4 As funções da descrição

A partir das obras dos autores Klim (1981), Wellisch (1987), Ramos Fajardo (2001), Mauro Guerrini (2007) e Buckland (2017), pode-se falar em funções do processo de descrição em bases de dados.

Klim (1981) compreende que o processo de descrição se alicerça em dois planos: o primeiro centrado no estudo da essência, dos padrões desenvolvidos e da metodologia da descrição, e o segundo nos métodos utilizados em diferentes bases de dados. Essa ramificação se faz necessária,

pois, de acordo com o autor, o conjunto de informações sobre um documento, ou seja, o produto do processo de descrição reflete suas funções em um sistema de informação, constituído por uma estrutura de elementos previamente definidos. Caso contrário, consistir-se-á em uma lista exaustiva das propriedades dos documentos sem um objetivo claro.

Em vista disso, Klim (1981, p. 55) apresenta três funções do processo de descrição bibliográfica realizado em bases de dados:

1. informação: consiste, primeiramente, em prover informações sobre a existência de um documento específico para, depois, comunicar diversos tipos de informações como autores, título, tamanho, público a que se destina.
2. identificação: consiste em assegurar que a descrição bibliográfica e o documento a ela correspondente sejam idênticos, para o que, os elementos da descrição bibliográfica devem ser formulados previamente e em número suficiente; e
3. recuperação: consiste em recuperar as informações de um documento em qualquer sistema de informação, a partir dos pontos de acesso descritivos.

Wellisch (1987, p. 22-23) parte do contexto de um sistema de controle bibliográfico com intenção de recuperar as informações de um documento, propondo as seguintes funções:

1. identificação do documento: os substitutos dos documentos devem identificar cada documento de maneira única, por meio das regras de catalogação descritiva;
2. registro dos substitutos dos documentos: os substitutos devem ser registrados por letras e/ou dígitos que sejam conhecidos tanto pelos operadores quanto pelos usuários do sistema; e
3. ordenação dos substitutos dos documentos: os substitutos dos documentos devem ser ordenados em sequência fixa e universalmente conhecida (alfabética, numérica ou alfanumérica), de

> acordo com as regras de arquivamento e ordenação do sistema. A cada substituto, ou seja, as informações de um documento, é atribuído um lugar único e, por conseguinte, previsível, a partir do qual poderá ser recuperado.

Ramos Fajardo (2001) concebe o processo de descrição como um conjunto de elementos necessários e essenciais que identifica um documento, de acordo com a norma e com a escolha do nível de exaustividade da descrição.

No entendimento de Guerrini (2007, p. 16), três funções são reconhecidas:

1. identificação: demanda fornecer características necessárias para distinguir um documento de outro e de outras edições;
2. caracterização: requer que a descrição apresente o contexto do documento em relação a outras publicações; e
3. apresentação: certifica que os dados sejam disponibilizados de forma semelhante aos registros dos outros documentos inseridos no catálogo.

Nos estudos realizados por Buckland (2017, p. 78-79), as funções são apresentadas da seguinte maneira:

1. caracterização do documento: informa qual é a sua tipologia, a temática trabalhada, de onde veio;
2. representação do documento: funciona como substituto do documento; e
3. relação entre documentos.

A partir das funções, de acordo com o autor, a descrição tem por objetivo permitir a identificação de cada documento e a seleção de documentos de interesse.

O Quadro 1 abaixo apresenta a sistematização das funções propostas para o processo de descrição na compreensão dos autores citados.

Quadro 1 – Funções do processo de descrição

Autores	Funções
Klim (1981)	1) informação sobre o documento 2) identificação do documento 3) recuperação do documento
Wellisch (1987)	1) identificação do documento 2) registro dos substitutos dos documentos 3) ordenação dos substitutos dos documentos
Ramos Fajardo (2001)	1) identificação do documento
Mauro Guerrini (2007)	1) identificação do documento 2) caracterização do documento 3) apresentação do documento
Buckland (2017)	1) caracterização do documento 2) representação do documento 3) relação entre documentos

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quanto às funções do processo de descrição trabalhadas pelos autores, nota-se que todas eles, menos Ramos Fajardo, realizaram uma segmentação tripartite. Quanto às funções em si, somente uma é comum a todos os autores: a identificação, caracterizada pela sistematização dos elementos que remetem aos documentos, singularizando-os. De outra maneira Buckland entende que a identificação é o objetivo da descrição, a qual é alcançada por meio de três funções, quais sejam, a caracterização e a representação do documento e a relação entre documentos.

A função de caracterização, conforme proposta por Guerrini e Buckland, refere-se ao reconhecimento de uma tipologia documental por meio da apresentação do contexto do documento em relação a outros. Esse conceito está alinhado com a proposta de Klim, que define a fun-

ção de informação como a provisão de informações sobre um documento específico.

A ordenação dos substitutos dos documentos, segundo Wellisch, refere-se à produção de índices de acesso aos registros dos documentos. Klim, por sua vez, menciona os pontos de acesso descritivos, no entanto, apenas quando trata da função de recuperação. Duas distinções se fazem necessárias. A descrição é um conjunto de informações sobre o documento e os pontos de acesso descritivos que compõem os índices são produzidos a partir dos elementos da descrição; cada grupo de elementos possui sua própria função. Quanto à recuperação, ela é o objetivo do sistema. O objetivo do sistema é o que se pretende alcançar a partir do conjunto das funções.

Assim, a segmentação tripartite proposta pelos autores não se confirma totalmente, pois há uma sobreposição entre as funções e o objetivo do sistema. Buckland, por sua vez, faz uma distinção entre objetivo e funções, enquanto as funções da descrição são abordadas de maneira diferente entre os autores. A despeito disso, os autores produzem acúmulo de conhecimento sobre o processo de descrição, a partir do qual é possível elaborar questionamentos e sistematizações.

Outro modo de discorrer sobre o processo de descrição é proposto por Serrai (1994 *apud* Guerrini, 2007). Para o autor a descrição é realizada por meio de um conjunto de marcações formais destinadas à autoidentificação, autocaracterização e autoapresentação. Para Serrai (1994 *apud* Guerrini, 2007), a imagem bibliográfica dos documentos é preparada pelo autor ou pela editora, por meio de marcações que produzem:

1. a descrição bibliográfica como apresentação para fins catalográficos, de citação e de referência, atuando como representação de um documento; e
2. a descrição bibliográfica autorreferencial que diz respeito à emissão e ao estado das cópias da mesma edição de uma obra, informando suas condições de impressão, publicação e venda (Serrai, 1994, p. 173 *apud* Guerrini, 2007, p. 17).

Deste modo, Serrai explora a descrição em bases de dados, assim como em publicações, incluindo as características de cada exemplar e sua circulação.

Considerando as falas dos autores, pode-se afirmar que a função elementar do processo descritivo é a identificação do documento por meio de sua individualização, na forma de um registro, visando sua recuperação. A individualização do documento ocorre pela proposição de uma estrutura, baseada nos elementos descritivos correspondentes à tipologia do documento, e pela produção do registro de maneira uniforme, segundo a estrutura proposta e as características do documento que está sendo descrito. A recuperação, por sua vez, é viabilizada pela produção de índices a partir dos pontos de acesso descritivos dos registros, e só ocorre se houver a comunicação entre usuário e sistema.

5 O aspecto normativo da descrição

Um ponto a ressaltar ao explorar o processo de descrição é o seu aspecto normativo, haja vista que ele é recorrentemente evidenciado na literatura técnico-científica e nos manuais de produção de registros de bases de dados.

Autores como Lalande (1988), Calenge (1998) e Abbagnano (2007) apresentam definições que contribuem para a discussão sobre o entendimento de norma. No entendimento de Lalande (1988), normativo diz respeito à constituição de normas como uma fórmula (Lalande, 1988). Para Calenge (1998), norma é a imposição de uma prática sem adaptações. Segundo definição apresentada em dicionário de Filosofia de Abbagnano, 'normativo' é um adjetivo que corresponde a dois sentidos atribuídos à palavra 'norma'.

> lº é Normativo o que prescreve a regra infalível para alcançar a verdade, a beleza, o bem, etc, ou seja, um bem absoluto; 2º é Normativo uma fórmula técnica que garanta o desenvolvimento eficaz de certa atividade. Na segunda metade do séc XIX foram chamadas de Normativo, no 1º sentido, as ciências filosóficas especiais (lógica, ética e estética) às quais se atribuiu a tarefa de prescrever as normas com as quais o pensamento, a vontade e o sentimento deveriam ajustar-se para alcançar a verdade, o bem e a beleza (Windelband, Rickert Wundt, Simmel, Husserl e outros). Nesse sentido, a qualificação de Normativo foi repelida pelas disciplinas acima. Não se pode, porém, negar que existam disciplinas Normativas no 2º sentido, de formular hipoteticamente técnicas aptas a garantir o desenvolvimento eficaz de determinadas atividades (Abbagnano, 2007, p. 717).

Com base no exposto, normativo refere-se à construção de uma norma como prescrição para realização de uma atividade. O aspecto normativo do processo de descrição pode ser compreendido como a elaboração de um modelo operativo de caráter prescritivo. Enquanto modelo operativo de caráter prescritivo, a norma advém da construção e reformulação contínuas de procedimentos para a finalidade do processo de descrição. A norma, nesse sentido, tem a função de prescrever a execução do processo, não de fundamentá-lo, embora faça isso de acordo com seus próprios critérios. Ela é construída levando em conta a fundamentação do processo, considerando os fundamentos de uma maneira específica. Em outras palavras, a norma é baseada na caracterização do processo.

A partir da proposta de Ortega (2013) sobre níveis de manifestação para a Organização da Informação, propõe-se uma adaptação visando contemplar a caracterização do processo de descrição. Assim, quanto à descrição, propõem-se os seguintes níveis, como esquematizado no Quadro 2.

Quadro 2 – Níveis de manifestação do processo de descrição na Organização da Informação

Níveis de manifestação	Definição dos níveis de manifestação
teórico	Conceitos que compreendem as características fundamentais do processo, incluindo suas funções.
metodológico	Conjunto de procedimentos que norteiam o processo e a elaboração de modelos e instrumentos normativos que servem de referência nos sistemas.
pragmático	Parâmetros que orientam a realização contextual do processo, considerando o interesse dos públicos e as características dos documentos.
normativo	Prescrições construídas como padrão para a funcionalidade e regulação de cada sistema.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da adaptação de Ortega (2013, p. 185-186).

No Quadro 2, o processo de descrição é percebido em quatro níveis de manifestação: o teórico, o metodológico, o pragmático e o normativo. A proposta apresentada de segmentação por níveis se deve às possibilidades que oferece de compreender mais especificamente como o processo de descrição se manifesta. Podemos entender os níveis como abstrações que permitem explicar as aplicações, como aquelas da prática profissional e das pesquisas empíricas. Tais níveis estão hierarquicamente relacionados entre si, de modo que cada um se explica pelo nível anterior, que é sempre mais abrangente que o seguinte.

A compreensão das características fundamentais e conceituais do processo de descrição encontra-se no nível teórico.

Os procedimentos que norteiam o processo de descrição – como, por exemplo, aqueles relativos a sua especificidade e a ordem dos elementos –, e a elaboração de modelos e de instrumentos normativos, que servem de referência para as bases de dados, encontram-se no nível metodológico.

A disponibilização de informações sobre um documento em base de dados demanda a previsão de uso dessas informações. Em função disso, o nível pragmático é pertinente ao reconhecer que o processo de descrição é trabalhado de forma diferenciada em cada sistema, ou seja, segundo o

interesse de cada comunidade específica e levando em consideração as características dos documentos.

O nível normativo se explica pela prescrição adotada como padrão para manter a uniformidade dos registros das bases de dados, pautados por instrumentos normativos e modelos que orientam o modo de operacionalização das bases de dados. Esse nível exige – em cada sistema – a elaboração de uma política e seu registro, por meio da produção de manuais.

A baixa compreensão sobre funções, métodos e características do processo de descrição, apoiado pela percepção da normativa, como capazes por si mesmas de conduzir o processo e pautar decisões, relegou a descrição a um lugar de pouca importância, haja vista que ela passou a ser entendida por muitos como um processo mecânico. A descrição foi um processo em grande medida explicado pela transcrição linear dos elementos registrados na folha de rosto dos livros impressos. Nesse sentido, a descrição seria a transcrição de uma parte específica do documento, com o próprio documento apresentando os elementos e sua ordem de apresentação. No entanto, essa abordagem contraria a função fundamental da descrição, pois se concentra apenas nos documentos, desconsiderando as necessidades de informação para as quais os documentos devem ser direcionados. Além disso, essa concepção se aplica apenas a documentos altamente normalizados, como será discutido a seguir.

A grande ênfase atribuída ao nível normativo da descrição culminou na normalização como modo imperativo de realizar o processo, em especial no âmbito da Catalogação. Os códigos criados tiveram como principal referência o livro impresso, particularmente, o livro impresso produzido após o século XIX, que se caracteriza pela normalização editorial. No entanto, na contemporaneidade, os profissionais lidam cada vez mais com documentos materializados em diferentes suportes, com múltiplos formatos de conteúdo e que nem sempre apresentam os elementos principais registrados neles, como ocorre em boa parte dos livros impressos. Há de se mencionar também os livros produzidos antes da normalização editorial, além de todos os documentos que não pertencem a tipologia documental livro. Essa circunstância reforça a necessidade de reflexão sobre o processo de descrição, uma vez que ele foi marcado pela produção e uso de normas

por longos períodos a partir de uma mesma tipologia documental, materializada no mesmo suporte. Por esse motivo, a compreensão do processo não pode estar limitada ao nível normativo, pois as normas são datadas, pontuais e necessitam de atualizações.

Assim, o processo de descrição, trabalhado na Organização da Informação, pode ser apreendido segundo um conjunto de conceitos, realizado por métodos, segundo aspectos pragmáticos (contextuais), e regulado em cada sistema por meio da adoção de padrões.

Desse modo, a descrição caracteriza-se como um processo linguístico que visa comunicar algo, cujo arranjo adotado se ampara numa estrutura conhecida que serve de referência.

No âmbito internacional, ações e programas promovidos pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) trataram do processo de descrição impactando a prática profissional, o ensino e a pesquisa. Essas ações e programas são: *International Conference on Cataloguing Principles* (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação), em 1961; o *International Meeting of Cataloguing Experts* - IMCE (Encontro Internacional de Especialistas em Catalogação), em 1969; e o programa de Controle Bibliográfico Universal, adotado pela Unesco a partir da década de 1970. Essas ações e programas contribuíram para o aumento das publicações sobre o tema e para a criação da norma intitulada *International Standard Bibliographic Description* - ISBD (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada), publicada em 1971. Esta norma apresenta um padrão de descrição, estruturado em áreas e elementos organizados em uma ordem específica, com uma pontuação fixa que delimita e identifica cada um deles.

Essas ações internacionais voltadas para a padronização da descrição possibilitaram um nível maior de formalização na comunicação de informações. Assim, a literatura começou a discutir os princípios e funções do processo de descrição, permitindo que ele fosse abordado de maneira independente, ou seja, de forma autônoma em relação a outros processos. Isso significa que, embora o processo de descrição esteja articulado com outros

processos de Organização da Informação, ele pode e deve ser analisado isoladamente.

6 Considerações finais

Como pudemos constatar, a função elementar do processo descritivo é a identificação do documento por meio de sua individualização, na forma de um registro, visando sua recuperação. Embora a discussão sobre o processo de descrição seja relativamente recente, observa-se que houve avanços tanto na literatura quanto na prática profissional. No entanto, esses avanços ainda são pouco conhecidos.

Em grande medida, esse desconhecimento se deve à predominância da vertente estadunidense de trabalho em bibliotecas no Brasil, caracterizada por seu viés econômico e ideológico. Essa vertente contribuiu para a perpetuação de um pensamento cristalizado, que tem reiterado continuamente a ideia de descrição como uma atividade empírico-normativa. Ao mesmo tempo, os estudos na área que enfocam a informação como fenômeno não abordam adequadamente as questões do uso qualificado da informação. Isso tem desviado tempo e energia necessários para acumular dissensos e consensos que poderiam destacar os avanços já realizados e promover novos progressos, fornecendo um verdadeiro impulso ao campo. O resultado da predominância dos estudos empírico-normativos, por um lado, e dos estudos informacionais, por outro, foi o agravamento da a-historicidade, conduzindo a abordagens anacrônicas e a uma estrutura conceitual e terminológica frágil.

O processo de descrição não se limita a uma técnica sem reflexão, baseada somente na transcrição de elementos constantes em um objeto, segundo uma norma específica. A abordagem do processo de descrição pautada somente pelas questões normativas não revela seus fundamentos.

A caracterização do processo de descrição segundo as disciplinas Bibliografia e Catalogação possibilitou ampliar a compreensão do processo para além da explicação recorrente, que é realizada por via da abordagem

normativa. O processo de descrição ficou em grande medida subscrito a certas normativas que, por consequência, conduziram à determinação de uma estrutura para o processo. A distinção entre o processo de descrição e os instrumentos normativos não é algo explícito na disciplina Catalogação, o que aponta para pesquisas ainda por realizar.

Afinal, como dissemos, a descrição caracteriza-se como um processo linguístico que visa comunicar algo, cujo arranjo adotado se ampara numa estrutura conhecida que serve de referência.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed., rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BUCKLAND, Michael. **Information and society**. Cambridge, MA: MIT Press, 2017.

CALENGE, Bertrand. Peut-on définir la Bibliothéconomie?: Essai theórique. **Bulletin de Bibliothèques de France**, n. 2, p. 8-20, 1998.

CUTTER, Charles A. Rules for a printed dictionary catalogue. *In*: UNITED STATES OF AMERICA. Department of the Interior. Bureau of Education. **Public libraries in the United States of America**: their history, condition, and management. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1876. parte 2.

FERRATER MORA, José. Descrição. *In*: FERRATER MORA, José. **Dicionário de filosofia**: tomo I (AD). 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 676-678.

GUERRINI, Mauro. Catalogazione. *In*: SOLIMINE, Giovanni; WESTON, Paul Gabriele. **Biblioteconomia**: principi e questioni. Roma: Carocci, c2007. p. 185-220. Disponível em: http://eprints.rclis.org/13369/1/Guerrini_Catalogazione.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

HJORLAND, Birger. Description: its meaning, epistemology, and use with emphasis on information science. **JASIST**: Journal of the Association for Information Science and Technology, Leesburg, VA, v. 74, n. 13, p. 1532-1549, Dec. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1002/asi.24834. Acesso em: 12 nov. 2025.

KLIM, I. L. Developing a theory of bibliographic description. **Scientific and Technical Information Processing**, [Russia], v. 1, p. 50-58, 1981.

LALANDE, André. **Vocabulaire technique et critique de la philosophie**: volume 2 NZ. 16. éd. France: Quadrige: Presses universitaires de France, 1988.

LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles. Descriptio. *In*: LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles. **A latin dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1879.

LÓPEZ YEPES, José. **La documentación como disciplina**: teoría e historia. 2. ed. actual. y ampl. España: Ediciones Universidad de Navarra, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catalogação e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

NORRIS, Dorothy May. **A history of cataloguing and cataloguing methods, 1100-1850**: with an introductory survey of ancient times. London: Grafton & Co., 1939.

ORTEGA, Cristina Dotta. Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 182-215, abr./jun. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000200012. Acesso em: 12 nov. 2025.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 41-64, ago. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp41-64. Acesso em: 12 nov. 2025.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **A ordenação de documentos na atividade bibliotecária.** Brasília: Briquet de Lemos, 2016. Disponível em: https://archive.org/details/OrdenaoDeDocumentosNaAtividadeBibliotecria. Acesso em: 20 abr. 2025.

RAMOS FAJARDO, Carmen. Principios generales e instrumentos de catalogación. *In*: PINTO MOLINA, María (ed.). **Catalogación de documentos**: teoría y práctica. 2. ed. rev. y actual. Madrid: Editorial Síntese, 2001. cap. 1.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão pedagógica da pesquisa nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: reflexões sobre uma trajetória de harmonização curricular. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 149–163, maio/ago. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/wPksS6RbXRrXCfFL6dGwZ3J/?format=html&lang=pt. Acesso em: 12 nov. 2025.

SABBA, Fiammetta. Natureza e origem da bibliografia: uma perspectiva disciplinar para contemporaneidade. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 65-98, ago. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp65-98. Acesso em: 12 nov. 2025.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of Information Organization**. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.

TENNIS, Joseph T. Is there a new bibliography? **Cataloging and Classification Quarterly**, v. 49, n. 2, p.121-126, 2011.

TOLENTINO, Vinicius de Souza. **Aspectos conceituais do processo de descrição**: uma abordagem sob a ótica da Bibliografia e da Catalogação a partir do livro impresso. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de (orgs.). **Estudos sobre a formação do profissional da informação no Brasil e no Mercosul**. Marília ; São Paulo : Fundepe ; Abecin, 2014. Parte I: p. 17-209. Disponível em: https://edicic.org/pt/wp-content/uploads/2023/05/Livro_Estudos-sobre-formacao-profissional-informacao-Brasil-Mercosul.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

WELLISCH, Hans H. **A cibernética do controle bibliográfico**: para uma teoria dos sistemas de recuperação da informação. Brasília: IBICT, 1987.

ZABALA-VÁZQUEZ, Jon. Una propuesta lingüístico-epistemológica para la actividad bibliográfica. *In*: GARCÍA CARO, Concepción; VILCHEZ PARDO, Josefina (coord.). **Homenaje a Isabel de Torres Ramírez**: estudios de documentación dedicados a su memoria. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2009. p. 883-908.

Capítulo 2

A modernidade da entrada principal de Seymour Lubetzky no registro bibliográfico: uma função esquecida no tempo

Marcelo Nair dos SANTOS[1]

1 Introdução

O termo modernidade utilizado no título deste trabalho pode soar inadequado, quiçá contraditório ou controverso. Num primeiro momento, buscou-se substantivos sinônimos para intitular: atualidade, importância, pertinência, relevância, validade, dentre outros com significado semelhante. Não se pode negar que cada uma das alternativas poderia refletir a abordagem deste trabalho em maior ou menor grau. No entanto, optou-se por "modernidade" porque – etimologicamente – designa aquilo que é recente, atual, hodierno e dos nossos dias. Com isso, buscamos nos debruçar sobre o presente, indicando que a função de uma "entrada principal" nunca deixou de existir e faz parte do aqui e agora em que estamos inseridos, ou seja, sua função ainda é pertinente, é válida, comporta os avanços tecnológicos recentes e acompanha as ideias da catalogação do tempo presente. Com esse sentido, não deve ser

[1] Departamento de Biblioteconomia / Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas / Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / Vitória, ES / Brasil / marcelo.santos@ufes.br

https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2.p39-81

confundido, portanto, com os períodos históricos, artísticos, literários e outros designados por termos afins (moderno ou modernismo).

Em adição, é interessante notar que o sentido de modernidade em questão contrasta com o da tradição (o ato de transmitir técnicas, fatos ou dogmas de uma geração a outra), de sorte que se a entrada principal for observada tradicionalmente, então sua modernidade pode ser obscurecida. Se, no entanto, ela for examinada etimologicamente em sentido moderno, então fica evidente que tal sentido excede ao da tradição e da obsolescência que aparentemente o termo entrada principal evoca nos estudos de Catalogação.

Abrindo parêntesis, cumpre esclarecer que se grafa 'Catalogação' como substantivo próprio para designá-la enquanto campo de estudo teórico-metodológico, em contraponto ao substantivo comum designador dos processos de produção de registros bibliográficos. Essa distinção de nome próprio para tal fim se estende a casos análogos que ocorram no texto.

Dito isso, pode-se então prosseguir dizendo que a história da Catalogação nos revela que é comum haver novas propostas ou novidades catalográficas, como – por exemplo – um novo código, modelo ou padrão catalográfico ou, ainda, um novo recurso tecnológico pelo qual a catalogação pode ser efetivada. O problema disso surge quando se adota tais propostas apressadamente, sem as devidas reflexões e reformulações sobre os fundamentos dos novos instrumentos catalográficos, ignorando os avanços catalográficos do passado e pressupondo que a catalogação deve ser determinada pelo que é novo, sobretudo pelos avanços tecnológicos. Ora, se não se observa seus fundamentos, a catalogação pode se desajustar ou avançar desviadamente, como se deu, desde o início, com os catálogos automatizados com registros que imitavam o catálogo em fichas, sem os devidos ajustes.

Esse é o caso da entrada principal, uma expressão fortemente associada a catálogos compostos por fichas catalográficas. Estes catálogos predominaram no cenário das bibliotecas brasileiras até grande parte da segunda metade do século XX, quando o protagonismo da entrada principal

era mais efetivo e destacado, conforme estabelecido nas regras contidas nas edições de 1967 e de 1978 do Código de Catalogação Anglo-Americano (*Anglo-American Cataloging Rules* - AACR).

É preciso considerar que a segunda edição desse Código de 1978 tentou reduzir tal protagonismo, pois foi concebida para conciliar adeptos e contrários ao estabelecimento de uma entrada principal, conforme está expresso textualmente na Regra 0.5: "[...] reconhece-se, no entanto, que muitas bibliotecas não fazem distinção entre entrada principal e outras entradas. Recomenda-se que estas bibliotecas usem o capítulo 21 como guia na determinação de todas as entradas requeridas em determinados casos" (The Joint Steering Committee for Revision of AACR, 2004, p. 1).

A pretendida conciliação, no entanto, teve efeitos autoimunes na consistência estrutural estabelecida na primeira edição do código, de 1967, que já apresentava regras incompatíveis com o ideal de Lubetzky. A regra 0.5 da edição de 1978 contribuiu decisivamente para que muitos catalogadores questionassem a validade de estabelecer uma entrada principal, sobretudo na catalogação realizada para constituir, por exemplo, bases de dados em meios eletrônicos, entendendo que ela seria imprópria e obsoleta na catalogação atual (Bierbaum, 1994; Conners, 2008; Hamdy, 1973; Winke, 1993). Como buscamos demonstrar neste texto, essa situação foi devida ao fato de que o sentido da entrada principal, defendido por Seymour Lubetzky, professor e estudioso da Catalogação, foi simplesmente ignorado em algumas regras.

Antes de prosseguir, no entanto, cumpre lançar holofotes à dupla acepção atribuída ao termo **entrada principal**, posto que há certas nuances a serem esclarecidas.

Na primeira acepção, a entrada principal (ou ficha principal) é percebida geralmente como a entrada unitária ou fundamental composta com as informações bibliográficas completas da descrição catalográfica de um documento e dos seus pontos de acesso, do qual se podia criar uma ou mais entradas secundárias (as fichas secundárias). Nessa acepção, é possível notar que uma entrada principal equivale a registro bibliográfico, pois este último, nas palavras de Reitz (2014), é definido como a "entrada que

representa um item específico em um catálogo de biblioteca ou base de dados bibliográfica, contendo todos os elementos de dados necessários para uma descrição completa, apresentada em um formato bibliográfico específico". Desse modo, entende-se que a entrada principal designa o registro bibliográfico por inteiro, não quaisquer de suas partes específicas. Nesse entendimento, a entrada principal (registro bibliográfico) é um conjunto de atributos documentais redigidos de modo lógico e padronizado, a partir dos quais documentos são caracterizados, representados, identificados, relacionados e recuperados em base de dados de modo singular ou plural.

A segunda acepção está relacionada à primeira. Nela, o termo entrada é empregado para se referir também ao cabeçalho da própria entrada, como aponta Harrod (1977, p. 306), ao dizer que o termo, além de designar o registro por inteiro, é frequentemente utilizado para designar a determinação dos cabeçalhos a serem utilizados na entrada. Segundo Conners (2008, p. 86, tradução nossa), "[...] a maioria dos bibliotecários está se referindo ao cabeçalho da entrada principal quando diz 'entrada principal'". Aparentemente, essa é a acepção mais amplamente assimilada na realidade brasileira, tanto no ensino quanto na prática profissional. Afinal, o termo 'entrada' remete à ideia de 'cabeçalho'. Assim, quando se diz entrada principal, entende-se que se trata do primeiro conjunto de elementos a figurar nesse tipo de registro, tanto que os campos 1XX do Formato MARC têm a denominação de entrada principal. A propósito, vale lembrar que o cabeçalho de uma entrada equivale ao que hoje se designa por ponto de acesso em um registro bibliográfico de base de dados *on-line*.

Embora os autores citados evidenciem as duas acepções, parece-nos importante distingui-las porque se referem a aspectos distintos em Catalogação. Para tanto, importa esclarecer que, em nossa pesquisa, assumimos a primeira acepção, ou seja, a de entrada como o registro bibliográfico completo, em acordo com os autores citados. Dessa maneira, convém fazer referência à segunda acepção – cabeçalho da entrada principal – por meio da expressão "entrada sob" ou "entrada por", com o fim de dirimir a dualidade de sentido – a entrada completa ou o cabeçalho da entrada.

Ainda que mais completa, nota-se que a primeira acepção não considera a amplitude e a função plena da entrada principal, delineada por

Lubetzky na segunda metade do século XX. É preciso ir além, tratando-a como **entrada da obra**, abordagem que reflete o ideal de Lubetzky, ou seja, uma entrada (o registro completo), cujo cabeçalho é representativo da obra, motivo pelo qual ele é composto por duas formas invariáveis: nome do autor principal e título da obra. Caso não se determine uma autoria principal, somente uma forma invariável do título da obra assume a condição de representá-la. Sendo assim, há uma função a ser acrescentada à primeira acepção de entrada principal, que aceitamos e evidenciamos por sua maior abrangência em responder às singularidades do registro bibliográfico e de sua estrutura. A entrada principal, que é tema deste capítulo, é definida como a entrada, cujo cabeçalho é representativo da obra.

Esses e outros temas foram tratados em nossa tese de doutorado que revisitou os estudos de Seymour Lubetzky em Catalogação, desenvolvidos entre as décadas de 1940 e 1960, por meio da qual se demonstrou o quanto sua abordagem permanece válida para a estruturação de registros bibliográficos, sejam eles produzidos por computador ou não (Santos, 2019). De fato, sua contribuição fundamental reside na função da entrada principal representativa de uma dada obra e de sua manifestação. Foi por meio dessa função que ele se orientou para sustentar a integridade das regras catalográficas que redigiu durante a editoria de um novo código – o futuro AACR – entre 1956 e 1962.

Tendo isso em conta, é possível identificar as regras do AACR2 que descaracterizam a concepção de Lubetzky quanto à função da entrada principal. Caso essa descaracterização seja devidamente reconhecida e ajustada no processo catalográfico, com o realinhamento do ideal de Lubetzky, então é possível explicar o AACR2 por meio dos fundamentos que sustentam as regras. Essa atitude é essencial para o estudo e a prática catalográfica reflexiva e consistente, pois é necessário que profissionais, pesquisadores e estudantes que atuam na área desenvolvam raciocínio crítico, em contraposição a uma catalogação estudada, explicada e apoiada sobretudo em regras, muitas vezes inconsistentes entre si, conforme pudemos constatar (Santos, 2019). Essa é a atitude que orienta as pesquisas subsequentes à tese e que se busca promover e estimular entre os estudantes de Catalogação.

A propósito, a trajetória que nos conduziu ao presente estudo teve como ponto de partida os estudos de mestrado (Santos, 2013). Neles, ao discutir a noção de obra e de suas vicissitudes, pôde-se constatar que Lubetzky apresentou uma mensagem atual e relevante à catalogação da obra, bem anterior à dos FRBR, a despeito de esse modelo sequer mencionar seus estudos e de outros estudiosos da Catalogação com contribuições similares.

O próprio Lubetzky reconheceu seus predecessores, pois suas contribuições são decorrentes dos estudos em Catalogação do passado, realizados por Antonio Panizzi (1797-1879), por Charles Ammi Cutter (1837-1903) e por outros notáveis da Catalogação que ele considerou em seus trabalhos.

De Panizzi, que elaborou metódica e criticamente regras catalográficas para a Biblioteca do Museu Britânico, Lubetzky tomou os estudos sobre o catálogo, distinguindo: o catálogo de busca, que tão somente auxilia os usuários a encontrar uma publicação específica; e o catálogo completo e preciso, assim chamado para designar o catálogo como instrumento de referência que estratifica nas entradas a obra e suas edições.

De Cutter, que elaborou regras catalográficas em função de objetivos que o catálogo deveria atingir por intermédio de suas entradas, influenciando inclusive os códigos catalográficos da *American Library Association* (ALA) de 1908, 1941 e 1949, Lubetzky promoveu avanços substanciais. Além de buscar aprimorar os objetivos do catálogo, para que expressassem devidamente a distinção entre os termos obra, edição e livro, ele buscou aplicá-los com mais exatidão, evitando exceções baseadas na "conveniência do público", dado que elas só são admissíveis em condições especiais devidamente fundamentadas.

Por isso, cabe sublinhar que não se trata de recorrer vagamente à autoridade de Lubetzky ou simplesmente defender seu ponto de vista, como se quisesse calar e silenciar opiniões contrárias ou aceitar passivamente as suas ideias. Seus estudos, sobretudo a análise crítica do Código da ALA de 1949, influenciaram e revolucionaram a Catalogação, tanto que eles foram reconhecidos pela comunidade internacional de Catalogação. Aliás, convém sublinhar que suas contribuições serviram de ponto de partida às

discussões ocorridas na histórica *International Conference on Cataloguing Principles* (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação), realizada em Paris, em 1961, especialmente nos embates com Eva Verona, a notável estudiosa e bibliotecária iugoslava de ascendência croata, da Universidade de Zagreb, que o contrapôs em muitas ideias.

Examinando o passado, por meio do estudo das regras catalográficas com atitude crítica, Lubetzky teve condições de avançar substancialmente para apresentar uma proposta de entrada principal para a Catalogação fundamentada no conhecimento do campo. Não se pautou em inferências tradicionais de manuais ou em discursos exaltados de certos catalogadores de seu tempo, presos a práticas catalográficas infundadas.

A despeito disso, o ideal de Lubetzky não foi observado integralmente na (re)formulação de códigos catalográficos que sucederam seus estudos, dado que, por exemplo, as edições do AACR, cujos fundamentos iniciais foram elaborados e editados por ele, não seguiram plenamente suas recomendações no tocante à função de uma entrada principal. Em ato contínuo, a incompreensão de uma entrada principal também ficou estampada no projeto MARC (*Machine-Readable Cataloging*, catalogação legível por computador, em português), posto que sua estruturação e implementação, que se apoia naquilo que códigos catalográficos estabelecem, reproduziu as incongruências do código no tocante à estruturação de registros bibliográficos.

Daí provém o objetivo deste estudo, que é examinar o conceito e a função de entrada principal idealizada por Seymour Lubetzky, a fim de demonstrar como tal função deve ser efetivada em registros do AACR e na catalogação legível por computador do projeto MARC. Em vista disso, em abordagem qualitativa, este texto busca examinar conceitos e fundamentos relacionados com o tema em questão, adotando a pesquisa bibliográfica como procedimentos metodológicos predominantes. Nestes aspectos, priorizou-se: o exame dos escritos de e sobre Lubetzky relacionados com a entrada principal, sobretudo os escritos e as fontes documentais contemporâneos aos seus estudos; a consulta a dicionários, enciclopédias e autores que abordam e definem tal entrada; a leitura do documento que deu origem ao Projeto MARC e o sítio da *Library of Congress* (LC), no qual se

apresenta a atual configuração deste formato, observando especialmente os campos e subcampos relacionados à função da entrada na representação da obra; e a leitura de autores que trataram da relação dos campos MARC com o ideal de Lubetzky para a entrada principal.

Para fins de desenvolvimento do texto, além deste tópico introdutório, busca-se nos tópicos subsequentes: definir o conceito e a função de entrada principal idealizada por Lubetzky no contexto histórico de seus estudos (tópico 2), a fim de compreender como ela deve ser efetivada na catalogação; e relatar como se efetivou a estruturação dos registros catalográficos nas edições do AACR (tópico 3) e no MARC (tópico 4), para comprovar que a referida função não foi plenamente seguida tanto nas edições do AACR quanto na implementação desse formato bibliográfico e como isso pode ser resolvido.

2 O contexto e a função da entrada principal de Lubetzky

Seymour Lubetzky (1898-2003) era natural de Zelva, à época sob domínio russo, depois Polônia até a II Guerra Mundial, e atualmente Belarus. Ele imigrou para os Estados Unidos, em 1927, devido à perseguição nazista que aumentava contra os judeus europeus como ele. Ainda na Polônia, segundo Carpenter (1998, p. 185), ele foi educado para ter a capacidade de examinar atentamente os diversos ângulos de um problema, algo que manteve posteriormente em abordagem catalográfica. No novo país, formou-se em Língua e Literatura Alemã, em 1931, mas não teve sucesso como professor de línguas, em parte, por causa da recessão econômica daqueles dias e por causa do antissemitismo (Carpenter, 1998; Svenonius; Mcgarry, 2001).

Encontrou guarida profissional na atividade bibliotecária com o auxílio de Sydney Mitchell, reitor da Universidade da Califórnia, *campus* Berkeley, onde obteve o diploma em Biblioteconomia, em 1934. Graças à sua formação acadêmica, Lubetzky começou a se notabilizar por sua atitude questionadora, racional e propositiva, observada nos artigos espi-

rituosos que ele escreveu, em 1940 e 1941. Em *Capital Punishment for Catalogers*?, de 1940, ele examina o ato de usar maiúsculas (*capital* em inglês) nas entradas catalográficas como pena capital dos catalogadores, pois estes queriam estabelecer meios de grafar palavras que fossem distintos das regras gramaticais da língua (Lubetzky, 2001, p. 10-19). Em *Titles: Fifth Column of the Catalog*, de 1941, ele critica a disseminação excessiva de entradas catalográficas sob títulos alternativos e/ou ajustados a gosto do catalogador, como paliativo a encobrir eventuais falhas das três colunas que sustentam o catálogo: as entradas de título, de autor e de assunto. No entanto, as entradas excessivas saturavam o catálogo, comprometendo seu desempenho; daí, ele dizer que elas eram as quarta e "quinta coluna" do catálogo, esta última referente ao traidor ou sabotador numa guerra, trocadilho apropriado àquele momento de guerra quando se escreveu o artigo (Lubetzky, 2001, p. 23-38).

Notado por esses artigos, Lubetzky foi convidado a trabalhar na LC, com o fim de estudar regras consistentes para a prática catalográfica. Vale salientar que a ascensão de Lubetzky se deu num momento de crise na Catalogação, no qual se discutia a aplicação de regras de catalogação do início do século XX, em especial nos Estados Unidos. Esse ambiente foi retratado em *The Crisis in Cataloging*, artigo escrito por Osborn (1941), a partir dos resultados do trabalho de uma comissão consultiva da LC composta por ele, Carleton B. Joeckel e Paul N. Rice.

Tal crise foi causada pelas ações empreendidas pela ALA e pela LC – protagonistas institucionais da Catalogação –, em especial, a partir de 1901, quando estabeleceram em definitivo um serviço de distribuição de fichas impressas. Desde então, ambas instituições passaram a determinar a catalogação nos Estados Unidos, elaborando, recomendando e definindo regras que buscavam atender todas as situações catalográficas (Henderson, 1976, p. 232).

Nesse contexto, foram publicadas as *Catalog Rules: Author and Title Entries* (Código da ALA de 1908), tidas por Dunkin (1969, p. 10) como um código sem propósito, comparado ao que Cutter (1904) fizera antes. Tentando minimizar os limites problemáticos desse Código, a LC estabeleceu e determinou regras e práticas catalográficas próprias, publicando

inclusive regras suplementares, para atender a cada situação ou caso específico que surgia na catalogação.

Segundo Van Houten (1981), cada regra *ad hoc* tornou-se fonte de controvérsia catalográfica, já que ignorava soluções similares para casos catalográficos análogos. Isso foi inclusive tema de relatório escrito em 1939 por Charles Hastings (*apud* Henderson, 1976, p. 231), chefe da divisão de fichas da LC, o qual deu a entender que as fichas distribuídas pela instituição estavam prejudicando a catalogação nas bibliotecas, sobretudo quando os catalogadores se deparavam com fichas elaboradas a partir de práticas catalográficas conflitantes.

Diante desse cenário, a comunidade catalográfica começou a criticar e clamar por regras mais elaboradas. Um dos clamores foi feito por Julia Pettee num artigo publicado em 1936, no qual ela recomendou revisar cuidadosamente o código catalográfico: "[...] para descobrir princípios básicos que, se aplicados consistentemente, simplificarão os problemas e eliminarão muitas decisões especiais" (Pettee, 1936, p. 290, tradução nossa). Do contrário, disse ela, o código seria uma "[...] enciclopédia de distinções pedantes e orientações específicas para cada capricho possível" (Pettee, 1936, p. 290, tradução nossa). Por isso, em face das críticas, a LC e a ALA constituíram comissões e subcomissões próprias formadas por especialistas em catalogação de dentro e de fora dessas instituições, sobretudo estudiosos críticos.

Em 1941, uma nova edição do Código da ALA foi publicada, como expansão e revisão do Código de 1908, as A.L.A. *Catalog Rules Author and Title Entries*, fruto da *ALA Catalog Code Revision Committee*. No entanto, a nova versão já nasceu com caráter provisório desde sua publicação, por isso é referida frequentemente por versão preliminar, conforme expressado no seu próprio texto (American Library Association, 1941, p. vii).

Foi, pois, nesse contexto de crise e fracasso do Código da ALA de 1941 que o trabalho de Lubetzky na LC teve início. Pressionado pela comunidade catalogadora, a LC e a ALA foram induzidas a empreender esforços conjuntos para revisar regras de catalogação que as tornassem mais simples e práticas. A estratégia foi dividir os trabalhos: à LC, coube revisar

a parte de catalogação descritiva do código; à ALA, revisar as regras dos cabeçalhos das entradas catalográficas.

Pelo lado da LC, Lubetzky mostrou seu valor, realizando estudos sobre regras catalográficas e estabelecendo princípios e fundamentos para a catalogação descritiva (Lubetzky, 2001, p. 79). Ele não trabalhou isoladamente, porque a LC, apoiada pela ALA e pela comunidade catalogadora, promoveu conferências em todo os Estados Unidos, com o propósito de verificar as diferenças básicas da catalogação descritiva em relação às necessidades da LC e às das outras bibliotecas (Library of Congress, 1946). Lubetzky participou ativamente desses eventos e suas contribuições foram registradas no relatório intitulado *Library of Congress*: *Studies of Descriptive Cataloging*, publicado em 1946, no qual o estudioso foi decisivo, embora seu nome só apareça no apêndice E - *Analysis of Current Descriptive Cataloging Practice*. Mais tarde, o resultado do trabalho de Lubetzky pode ser visto nas *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress* (RDC), conhecido como "livro verde", que instruía a catalogação descritiva sem tratar de cabeçalhos das entradas.

A ALA, por sua vez, não promoveu estudo aprofundado sobre cabeçalhos das entradas que permitissem constituir regras coerentes para produzi-los. Por isso, a despeito de declarar seguir princípios, as regras de cabeçalhos das entradas estabelecidas nas *A.L.A. Cataloging Rules for Author and Title Entries* (Código da ALA de 1949, conhecido como "livro vermelho") não alterou substancialmente seu caráter, comparado às versões anteriores de 1908 e 1941.

A aplicação concomitante das regras das RDC da LC e do Código da ALA em catalogação, ambas de 1949, ficou obtusa devido às diferenças dos dois trabalhos, motivo pelo qual Lubetzky chamou-a de divisão salomônica (Lubetzky, 1953, p. 181). A abordagem desigual dos dois códigos conduziu-os a direções opostas: um olhou para frente; o outro, para trás. Daí as críticas não terem tardado, mais desfavoráveis ao Código da ALA e mais elogiosas às RDC.

Com tanto desequilíbrio, a ALA entendeu ser necessário elevar o Código da ALA de 1949 à condição das RDC, sobretudo para firmar o pri-

meiro sobre objetivos e princípios. Tal tarefa, um dos grandes desafios de sua carreira, coube a Lubetzky, o que lhe deu notoriedade em Catalogação e lhe permitiu avançar para além daquilo que fizeram seus precursores do século XIX e seus contemporâneos. Trabalhou dois anos no estudo e seus resultados foram apresentados no conhecido relatório intitulado *Cataloging Rules and Principles*, publicado em março de 1953, pela LC.

O Relatório de Lubetzky – conhecido por essa denominação – teve quatro seções: I. *Is This Rules Necessary?*, em que se expõe a estrutura e as regras problemáticas do Código da ALA de 1949; II. *The Corporate Complex*, estudo etiológico dos cabeçalhos de entidades coletivas nas entradas do catálogo; III. *Design for a Code*, em que se expõe os princípios e objetivos para um novo código catalográfico e a função da entrada principal; IV. *Q's & A's*, composto de respostas às principais dúvidas levantadas por quem apreciou o texto preliminar do relatório (Lubetzky, 2001, p. 78-139).

Nos anos subsequentes à sua publicação, o ideal de Lubetzky para a Catalogação, sobretudo os objetivos do catálogo, foi discutido intensamente nos Estados Unidos e na comunidade catalográfica internacional, em especial, na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada no ano de 1961, em Paris, que ficou conhecida como Conferência de Paris. Antes desse evento, porém, era evidente, nos Estados Unidos, a necessidade de se elaborar um novo código catalográfico à Lubetzky, tanto que ele recebeu a tarefa de editá-lo, em 1956, quando, no âmbito de uma comissão, passou a exercer a editoria do novo código que, anos mais tarde, levaria ao estabelecimento da primeira edição do AACR.

Ele chegou a tecer uma minuta de código, o *Code of Cataloging Rules*, abreviado como CCR e mencionado frequentemente como *Draft Code* (que podemos traduzir como Código Rascunhado). A referida minuta teve várias versões submetidas ao exame crítico da comunidade catalogadora em eventos pelos Estados Unidos, entre os anos de 1958 e 1960. Nas palavras de Lubetzky, as bases do CCR foram firmadas numa "[...] teoria e metodologia de catalogação bem definidas, uma análise sistemática dos vários aspectos do problema e um conjunto coerente de princípios e regras concebidas para produzir um guia eficaz e confiável para os recursos de uma biblioteca" (Lubetzky, 2001, p. 209, tradução nossa). Em 1960, ele

saiu da LC para ser professor da *University of California* (UCLA), mantendo-se como editor do código.

A abordagem ímpar de Lubetzky foi reconhecida internacionalmente, tanto que o fundamento desse rascunho e de seus estudos serviram de pano de fundo às discussões realizadas na Conferência de Paris, em 1961. Os debates realizados no evento se deram especialmente na função da entrada principal, que foi intensa e divergentemente debatida por ele e Eva Verona, conforme assinalamos anteriormente. A despeito de algumas ressalvas, ao fim da conferência, muito de seu ideal foi efetivado na edição consolidada da Declaração dos Princípios da Catalogação, conhecida como Princípios de Paris, documento normativo norteador da catalogação colaborativa em nível internacional (International Conference on Cataloguing Principles, 1963, p. 91-96).

Após a Conferência, Lubetzky tentou dar prosseguimento à editoria do novo código, buscando implementar suas ideias a respeito de regras catalográficas pautadas em princípios norteadores. No entanto, Horner (1970, p. 79) e Tikku (1983, p. 154) dão indícios de que, em 1962, Lubetzky se viu obrigado a renunciar à editoria porque seus interlocutores insistiam em degradar os princípios defendidos por ele. A opinião dos opositores prevaleceu devido a razões políticas, econômicas e tradicionais da catalogação, o que levou à não concretização plena do ideal de Lubetzky. A LC e a *Association of Research Libraries*, por exemplo, manifestaram suas objeções à *Catalog Code Revision Committee* (Comissão de Revisão do Código de Catalogação) durante a conferência da ALA, realizada no ano de 1962, em Miami, devido ao custo financeiro da mudança por atacado que precisaria ser realizada no catálogo da LC. Nas palavras de Wright,

> A oposição durante esse período tendeu a se centrar, ou pelo menos encontrar porta-vozes efetivos na *Library of Congress*. Por causa do tamanho de seus catálogos e das alterações em suas fichas impressas que afetariam muitas outras bibliotecas, a LC era particularmente sensível aos efeitos econômicos e práticos de um novo código [...] (Wright, 1976, p. 44, tradução nossa).

Com isso, a função idealizada por Lubetzky para a entrada principal começou a erodir. Daí, aparentemente, desgostoso com a posição da LC e de outros opositores, ele se viu obrigado a renunciar à editoria do novo código catalográfico, em 1962, concentrando-se no seu trabalho na *School of Library Service* da UCLA, onde foi professor proeminente de Catalogação. Em meio às suas atividades de ensino, ele acompanhou o trabalho da comissão editorial à distância, manifestando suas opiniões e expectativas a respeito do novo código em artigo publicado na *Library Journal*, datado de 1964: *Catalog Code Revision*.

A despeito das opiniões de Lubetzky, os trabalhos da editoria do novo código prosseguiram sem a participação dele, e foram pautados por uma mistura: do CCR, concebido por Lubetzky, dos Princípios de Paris e das práticas catalográficas tradicionais dos Estados Unidos. Daí se produziu a primeira edição do *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), em 1967, conforme se aborda na sequência.

3 A DEGRADAÇÃO DA ENTRADA PRINCIPAL NO AACR, SEGUNDO LUBETZKY

Por certo, Seymour Lubetzky defendeu a função da entrada principal como elemento essencial para reunir registros representativos da obra e sua manifestação. No entanto, a despeito de seus estudos, as normas catalográficas não refletiram integralmente suas ideias, notadamente as edições do AACR.

A primeira edição do AACR, publicada em 1967, incorporou parte dos princípios de Lubetzky, mas também trouxe elementos que, segundo ele, descaracterizaram a função da entrada principal. Essa descaracterização foi ampliada na segunda edição do AACR2, publicada em 1978, cujas diretrizes incorporaram mudanças impulsionadas pela adoção do padrão *International Standard Bibliographic Description* - ISBD (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada), em que se propunha uma es-

pécie de entrada unitária sob título, além dos efeitos da introdução da automação dos processos catalográficos.

Diante desses fatos, este tópico examina a crítica de Lubetzky a respeito das duas edições do AACR e de que maneira se efetiva nesse código a estruturação dos registros bibliográficos, para demonstrar como algumas de suas instruções degradaram a função da entrada principal idealizada por ele.

3.1 A entrada principal no AACR (1967)

De início, é preciso contextualizar o momento vivido por Lubetzky antes de examinar sua crítica a respeito do AACR. Um ano após a publicação desse código, em 1968, Lubetzky se aposentou da UCLA. Mesmo assim, seguiu debatendo e expondo suas ideias, esclarecendo ou reafirmando seus estudos, tanto que teve tempo de dar a sua contribuição mais elaborada sobre fundamentos da Catalogação no texto *Principles of Cataloging. Final Report. Phase I: Descriptive Cataloging* (Lubetzky, 1969).

Nesse texto, a síntese do ideal de Lubetzky para entrada principal pode ser observada no cumprimento dos objetivos fundamentais do catálogo: 1) ser útil à localização de livro específico de uma biblioteca; e 2) mostrar para o usuário as edições, traduções e outras manifestações das obras de um dado autor existentes na biblioteca. Para cumpri-los, Lubetzky levou em conta um método, em que pressupõe que a obra é identificada e referenciada por meio de seu autor e de seu título. Por esse motivo, a elaboração de uma entrada principal no catálogo começa por um cabeçalho que combina, em uma forma única, uniforme e constante, o autor principal da obra e o título original ou o título mais conhecido de uma obra. Caso o autor principal não possa ser determinado, o título original ou o título mais conhecido de uma obra assume a função de representar a obra.

Por esse método, tem-se na catalogação um meio intersecional, a partir do qual se efetiva simultaneamente a generalização (cabeçalho referente da obra) – relativa ao segundo objetivo – e a especificação (a parte

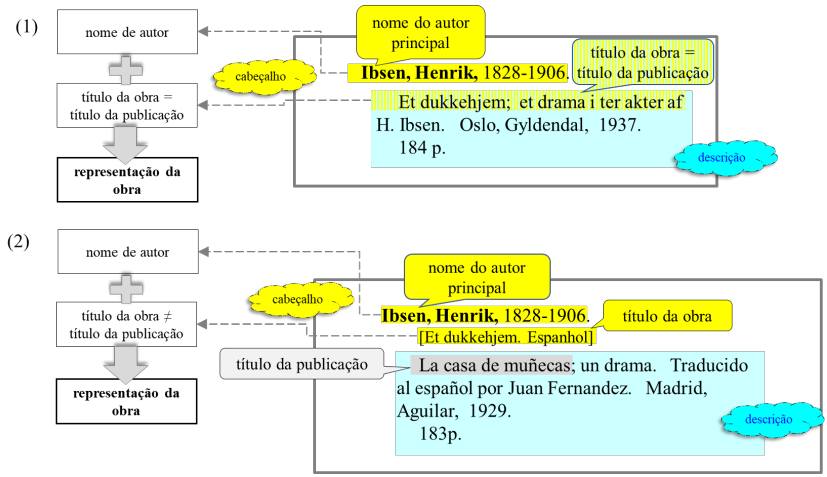
descritiva) de cada entrada principal representativa da obra e sua manifestação – que se refere ao primeiro objetivo. Desta maneira, a soma das especificidades em nível de manifestação requeridas pelo primeiro objetivo resulta nas generalidades em nível de obra evocadas pelo segundo objetivo fomentado por Lubetzky. Note-se que, a partir da representação assim fundamentada, tanto uma entrada principal em um catálogo formado por fichas quanto um registro bibliográfico produzido em computador pode ser estruturado e exibido.

Esclareça-se que, em seus estudos, Lubetzky não utiliza o termo manifestação, introduzido em 1998 pelos FRBR. Em vez disso, ele emprega termos como edição, tradução ou versão para se referir às vicissitudes da obra, ou seja, a diversidade de coisas que se sucedem, alternam, variam e apresentam reveses ao longo do tempo. Em suas palavras:

> Isso se deve ao fato de que a existência e as vicissitudes da obra não estão confinadas a nenhum livro em particular; que o livro é, na verdade, apenas uma edição específica ou representação da obra incorporada nele – que pode ser encontrada na biblioteca em várias edições de interesse especial (como a primeira mais recente, bem editada, ilustrada), em várias traduções, em vários meios (como livros, fitas, discos) e, às vezes, sob títulos diferentes ou diferentes nomes do autor (Lubetzky, 1969, p. 12, tradução nossa).

No início do texto *Principles of Cataloging*, ele elogiou o texto do AACR produzido pela comissão editorial em 1967, reconhecendo que era estruturalmente superior ao código antecessor, pois, em grande medida, tal código forneceu orientações à composição de uma entrada principal, cujo cabeçalho seria resultado da combinação: (1) de um nome invariável do autor principal da obra; e (2) de um título uniforme da obra pelo qual ela pode ser reconhecida, também de caráter invariável. Após o cabeçalho, deveria seguir a descrição da publicação (edição ou versão) pela qual a obra se manifesta, conforme se ilustra na figura 1 que segue.

Figura 1 – Composição de entrada principal representativa da obra e sua manifestação – AACR (1967)



Fonte: Elaborado a partir das fichas catalográficas apresentadas por Lehnus (1971b, p. 84), com base na primeira edição do AACR.

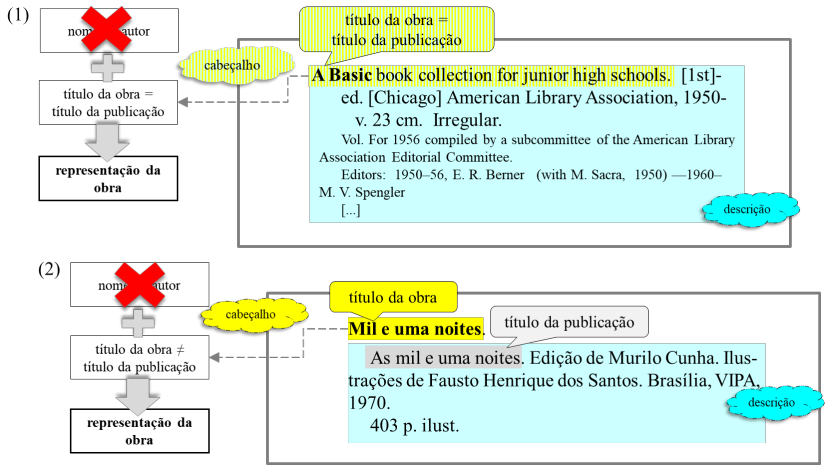
Nota: Realces indicam partes da entrada principal: cabeçalho (amarelo), descrição (azul), elemento destacado da descrição (cinza) e compartilhamento do cabeçalho e da descrição (hachurado azul-amarelo).

Como se vê no registro (2), a prática de interpolar o título uniforme (representativo do título da obra), iniciada no AACR, foi um procedimento que viabilizava cumprir o ideal de Lubetzky: entrada principal referente à obra e sua manifestação. Por sua vez, no registro (1), é desnecessária a inscrição de um título uniforme referente ao texto da obra original, pois o título da publicação corresponde ao título uniforme; nesta condição, o cabeçalho e a descrição compartilham o mesmo elemento para representar igualmente o título da obra e o título da publicação. Com essa feição, a figura 1 é um exemplo ilustrativo do método generalizador e especificador de Lubetzky, válido à catalogação tanto em catálogos de ficha quanto nos registros bibliográficos das atuais bases de dados.

Vale abrir um parêntesis para esclarecer que buscamos apresentar exemplos de registros tirados de textos e manuais sobre catalogação publicados sob a vigência da primeira edição do AACR (1967), posto que os registros exemplificados neles foram elaborados conforme as instruções dessa edição de Código.

Se, no entanto, a autoria principal ou predominante de uma obra não puder ser determinada, então o título pelo qual ela é reconhecida passa a ser o único meio de representá-la, conforme se ilustra na figura 2 a seguir.

Figura 2 – Composição de entrada principal representativa da obra e sua manifestação sem autoria principal – AACR (1967)



Fonte: Elaborado a partir de exemplos de Lehnus (1971a, p. 45) e de Immroth e Daily (1971, p. 86).

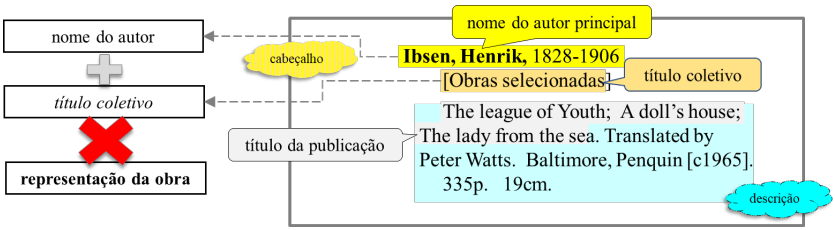
Nota: Realces indicam partes da entrada principal: cabeçalho (amarelo), descrição (azul), elemento destacado da descrição (cinza) e compartilhamento do cabeçalho e da descrição (hachurado azul-amarelo).

Embora possibilitasse a composição de uma entrada principal representativa da obra e sua manifestação, deve-se salientar que a questão problemática do AACR se deu no fato de ele ter sido concebido do *Draft Code* (Código Rascunhado) por Lubetzky, em 1960, de uma mistura dos Princípios de Paris e das práticas catalográficas tradicionais dos Estados Unidos. Desse modo, o ideal de Lubetzky na representação da obra, efetivado pelo nome do autor principal e o título da obra, que é o título uniforme em muitas situações, ficou descaracterizado no nascedouro código.

Some-se também o envenenamento da função da entrada principal por uma "serpente do paraíso", expressão adotada por Maxwell (1977) para se referir à inclusão no AACR de instruções que sabotavam a referida

composição. Exemplificação disso é o fato de que a aplicação do título uniforme representativo da obra nas edições do AACR é facultativa e depende da política de cada entidade catalogadora (The Joint Steering Committee for Revision of AACR, 2004 - regra 25.1). Além disso, há instruções no AACR que permitiam a existência de títulos genéricos, representativos de duas ou mais obras. Veja-se na figura 3 como isso se efetiva:

Figura 3 – Cabeçalho com título coletivo para edições de duas ou mais obras publicadas conjuntamente – regra 107 do AACR (1967)



Fonte: Adaptado a partir de exemplo apresentado por Lehnus (1971b, p. 92).

Nota: Realces indicam partes da entrada principal: cabeçalho (amarelo), elemento destacado do cabeçalho (laranja), cabeçalho formado com elemento impróprio (hachurado amarelo-laranja), descrição (azul) e elemento destacado da descrição (cinza).

Além de dar orientações à inscrição de título coletivo representativo de duas ou mais obras no cabeçalho da entrada principal, outros problemas concorreram à erosão do ideal de Lubetzky no AACR. Um deles diz respeito à existência de regras catalográficas distintas para inscrever o cabeçalho da entrada principal em uma mesma condição de autoria, como foi o caso de estabelecer entrada sob o título de publicações periódicas, mesmo que elas fossem publicadas sob a autoria de uma entidade coletiva.

Outro problema foi o desprezo dos objetivos do catálogo em certas situações, a fim de atender demandas catalográficas tradicionais, como por exemplo, a aceitação de subcabeçalhos de forma – que não são de autor nem de título – na composição do cabeçalho, uma vez que eles são impróprios para representar a obra no todo, porquanto se referem a outros atributos: forma da obra, língua, versão, ano de publicação e outros.

Como já se assinalou, ao incorporar muito do ideal de Lubetzky, não há dúvidas que o AACR teve avanços substanciais, comparativamente ao Código da ALA de 1949 que o antecedeu. No entanto, a primeira edição do AACR manteve regras que descaracterizaram a entrada principal em sua função de representar a obra e sua manifestação; daí a crítica de Lubetzky.

3.2 A ENTRADA PRINCIPAL NO AACR2 (1978)

Tal atitude foi mantida pelo estudioso quando as discussões para a efetivação da segunda edição do código foram iniciadas, depois publicado em 1978. Nesse âmbito, convém compreender o dilema que havia por ocasião da preparação dessa nova edição, pois Lubetzky percebeu que essa edição havia se distanciado ainda mais do que ele propusera, a despeito de seu prefácio declarar que o conjunto de regras fora feito de acordo com os mesmos princípios e objetivos fundamentais da edição anterior, salvo pelas mudanças introduzidas na forma de apresentação das regras.

Seguir tais princípios e objetivos foi a primeira das quatro diretrizes observadas na revisão do código catalográfico, sendo: a segunda, ter em conta a evolução da automatização dos registros bibliográficos; a terceira, compatibilizar-se com a ISBD, estabelecida naquele período; a quarta, estabelecer a catalogação de outras tipologias documentais distintas dos livros, a partir de regras catalográficas existentes no contexto anglo-americano, algo que se deu nas diferentes ISBDs estabelecidas a partir da década de 1970.

Para Lubetzky, tais diretrizes degradaram ainda mais a ideologia por trás do catálogo que ele defendia, ou seja, elas subverteram os princípios basilares da catalogação, notados desde Panizzi, em meados do século XIX, passando pelos estudos de Cutter e pelos estudos que ele mesmo produzira, muitos dos quais debatidos e consolidados na Conferência de Paris, em 1961.

Vale lembrar que a primeira diretriz a respeito de princípios e objetivos já não havia sido cumprida plenamente na primeira edição do AACR,

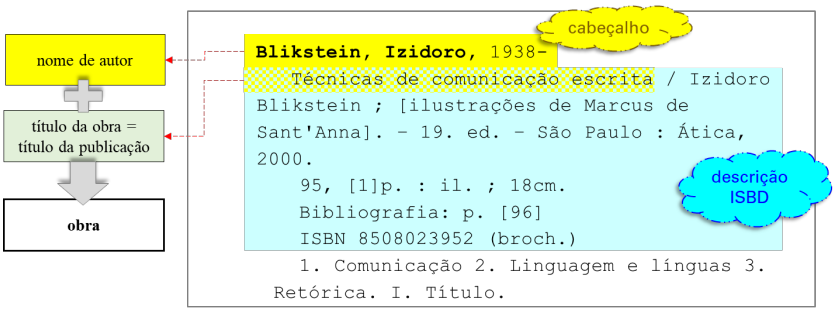
conforme abordado anteriormente. Assim como a primeira, a segunda e a terceira diretrizes estão relacionadas entre si e têm relação direta com a incompreensão da entrada principal de Lubetzky na estruturação de registros efetivados na catalogação legível por computador, sobre a qual trataremos no próximo tópico. Cumpre ressalvar que a quarta diretriz – relativa a outras tipologias documentais distintas dos livros – não será abordada, pois não tem relação direta com o que se expõe.

Assim, a crítica de Lubetzky se voltou principalmente para aquilo que ficou consolidado no AACR2, diretamente relacionado às três primeiras diretrizes, que esquecem, negam ou incompreendem a função da entrada principal que ele propusera. Ei-las: (1) dispensar o cabeçalho autoral da entrada principal em favor de uma entrada unitária sob título; (2) adotar a ISBD como padrão da descrição bibliográfica, dispensando a necessidade de um cabeçalho na entrada principal; (3) realizar a entrada de todas as publicações periódicas somente por seu título (Lubetzky, 2001, p. 351-354).

Em relação às diretrizes (1) e (3), embora o cabeçalho autoral na entrada principal continuasse válido no AACR2, é certo que algumas instruções resultaram no estabelecimento de: ou uma entrada principal sob autor e/ou título da obra (proposta por Lubetzky), ou uma entrada unitária apenas sob o título da publicação (rechaçada por ele). E isso está sinalizado na Regra 0.5 do código, que citamos na introdução e repetimos: "[...] reconhece-se, no entanto, que muitas bibliotecas não fazem distinção entre entrada principal e outras entradas. Recomenda-se que estas bibliotecas usem o capítulo 21 como guia na determinação de todas as entradas requeridas em determinados casos" (The Joint Steering Committee for Revision of AACR, 2004, p. 1).

Em relação à diretriz (2), é importante lembrar que a adoção da ISBD tem relação com o que se apresenta no capítulo anterior sobre descrição. Lubetzky direcionou sua crítica a dois aspectos desse padrão: o primeiro se voltou ao modo de inscrever a pontuação das áreas da descrição na entrada catalográfica, sugerindo que os sinais eram esotéricos, dificultando a leitura das informações; o segundo, à questão de repetir o nome autoral no cabeçalho da entrada e na área 1 deste padrão (área de título e indicação de responsabilidade).

Figura 4 – Composição do cabeçalho e das áreas de descrição da ISBD na entrada principal – AACR (1978)



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nota: Realces indicam partes da entrada principal: cabeçalhos e a descrição.

O segundo aspecto não chegava a ser tão sério, porque ele estava ciente de que não se tratava de mera repetição, dado que na descrição se trata de transcrição do nome do autor tal qual está na página de rosto da publicação e que o cabeçalho contém a forma estabelecida e invariável do nome autoral. Mesmo assim, ao que parece, o incômodo de Lubetzky permaneceu na repetição, talvez porque observasse em seus estudos a Navalha de Occam, que, nos termos da Filosofia, considera: ante a uma ou mais possibilidades "[...] a melhor ordem é a que produz o resultado máximo com o esforço mínimo, de tal modo que mesmo a lei do menor esforço foi entendida, na história da Filosofia, como 'princípio da E.' [i.e., economia] [...]" (Abbagnano, 2007, p. 298).

No segundo aspecto, a crítica a respeito das pontuações da ISBD tem se mostrado infrutífera no transcurso dos anos, porque a estrutura de áreas e pontuações estabelecidas da ISBD padronizou a descrição bibliográfica de modo coerente e tem sido amplamente aceita na prática catalográfica ocidental. De fato, cabe dizer que a pontuação poderia ser mais simples e apresentada num formato mais definido e claro dos campos adotados e a ordem estabelecida entre eles. Mesmo assim, esse padrão colabora com a função da entrada principal, pois se refere à representação da manifestação, realizada por meio da descrição bibliográfica segundo a ISBD, que é

acrescentada após o cabeçalho representativo da obra, elaborado a partir do autor principal e do título da obra.

Se isso for observado, então não se trata de adotar unicamente a ISBD como meio de estabelecer um registro bibliográfico. Nas palavras de Lubetzky (2001, p. 391, tradução nossa):

> A adoção da ISBD e a pressa em abandonar a entrada principal tradicional em favor de uma entrada unitária sob título são um afastamento aventureiro dos ideais de catalogação defendidos pelos fundadores de nossa profissão e sustentados por estudos realizados na preparação da última revisão [AACR]. [...] A presente revisão [AACR2] foi originalmente proposta para dar continuidade ao progresso alcançado na última revisão, mas está assumindo um caráter de descontinuidade da revisão e uma nova aventura na catalogação anglo-americana.

De outra maneira, a entrada catalográfica elaborada apenas sob o título de uma publicação, sem cabeçalho representativo da obra, foi defendida amplamente por Hamdy (1973, p. 18-19). Um termo para tal entrada foi proposto por Jay E. Daily, na década de 1960: *title-unit entry.* Tal termo variou entre os autores: Ahlstedt e el-Mahdi chamam-no de ficha básica; Jefreys, entrada alternativa; Hicks e Tillin, entrada principal sob título (*apud* Hamdy, 1973, p. 19). A despeito das variações, o termo de Daily – *title-unit entry* – parece ter prevalecido. Para fins de equivalência em português, vale traduzir o referido termo como "entrada unitária sob título", mantendo-o próximo da expressão original em inglês.

Os defensores da entrada unitária sob o título entendiam que a entrada principal sob cabeçalho autoral era coisa do passado, uma vez que a catalogação poderia ser reduzida "[...] a pouco mais que uma simples descrição do livro sob seu título, seguido de uma lista de cabeçalhos apropriados, dos quais o catálogo resultante poderia ser automaticamente composto e reproduzido pelo computador" (Lubetzky, 2001, p. 351, tradução nossa). Como se nota, essa abordagem esquece, ignora ou rejeita a função da entrada principal representativa da obra e sua manifestação, dado que dispersa os registros referentes aos títulos de uma mesma obra.

Para Lubetzky, o problema da entrada principal nas edições do AACR estava nos caminhos tortuosos adotados para determinar a composição de seu cabeçalho, seja o autor principal ou título mais conhecido da obra. A tortuosidade das regras escamoteou o sentido da entrada principal e suas instruções pareciam sem sentido; daí muitos catalogadores terem confundido a entrada principal com a entrada sob autor ou entrada sob título, não observando que uma **entrada principal sob obra** ou uma **entrada sob obra** seria um modo melhor de se referir à entrada principal.

Foi dessa maneira, pois, que não se reconheceu, não se observou e nem se compreendeu a função de uma entrada principal delineada por Lubetzky na catalogação realizada pelo AACR2. Por isso, o código se desvirtuou estruturalmente ainda mais do que sua versão anterior. Esse estudioso também constatou que a permissividade do código fortaleceu o argumento em favor da entrada unitária sob título nos registros catalográficos. Isso foi ao encontro do anseio dos catalogadores por métodos catalográficos simplificados que possibilitassem a conversão da informação assentada na entrada para uma forma legível por máquinas, a partir das quais seria possível gerar ou compor produtos bibliográficos, conforme é possível constatar no texto do Projeto Piloto do formato MARC (Avram, 1968), desenvolvido a partir da década de 1960.

Por essa época, tinha-se a compreensão que a chegada e o emprego do computador na atividade bibliotecária trariam "uma nova era na Biblioteconomia", dando uma oportunidade de se rever "nossos sistemas pré-computacionais" para, se necessário, abandonar ideias do passado para se valer das potencialidades da nova tecnologia em catalogação (Gorman *apud* Lubetzky, 2001, p. 381). Defendia-se, por exemplo, a obsolescência da entrada principal na catalogação realizada pela computação.

> O advento da informatização prenunciou o fim do conceito de entrada principal, conforme definido nos termos do registro bibliográfico; e tornou possível a remoção da distinção entre o cabeçalho da entrada principal e os cabeçalhos de entradas secundárias como pontos de acesso à (na verdade, a qualquer) citação completa (Brunt, 1999, p. 334, tradução nossa).

Não há dúvidas de que Lubetzky reconheceu o valor das novas tecnologias, mas ele temia que ideias, como as que foram expressas acima, trouxessem retrocesso aos fundamentos catalográficos. Na prática catalográfica, isso levaria à substituição da entrada principal pela entrada unitária sob título. Por isso rebateu a ideia de obsolescência da entrada principal:

> Apesar das noções de alguns críticos não tão bem-informados, a entrada principal não foi mantida na catalogação como um fetiche, mas como um dispositivo para servir a algumas funções bem ponderadas; e **seria de esperar que, noutro ambiente tecnológico, as mesmas funções pudessem de outro modo ser realizadas** (Lubetzky, 2001, p. 390, tradução nossa, grifo nosso).

Para Lubetzky, a chegada do computador na biblioteca seria "[...] uma ocasião apropriada para uma reconsideração de nossos objetivos de catalogação e, mais particularmente, de nossos métodos de alcançá-los, mas não de um improvisado 'abandono de ideias estimadas do passado'" (Lubetzky, 2001, p. 391, tradução nossa).

A título de esclarecimento de seu pensamento, o estudioso criticou num artigo, publicado em 1979, o modo de ordenar as entradas catalográficas imposto pela computação, que considera os cabeçalhos iniciados com numerais ordenados de acordo com seu valor decimal (caracteres individuais), não o valor numérico inteiro, que pode ser expresso por extenso ou com números arábicos ou romanos. Por isso, nas palavras do estudioso: "As regras tradicionais de ordenação [alfabética] são projetadas para lidar com essa situação; mas o novo princípio 'que se deve arquivar um caractere como tal e não como se fosse outra coisa' simplesmente o ignora" (Lubetzky, 2001, p. 382, tradução nossa).

A despeito do alerta dado por Lubetzky sobre ordenação alfabética em catalogação, é certo que desatenção similar com a função e a estruturação de uma entrada principal se deu no âmbito da concepção de um formato de registro bibliográfico legível por computador, conforme veremos na sequência.

4 A estrutura do formato MARC e as inconsistências na sua implementação

O Projeto MARC representou um marco na história da Catalogação, ao estabelecer um formato padronizado para a criação de registros legíveis por computador. Sua implementação permitiu a transposição de registros manuscritos ou datilografados para o ambiente computacional, promovendo maior acesso e interoperabilidade de registros bibliográficos entre bibliotecas.

Contudo, apesar de sua relevância e ampla adoção, um exame refinado do formato MARC revela que, em sua implementação, a função da entrada principal delineada por Seymour Lubetzky foi negligenciada, pois os campos relacionados a tal função apresentam limitações e inconsistências estruturais herdadas do AACR. Daí, neste tópico, cumpre analisar o formato MARC quanto à representação da obra e sua manifestação, com o objetivo de verificar se e como a função da entrada principal idealizada por Seymour Lubetzky é contemplada.

Para tanto, analisa-se inicialmente o desenvolvimento e a estruturação do formato MARC (no caso, o primeiro, que foi o MARC bibliográfico), bem como as implicações de sua implementação na catalogação, sobretudo quanto aos elementos relativos à representação da obra e sua manifestação. Depois, busca-se refletir sobre o papel dos profissionais da catalogação na adaptação e aperfeiçoamento dos sistemas de catalogação por computador, na tarefa de correção das falhas estruturais dos registros.

4.1 Desenvolvimento e estruturação do formato MARC

O Projeto MARC foi desenvolvido e definido a partir de estudos, reuniões e conferências, com a participação de profissionais e representantes de diferentes tipos de instituições bibliotecárias interessadas em contribuir com pessoal, equipamento e finanças.

Embora o trabalho de Lubetzky e o Projeto Piloto do MARC sejam quase contemporâneos e tenham sido realizados sob a mesma instituição, a LC, o Projeto não tem em seu texto qualquer menção ao estudo de Lubetzky sobre a função de uma entrada principal. A entrada principal do formato MARC não distou em essência da compreensão mais simplificada que foi ganhando espaço: um registro bibliográfico com informações representativas de um documento e seus cabeçalhos. Pode-se dizer que tal simplificação contribuiu para a ocultação, esquecimento e mesmo apagamento da função da entrada principal segundo Lubetzky.

O texto do MARC I, como ficou conhecido o projeto piloto do formato, não deixou dúvidas sobre isso, posto que as quatro etapas da geração de registros indicadas nele são esclarecedoras do ato de transpor as fichas manuscritas para registros legíveis por computador: 1) coleta de dados, por meio da compilação das informações oriundas de fichas manuscritas a serem processadas; 2) preparação dos dados a serem transcritos em forma legível por máquina, reproduzindo-os numa planilha de entrada de dados; 3) transcrição dos dados em forma legível por uma máquina; 4) processamento por computador (Avram, 1968, p. 19-45).

Como se nota, o ato de transpor ou modular a ficha catalográfica para uma forma legível por computador está bem evidente nesse projeto, de maneira que não se tece qualquer ressalva, reformulação ou comentário a respeito da estruturação e da composição dos registros, tanto que o MARC I dispõe, por exemplo, que o estabelecimento e o conteúdo de cabeçalhos no registro MARC são determinados por regras catalográficas.

> Em geral, os cabeçalhos estarão na forma estabelecida pela *Library of Congress* para uso em seus catálogos. Os cabeçalhos estabelecidos antes de março de 1967 estarão no formato especificado nas *ALA Cataloging Rules for Author and Title Entries* [Código da ALA de 1949] (doravante denominadas Regras da ALA). Os cabeçalhos estabelecidos após março de 1967 pela Biblioteca estarão, na maioria dos casos, na forma especificada no Código de Catalogação Anglo-Americano (Regras AA) (Avram; Knapp; Rather, 1968, p. 31).

Está claro que a estruturação do registro MARC é determinada por código de catalogação, por isso não é surpresa que as inconsistências das duas edições do AACR foram replicadas para o registro legível por computador, ou seja, o código catalográfico é a origem das inconsistências catalográficas percebidas num registro MARC. Isso, porém, não redime ou justifica as fragilidades do formato, porque aqueles que o conceberam poderiam ter reformulado o registro bibliográfico. O formato produziu suas próprias incoerências, ao ser implementado sem as devidas reflexões a respeito da função de uma entrada principal, como aquelas desenvolvidas por Lubetzky, conforme se expõe na sequência.

É certo que o Projeto Piloto do MARC avançou e prevaleceu na comunidade catalogadora de bibliotecas dentro e fora dos Estados Unidos como formato padronizado pelo qual se marca o registro bibliográfico para ser legível por computadores, a despeito dos formatos criados posteriormente para estruturar os sistemas de informação científica. A experiência obtida no Projeto MARC levou à efetivação do formato MARC II e, desde então, ele: foi desdobrado em cinco formatos para estruturar diferentes registros; gerou descendentes, adaptações ou alterações para estruturar registros bibliográficos em contextos geográficos específicos; e teve posteriormente sua estruturação de registro padronizada pela Norma ISO 2709. Posteriormente, os formatos estadunidense e canadense foram harmonizados para compor o formato referido como MARC21, denominação alusiva ao século em curso, o qual tem sido adotado por vários países, causando o abandono dos formatos nacionais, segundo Estivill Rius (2012).

No bojo desse transcurso, o formato MARC vem sendo constantemente atualizado, mas a linha mestra dos componentes estruturais do formato MARC – campo, etiqueta de campo, indicadores, subcampos e códigos de subcampo – não sofreu mudanças radicais, salvo por acréscimos ou indicação de obsolescência de alguns deles, conforme indicam a estrutura e a documentação mantidas e disponíveis *on-line* no site da *Library of Congress* (2023).

O registro MARC é um conjunto composto de campos rotulados por uma etiqueta composta com três dígitos, salvo o campo líder, que é identificado por letras (LDR), o qual assinala o início de cada registro,

provendo certos parâmetros, alguns de valor constante e outros gerados automaticamente, à revelia de quem cria o registro MARC. Os demais campos são agrupados em blocos de acordo com o dígito inicial (a variação do segundo e do terceiro dígitos estão representados pela letra "X"): 0XX. Campos de controle variáveis, identificação, número de classificação etc.; 1XX. Entrada principal; 2XX. Títulos, edição, imprenta etc.; 3XX. Descrição física; 4XX. Série; 5XX. Notas; 6XX. Entradas secundárias para assunto; 7XX. Entradas secundárias; 8XX. Entradas secundárias para série, propriedade, localização etc.; 9XX. Campos de definição local.

Poderíamos tratar mais a respeito de indicadores, códigos e delimitadores de subcampos, mas, no âmbito do que se expõe, importa examinar atentamente os campos entre 1XX e 7XX, já que eles contêm os cabeçalhos e as áreas de descrição de uma entrada catalográfica, estabelecidos conforme a ISBD e o AACR2.

4.2 Inconsistências da representação da obra no formato MARC

Como foi dito, a desatenção com a entrada principal no formato está presente desde o nascimento do MARC, dado que em sua implantação não se observou adequadamente o modo de tratar as informações sobre os atributos representativos de uma obra e sua manifestação em registros bibliográficos. Já se assinalou que, na produção do formato MARC, foi priorizada a migração de um modelo baseado em fichas em papel para um modelo eletrônico. Nesse âmbito, na coleta de dados realizada no Projeto Piloto do MARC:

> A ficha manuscrita preparada pelas Divisões *Descriptive Cataloging*, *Shared Cataloging* e *Subject Cataloging* da Biblioteca [LC] foi reproduzida numa planilha de entrada de dados pré-impressa, que se tornou a fonte de dados para o MARC. O projeto do formato, as planilhas e os procedimentos de edição foram todos influenciados pelo uso de dados de origem neste formulário (Avram, 1968, p. 9, tradução nossa).

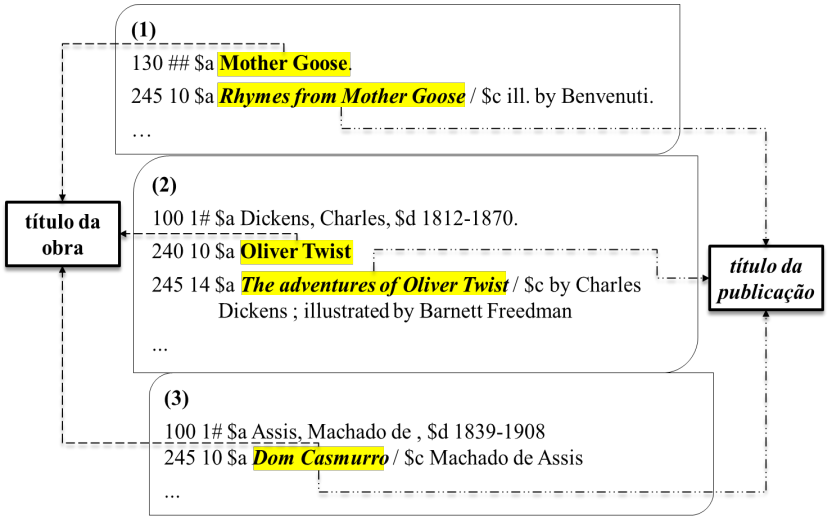
É possível notar que, com base no Código da ALA de 1949, que serviu inicialmente ao MARC, a entrada principal foi tipificada deste modo nos campos de valor fixo: A - Autor Pessoal; B - Entidade Governamental; C - Sociedade ou Instituição; D - Sociedade ou Instituição Religiosa; E - Entidade Coletiva de caráter misto; F - Uniforme [Título]; G - Título (Avram, 1968, p. 12). Posteriormente, tal tipificação se restringiu aos campos de tamanho variável pelas etiquetas 100 (Entrada Principal – Nome Pessoal), 110 (Entrada Principal – Nome Corporativo), 111 (Entrada Principal – Nome de Evento) e 130 (Entrada Principal – Título Uniforme), incluindo a etiqueta 245 (Título), que é usada em certas situações para entrada principal sob título. Especificamente, foram criados os subcampos "a" para indicação de autor e "t" para indicação do título da obra nos campos de etiquetas 1XX.

Sendo assim, a entrada principal no MARC, em tese, poderia ser produzida a partir do cabeçalho inscrito nos campos 1XX e 245. No entanto, a incompreensão sobre o significado da entrada principal no MARC – um registro completo representativo da obra e sua manifestação – não contribuiu para que este recurso fosse adotado e desenvolvido.

Aliás, o modo de representar a obra – por meio de seu autor principal e título combinados ou só de seu título – foi subvertido no registro MARC de modo incoerente: num mesmo campo ou em campos distintos.

A título de exemplificação, na configuração atual do MARC disponível no sítio da LC (2023), é possível verificar que o título de uma obra (título original ou o título pelo qual ela é mais conhecida) pode constar no subcampo "a" dos seguintes campos MARC: 130 - Entrada Principal - Título Uniforme (NR); 240 - Título Uniforme/Original (NR); e 245 - Título Principal (NR). Veja-se a figura 5 a seguir.

Figura 5 – Título da obra e da publicação em excertos de registros MARC



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Note-se que a junção dos campos 100+240 e 100+245 – respectivamente no registro (2) e (3) da figura 5 – resulta na representação da obra pela combinação autor e título, ao passo que tal representação se efetiva somente no campo 130 do registro (1) – título. Como se observa na figura, o título representativo de uma obra ocorreu em três campos distintos, tendo em conta que os títulos da obra e da publicação coincidem no registro (3), por isso sendo designados igualmente na etiqueta 245, e que o título uniforme pode figurar em dois campos distintos (etiquetas 130 e 240), conforme disposto na documentação do MARC.

Nesses termos, a questão é saber se, ao ser implementado, é possível observar essas nuances a fim de identificar uma obra de modo singular e suas relações nos distintos registros MARC e se isso é suficiente para compor, por exemplo, um arquivo invertido que permita um controle de autoridades de obras, em termos análogos ao que se faz para autores e assuntos.

Em geral, a resposta é não, porque, embora o título uniforme seja o meio adequado para representar a obra, no AACR ele é opcional. Segundo Ridley (1997, tradução nossa), "o *status* do título uniforme como opcio-

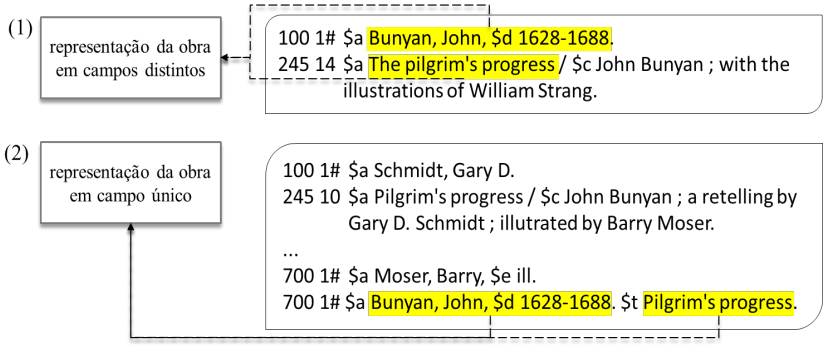
nal [no AACR2] é um exemplo (desastroso para mim). Sua ausência na maioria dos registros dificulta muito a tentativa de agrupar os registros do mesmo item".

A propósito, a incompreensão de uma entrada principal é tanta que, autores como Bierbaum (1994, p. 81), entendem que o termo entrada principal é impróprio para nominar os campos 100/110 do MARC, defendendo a ideia de transformar tais etiquetas.

De fato, o termo é inadequado, mas não exatamente pelas razões expostas por essa autora, uma vez que os ideais de Lubetzky mostram que tais campos deveriam ser denominados "Cabeçalho da Entrada Principal", "Ponto de Acesso Principal" ou "Ponto de Acesso a Obra", e não "Entrada Principal", que é equivalente a registro bibliográfico. Vale o mesmo para as etiquetas 7XX, isto é, elas deveriam ser denominadas analogamente: "Cabeçalho de Entrada Secundária" ou "Ponto de Acesso Secundário" em vez de "Entrada Secundária".

Dada a impertinência no modo de representar a obra e das imprecisões terminológicas expostas acima, percebe-se também outras inconsistências quando se busca representar a obra nos registros MARC. Se, em uma dada situação, a representação da obra nos registros MARC se faz mediante a junção de dois campos, em outra, tal representação se efetiva num só campo do formato. Tal inconsistência foi constada por Heaney (1995) e Yee (2000, p. 98) e tem a ver com uma citação combinatória de autor principal presente no AACR2 como "entrada secundária de nome-título", tipo de cabeçalho representativo da obra, o qual é definido deste modo: "entrada secundária que consiste no nome de uma pessoa ou entidade acrescido do título do item" (The Joint Steering Committee for Revision of AACR, 2004, apênd. D, p. 5). Na figura 6 abaixo, note-se como se efetiva a representação da obra em campos simples e distintos do registro MARC, inclusive em entrada secundária de nome-título.

Figura 6 – Obra identificada em um e em dois campos em registro MARC



Fonte: Elaborado pelo Autor de registros da LC (https://catalog.loc.gov/index.html).

No registro MARC (1), o autor principal e o título da obra estão inscritos em campos distintos (100 e 245$a), tendo em conta que a combinação deles representa a obra *Pilgrim's progress* (O Peregrino), de John Bunyan; no registro MARC (2), os mesmos nomes de autor e título foram combinados na etiqueta 700 – Entrada Secundária - Nome Pessoal (R) – representando a obra recontada por Schmidt, inspirada da obra original de Bunyan. Convém observar que aqui se constata também a imprecisão terminológica do termo no formato MARC: uma vez que se tem uma entrada secundária de nome-título, representativa de uma obra, por que inscrevê-la em campo MARC para nome pessoal?

Podemos até desconsiderar tal questão e admitir que o campo 700 seja empregado para inscrever a entrada de nome-título, desde que ela, uma vez exposta num OPAC (*On-line Public Access Catalog*), cumpra a função de possibilitar o acesso a outros registros que estejam presentes no catálogo *on-line* (representativos das edições, das traduções, das adaptações e de outras derivações de ou sobre O Peregrino). A fim de compreendermos essa questão, vamos considerar um registro MARC visualizado de um OPAC, representativo de uma história em quadrinhos adaptada da obra O Cortiço, de Aluísio de Azevedo.

Figura 7 – Exemplo de Registro com cabeçalho de nome título

100 1_ |a Jaf, Ivan, |d 1957-
245 12 |a O cortiço / |c Aluísio Azevedo ; [adaptação] por Rodrigo Rosa, arte ; Ivan Jaf, roteiro. -
250 __ |a 1. impressão. -
260 __ |a São Paulo : |b Ática, |c 2009.
300 __ |a 79 p. : |b il. col. ; |c 27cm. -
490 1_ |a (Clássicos brasileiros em HQ)
500 __ |a Adaptação de: O cortiço / Aluísio Azevedo.
500 __ |a Texto em quadrinhos.
650 04 |a Histórias em quadrinhos.
700 1_ |a Azevedo, Aluísio, |d 1857-1913 |t O cortiço
700 1_ |a Rosa, Rodrigo, |d 1972-
830 _0 |a Clássicos brasileiros em HQ.

Fonte: Extraído pelo Autor a partir de consulta em OPAC.

Vale examinar atentamente a etiqueta 700 deste registro MARC destacada em negrito, na qual consta Azevedo, Aluísio, 1857-1913. O cortiço. Nesta etiqueta, há um cabeçalho referente à entrada de nome-título, a partir do qual se tem a expectativa de acessar todos os registros do referido OPAC representativos das edições, das traduções, das adaptações e de outras derivações de ou sobre a obra de Azevedo.

Mas não é assim em muitos OPACs, porque os *softwares* que os produzem foram programados para buscar ou só pelo autor ou só pelo título, mas não a combinação deles como representação da obra. Na pesquisa por autor, tem-se como resultado de busca os registros representativos de todas as obras de um dado autor presentes em um OPAC; na pesquisa por título, tem-se todas as edições ou versões com mesmo título que ocorre no catálogo *on-line*. Numa terceira possibilidade, há OPACs que permitem a busca pelos dois elementos bibliográficos enquanto nome-título, mas se limitam a acessar somente as adaptações, comentários ou outras derivações da obra, sem trazer edições ou versões da obra. É plausível haver exceções que satisfaçam às expectativas da entrada de nome-título em registro MARC – trazendo adaptações, comentários derivações, edições ou versões da obra –, porém elas não foram identificadas ainda em nenhum OPAC.

4.3 O TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO NA ESTRUTURAÇÃO DE REGISTROS

A despeito das inconsistências arroladas, entende-se que nem tudo está perdido! Ora, acentue-se que o problema da imprecisão dos OPACs não está nos *softwares*, posto que sua origem está nos fundamentos da Catalogação, quando se ignora, neste particular, a função lubetzkiana da entrada principal. O assunto é do escopo da Biblioteconomia, cabendo ao profissional com conhecimentos em Catalogação determinar como se quer que o programa de computador funcione; neste caso, que se viabilize a implementação de um índice de busca que atenda à referida função.

Seja como for, as inconsistências expostas até aqui são suficientes para demonstrar que o MARC tem problemas: em seu fundamento proveniente de código catalográfico, na sua concepção estrutural e na sua implementação, sobretudo porque sua efetivação não levou em conta a função da entrada principal forjada por Lubetzky. Daí, o alerta: "[...] as gerações de líderes de bibliotecas que sucederam a Lubetzky pisaram na bola e permitiram o desenvolvimento de OPACs que impedem o usuário de buscar obras específicas muito mais do que o catálogo de fichas já fez" (Yee, 2000, p. 102, tradução nossa).

Com efeito, o MARC apenas estabelece campos e subcampos dos registros, sem especificar como eles devem ser estruturados nos índices. Por esse e outros motivos, diversos profissionais de dentro e fora da Biblioteconomia, especialmente os da Informática, especializaram-se na implantação de bases de dados em formato MARC ou em outros formatos (LILACS, CEPAL etc.). Muitos deles são funcionários de instituições ou profissionais prestadores de serviços, donos de empresas com conhecimentos profundos em programação, mas sem o conhecimento pleno da literatura de Catalogação, incluindo a tradição anglo-americana de estruturação de bases de dados em formato MARC. Por isso, é comum reproduzir a estruturação de bases de dados e seus índices dentro de uma mesma concepção em diferentes contextos catalográficos, sem as devidas reflexões sobre o que se tem representado num registro bibliográfico.

Dessa maneira, o problema não é tanto a estrutura do MARC, mas o modo em que tem sido implementado, tendo em vista que boa parte das incongruências pode ser solucionada desde que quem implemente o formato observe o ideal de Lubetzky para a entrada principal representativa da obra e sua manifestação.

O esperado é que um sistema de catalogação baseado no formato MARC seja programado para compor um índice de entrada de obras capaz de manipular e acumular num arquivo invertido as nuances existentes nos campos MARC relacionados com a obra, nos quais a obra é representada em um ou dois campos (ou 1XX e 245, ou 1XX e 240, ou 1XX e 245, 1XX, ou só 240, ou só 245, ou só 7XX).

O *software* – enfatizamos – não será capaz por si mesmo de fazer estes relacionamentos entre um ou mais campos com as informações sobre a obra para compor devidamente um índice. Por isso, é importante haver um bibliotecário ciente da função plena de uma entrada principal que viabilize tais relacionamentos, porque ele terá condições de programar um índice ou instruir um programador para fazê-lo.

Diante do exposto, constata-se que a função da entrada principal, efetivada pelo método de Lubetzky – que combina autor-título para representar a obra, seguidos da descrição de uma publicação –, tem mérito e deve ser observada na efetivação de um registro MARC, e é extensível a quaisquer registros produzidos para ambientes computacionais. No entanto, a implementação do formato MARC não incorporou de maneira adequada as reflexões propostas por ele. Esse descompasso, herdado do AACR, gerou inconsistências terminológicas e estruturais no formato, afetando diretamente a representação da obra e sua manifestação nos catálogos estruturados por meio de registros MARC.

As questões levantadas, como a imprecisão na combinação de autor e título ou as dificuldades nos OPACs, revelam a necessidade de uma reavaliação crítica do modo de implementação do formato MARC nos sistemas que o utilizam. Nesse cenário, o bibliotecário, ciente da função da entrada principal, é decisivo para estruturar e viabilizar registros MARC capazes de relacionar e recuperar os elementos descritivos da obra que eles

contêm. Cabe a ele ser partícipe ativo e atento na estruturação do MARC nos sistemas catalográficos, para que estes reflitam adequadamente as vicissitudes de uma dada obra nos diferentes registros em que é representada.

Portanto, seguir o método representativo da obra e sua manifestação é um meio viável pelo qual os registros MARC podem ser efetivados para cumprir a referida função. Para tanto, há que se elaborar, via sistema, formas de estruturação do registro e dos índices de busca que eliminem as imprecisões dos elementos representativos da obra contidos nos registros.

5 Considerações finais

A entrada principal tem sido vista por muitos profissionais da Catalogação como um registro bibliográfico do qual se desdobram entradas secundárias num catálogo de fichas. Nessa compreensão, a entrada principal parece obsoleta e coisa do passado em um mundo de catalogação em meio eletrônico, sem necessidade de desdobramentos. No entanto, a função da entrada principal idealizada por Seymour Lubetzky é a de representar a obra e sua manifestação, sendo esse o aspecto fundamental que deveria ter sido firmado na Catalogação. É, pois, nessa função esquecida na década de 1960 que reside a modernidade da entrada principal de Lubetzky para a concepção da catalogação não só em catálogos em fichas catalográficas, mas também em meio eletrônico. Portanto, ainda que fortemente associado ao catálogo em fichas, seu ideal de Catalogação permanece e indica sem dúvidas que a entrada principal tem fundamentos que devem ou deveriam ser observados analogamente ao registro bibliográfico que formam as atuais bases de dados.

Entretanto, a abordagem fundamentada de Lubetzky, amplamente debatida na Conferência de Paris de 1961, não foi plenamente observada. Ainda que muito de suas ideias tenham sido colocadas nas regras da primeira edição do AACR, nota-se que as edições desse código contêm regras catalográficas que erodiram a referida função e o método de catalogação definidos por ele, com o propósito de atender demandas políticas, eco-

nômicas e tradicionais da catalogação, já que seu ideal elevaria custos de alterações nos catálogos e causaria transtornos em práticas de catalogação supostamente consolidadas.

Também no âmbito do Projeto MARC, cuja estruturação se deu por meio de código catalográfico, nota-se que não se fez caso da função de uma entrada principal, idealizada por Lubetzky, conforme abordado no tópico anterior.

E se afirmamos que não se fez caso da entrada principal na implementação do projeto MARC, é porque esse formato não foi estruturado devidamente para produzir registros representativos da obra e sua manifestação. Ora, sem reflexões e reformulações, o formato MARC acabou modulando catálogos automatizados com registros que imitavam catálogos em fichas. Isso está evidente na própria estruturação dos campos MARC, posto que os atributos referentes à obra estão presentes em vários campos, alguns dos quais reunidos num campo e outros dispersos em dois.

No momento da programação, essas nuances nem sempre são observadas, por isso é necessário que um *software* de catalogação baseado no formato MARC seja programado para compor um índice de entrada de obras, capaz de manipular e acumular tais nuances num arquivo invertido, a fim de representar e relacionar plenamente a obra com suas versões, edições, adaptações, críticas dentre outros tipos de relacionamentos.

Como se percebe, as incongruências do registro MARC e o modo como ele foi utilizado nos *softwares* se deram devido à desatenção que se teve quanto à referida função nevrálgica postulada por Lubetzky, que deveria ter sido enfatizada e apontada claramente em Catalogação, sobretudo nas edições do AACR, do qual o formato foi estruturado. Logo, o problema do formato tem origem nos fundamentos da Catalogação, especialmente no que se quer representar em um dado registro bibliográfico.

A despeito disso, a situação pode ser resolvida por bibliotecário ciente da função principal delineada por Lubetzky, desde que tal profissional atue junto à programação de um *software*. Com a abordagem lubetzkiana, o profissional terá condições de mapear o formato MARC, com o propósito de examinar em seus campos a representação da obra e de suas manifes-

tações, apontando como se deve acumular e manipular os dados representativos da obra num arquivo invertido.

De resto, não se pode negar que os recentes modelos conceituais e a normativa RDA têm provido instruções mais adequadas do que o AACR para estruturar registros representativos da obra e sua manifestação, compatíveis com a função da entrada principal definida por Lubetzky. O primeiro é constituído por uma série de textos conhecidos como família FR – FRBR, FRAD, FRSAD e LRM – e tomam por base as entidades obra, expressão, manifestação e item. Com isso, tais modelos têm avançado substancialmente, incluindo essas e outras entidades bibliográficas, obrigando os mantenedores do formato MARC a adaptá-lo aos modelos.

"Antes tarde do que nunca", mas há que apurar as adaptações para verificá-las na estruturação do registro MARC, por isso vale enfatizar que, antes de adotar ou correr atrás de novidades catalográficas, é necessário refletir sobre o que temos representado nos registros de nossas bases de dados catalográficas, observando o contexto bibliográfico para o qual se cataloga. Embora Lubetzky não tenha tratado da entidade expressão e item presente nos modelos citados, é certo que ele militou por uma catalogação que produzisse registros que representassem a entidade obra e sua manifestação. Por isso, se os pesquisadores e bibliotecários tivessem observado plenamente o ideal catalográfico desse estudioso, acredita-se que essa questão catalográfica já poderia ter sido equacionada em nossas bases de dados desde a década de 1960.

Em conclusão, reitera-se que o ideal de Lubetzky é válido para a catalogação, ou seja, a função de uma entrada principal não é questão do passado, não é obsoleta e nem foi superada pela tecnologia eletrônica. Longe disso, se a catalogação em meio eletrônico não observar a referida função, mediante profissionais cientes, estará fadada a produzir registros desestruturados.

Daí, entende-se que a modernidade da entrada principal de Seymour Lubetzky está presente no registro bibliográfico e não deve ser esquecida. Com essa perspectiva, tem-se a compreensão de que os recentes modelos bibliográficos estabelecidos em Catalogação são herdeiros diretos daquilo

que o estudioso já apontara nas décadas de 1950 e de 1960, no tocante à representação da obra e sua manifestação em registro bibliográfico, a despeito de os FRBR e os FRAD não terem dado textualmente o devido reconhecimento ao estudioso da Catalogação.

E não se pode esquecer que o próprio Lubetzky reconheceu seus predecessores (Panizzi, Cutter e outros), creditando-os em seus estudos. Por isso, antes de se apropriar de qualquer novidade catalográfica, é preciso examinar, reconhecer, declarar e aplicar criticamente os estudos teóricos e robustos daqueles que nos antecederam. No fim de contas, sem recorrer à técnica de entidade-relacionamento presente nos modelos bibliográficos, Seymour Lubetzky ofereceu à Catalogação um modelo moderno e perene para estruturação de registros bibliográficos.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed., rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **A.L.A. catalog rules**: author and title entries. 2nd. Chicago: ALA, 1941. Disponível em: https://ia600204.us.archive.org/19/items/lacatalogrulesau007893mbp/lacatalogrulesau007893mbp.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

AVRAM, Henriette D. **The MARC pilot project**. Washington, D. C.: Library of Congress, 1968. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED029663.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

AVRAM, Henriette D.; KNAPP, John F.; RATHER, Lucia J. **The MARC II format**: a communications format for bibliographic data. Washington. Washington, D. C.: Library of Congress, 1968. Disponível em: https://archive.org/details/ERIC_ED024413. Acesso em: 20 abr. 2025.

BIERBAUM, Esther Green. On my mind: a modest proposal: no more main entry. **American Libraries**, [Chicago], v. 25, n. 1, p. 81-84, Jan. 1994. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/25633134. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRUNT, Rodney. From main entry to work authority record: development of a cataloguing fundamental. **Library Review**, London, v. 48, n. 7, p. 328-336, 1999. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1108/00242539910288773. Acesso em: 30 abr. 2025.

CARPENTER, Michael. Seymour Lubetzky as a teacher of Cataloging. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 25, n. 2/3, p. 181-190, 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J104v25n02_14. Acesso em: 30 abr. 2025.

CONNERS, David. A ghost in the catalog: the gradual obsolescence of the main entry. **The Serials Librarian**, Binghamton, N.Y., v. 55, n. 1-2, p. 85-97, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1080/03615260801970790. Acesso em: 12 nov. 2025.

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalog**. 4th. ed. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1904.

DUNKIN, Paul S. **Cataloging U.S.A**. Chicago: American Library Association, 1969.

ESTIVILL RIUS, Assumpció. Momentos estelares de la catalogación en el cincuentenario de los Principios de París. **BiD**: textos universitaris de biblioteconomia i documentació, Barcelona, n. 28, jun. 2012. Disponível em: https://bid.ub.edu/28/estivill2.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

HAMDY, Mohamed N. **The concept of main entry as represented in the Anglo-American cataloging rules**: a critical appraisal with some suggestions: author main entry vs. title main entry. Littleton, Colo.: Libraries Unlimited, 1973.

HARROD, Leonard M. **The librarians' glossary of terms used in librarianship, documentation, and the book crafts, and reference book**. 4th rev. Boulder: Westview Press, 1977.

HEANEY, Michael. Object-oriented cataloging. **Information technology and libraries**, Chicago, v. 14, n. 3, p. 135-153, 1995.

HENDERSON, Kathryn L. Treated with a degree of uniformity and common sense: descriptive cataloging in the United States, 1876-1975. **Library Trends**, Urbana, v. 25, n. 1, p. 227-271, 1976. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/6903. Acesso em: 20 abr. 2025.

HORNER, John Leonard. **Cataloguing**. London: Association of Assistant Librarians, 1970. Disponível em: https://archive.org/details/cataloguing00horn. Acesso em: 20 abr. 2025.

IMMROTH, John Phillip; DAILY, Jany E. **Library Cataloging**: a guide for a basic course. Metuchen, N.J.: The Scarecrow Press, 1971.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, Paris. Report. London: Clive Bingley: IFLA, 1963.

LEHNUS, Donald J. **Catalogação descritiva**. Brasília: VIPA, 1971a.

LEHNUS, Donald J. **How to determine author and title entries according to AACR**; an interpretive guide with card examples. Dobbs Ferry, N.Y.: Oceana Publications, 1971b. Disponível em: https://archive.org/details/howtodetermineau0000lehn/page/84/mode/2up. Acesso em: 20 abr. 2025.

LIBRARY OF CONGRESS. **MARC Standards**. Washington, D. C.: LC, 2023. Disponível em: https://www.loc.gov/marc/. Acesso em: 20 abr. 2025.

LIBRARY OF CONGRESS. **Studies of descriptive cataloging**. Washington, D. C.: U.S. Govt. Print Off., 1946. Disponível em: https://hdl.handle.net/2027/mdp.39015030345014. Acesso em: 20 abr. 2025.

LUBETZKY, Seymour. Development of cataloging rules. **Library Trends**, Urbana, v. 2, n. 2, p. 179-186, 1953.

LUBETZKY, Seymour. **Principles of Cataloging**: final report. Washington, D. C.: ERIC Document Reproduction Service, 1969.

LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001.

MAXWELL, Margaret F. The genesis of the Anglo-American Cataloging Rules. **Libri**, Berlin, Boston, v. 27, n. 3, p. 238-262, 1977.

OSBORN, Andrew D. The crisis in cataloging. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 11, n. 4, p. 393-411, Oct. 1941. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/4302882. Acesso em: 20 abr. 2025.

PETTEE, Julia. The development of authorship entry and the formulation of authorship rules as found in the Anglo-American code. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 6, n. 3, p. 270-290, July 1936. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/4302278. Acesso em: 12 nov. 2025.

REITZ, Joan. M. **Online dictionary for Library and Information Science**. Santa Barbara, 2014.

RIDLEY, Mick. Beyond MARC. *In*: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, 1997, Toronto, Canada. **Proceedings** [...]. [Ottawa: National Library of Canada], 1997. Disponível em: http://epe.lac-bac.gc.ca/100/200/300/jsc_aacr/beyond/r-beyond.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

SANTOS, Marcelo Nair dos. **Documento como obra**: contribuições para a Organização da Informação. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Marcelo Nair dos. **Fundamentos estruturais do registro bibliográfico**: revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SVENONIUS, Elaine; MCGARRY, Dorothy. Introduction. *In:* LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. xi-xxi.

THE JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. **Código de catalogação anglo-americano**. 2. ed. rev. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

TIKKU, Upinder Kumar. Anglo-American Cataloging Rules 1908-1978: A state of the art. **Annals of Library Science and Documentation**, New Delhi, v. 30, n. 3/4, p. 151-165, 1983.

VAN HOUTEN, Stephen. In the iron age of cataloging. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 25, n. 4, p. 362-373, 1981.

WINKE, R. Conrad. Discarding the main entry in an online cataloging environment. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 16, n. 1, p. 53-70, 1993.

WRIGHT, Wyllis E. The Anglo-American cataloging rules. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 20, n. 1, p. 36-47, 1976.

YEE, Martha M. Lubetzky's work principle. *In*: CONNELL, Tschera Harkness; MAXWELL, Robert L. (ed.). **The Future of Cataloging**: Insights from the Lubetzky Symposium. Chicago: ALA, 2000. p. 72-104.

Capítulo 3
Número de chamada: um modelo para ordenação de documentos

Camila Mariana Aparecida da SILVA [1]

1 Introdução

Os processos de Organização da Informação podem ser definidos como ações que promovem a mediação entre documentos e usuários. Dentre estes processos, a ordenação caracteriza-se como aquele em que documentos e metadados de documentos são dispostos segundo certos atributos escolhidos como critérios ordenadores, resultando na proposição de um arranjo. Trata-se de materializar formas de arrumação que fornecem estruturas coerentes para as coleções em relação direta com o espaço de disponibilização e as formas de acesso.

Quanto à abrangência, o procedimento de ordenação abarca a ordenação de documentos e a ordenação de metadados de documentos. A ordenação de metadados de documentos propõe arranjos de metadados que atuam como pontos de acesso aos registros dos documentos. Já a or-

[1] Departamento de Biblioteconomia / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Rio de Janeiro, RJ / Brasil / camilasilva@unirio.br

https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2.p83-119

denação de documentos consiste na acomodação espacial dos próprios documentos. Ambas têm por objetivo efetivar um arranjo por meio do qual cada documento ocupa um lugar no espaço.

A consistência e inteligibilidade dos arranjos são obtidas pela percepção de uma regularidade que orienta o arranjo formado, tornando seus usos mais simples e econômicos. Uma das funções da ordenação, se não a mais referenciada delas, consiste na facilitação da localização dos itens em dada coleção, especialmente relevante para a ordenação de documentos, uma vez que torna possível ir do registro ao documento (no caso de bases de dados, como catálogos de biblioteca ou outros tipos). Outra função consiste na gestão das coleções através da vinculação do processo às políticas de seleção, aquisição e descarte, bem como aos usos dos espaços e modos de armazenamento. Ao configurar uma forma de disposição das coleções, a ordenação desempenha, também, papel de orientação para a exploração das coleções pelos usuários. Os direcionamentos possibilitados pelo arranjo são resultado de um modo de leitura da coleção que opera como uma proposta de significação e, em função da proximidade de itens correlatos, viabiliza a serendipidade. O encontro que o usuário atribui ao acaso é plausível como consequência da intervenção mediadora do profissional bibliotecário expressa no arranjo.

Modelo de origem anglo-americana proposto na segunda metade do século XIX, o número de chamada é uma importante solução voltada à ordenação de documentos no contexto de bibliotecas e como conteúdo trabalhado nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil. Os primeiros debates em torno de sua elaboração ocorrem em território estadunidense e datam do último quarto do século XIX, sendo sua composição dada pela junção do número de coleção (*collection number*) com o número de classe (*class number*) e o número do livro (*book number*), este último constituído da conjugação entre a notação de autor (*author notation*) e a marca da obra (*work mark*) e outros elementos de individualização.

Mesmo que o uso do número de chamada como modelo voltado à ordenação de documentos seja comum, sua disseminação não foi acompanhada de uma verticalização da reflexão acerca de seus usos e estrutura. No Brasil, desde a década de 1950, algumas publicações seguem fazendo

menção ao tema, porém, parte dessas publicações contempla prioritariamente o estudo da classificação bibliográfica ou da catalogação, e outras, como a tabela PHA (1964), são orientadas à composição de notações de autor com base no modelo de notação de Cutter-Sanborn. Identificam-se publicações mais recentes, como o livro de Pinheiro (2007), os artigos de Caribé (2016, 2019) e o livro "A ordenação de documentos na atividade bibliotecária", publicado em 2016. Este livro foi produzido juntamente com dois colegas, em pesquisa desenvolvida e continuada em dissertação de mestrado (Silva, 2016) e tese de doutorado (Silva, 2022). Soma-se, também, trabalhos em eventos e artigos (Ortega; Silva, 2013, Ortega; Silva; Santos, 2016, Silva; Ortega, 2017a, Silva; Ortega, 2017b, Silva; Tolentino, 2018, Silva; Ortega, 2018, Silva; Carvalho; Martins; Ortega, 2020, Silva; Tolentino; Ortega, 2019, Silva *et al.*, 2020, Silva; Ortega, 2022). Estes estudos atestam a escassez de produções voltadas à temática na literatura em língua portuguesa do Brasil relativa à Organização da Informação. Na ausência de maior exploração do número de chamada como uma estrutura norteadora da materialização do processo, acabam invisibilizados usos que poderiam oferecer possibilidades mais ricas de exploração das funcionalidades do arranjo e do próprio modelo.

Assim, o presente trabalho objetiva discutir o número de chamada como modelo voltado à ordenação de documentos, com o fim de trazer para o público brasileiro literatura de língua inglesa que subsidia sua melhor compreensão e exploração. Para isto, foi realizada pesquisa teórica de caráter descritivo fundamentada na revisão de literatura em língua inglesa acerca do *call number* (número de chamada) e do *book number* (número do livro). Os levantamentos realizados partiram da primeira edição do periódico *Library Journal*, em 1876, nos Estados Unidos, e dos números subsequentes que deram espaço a discussões sobre o modelo. Além desse material, foram analisados os livros e folhetos, publicados pela *American Library Association* (ALA), principalmente durante a década de 1930, que sistematizaram e divulgaram o número de chamada, assim como a literatura das décadas de 1980 e 1990 publicada por autores indianos que desenvolveram abordagem histórica sobre o tema, particularmente quanto ao número do livro.

A proposta se justifica pela relevância de explorar literatura que, estando fora do eixo central das investigações no campo da Ciência da Informação, é pouco abordada no contexto brasileiro, a despeito de sua presença nas ações profissionais contemporâneas. Ademais, contribui para divulgar em língua portuguesa do Brasil a temática da ordenação de documentos, e, especificamente, o número de chamada, no que concerne à sua composição e na perspectiva das funções a que prioritariamente esse modelo visa responder. Portanto, discutir o modelo evidencia a relevância da ordenação de documentos como processo de Organização da Informação e permite explicitar que ele pode abarcar composições diversas e com alto nível de especificidade, as quais oportunizam sofisticar os arranjos e torná-los adequados às finalidades que buscam priorizar.

Para isto, seguindo-se à Introdução, o segundo tópico trabalha a descrição dos elementos basilares que caracterizam a ordenação de documentos como processo de Organização da Informação, retomando as funções a que ela está vinculada e os métodos que norteiam sua operacionalização. O terceiro tópico apresenta um panorama do surgimento e consolidação do número de chamada, particularmente a partir das discussões realizadas no *Library Journal*, no século XIX, contemplando questões terminológicas que acompanham distintos modos de compreensão do modelo. Já o quarto e último tópico pormenoriza os elementos constitutivos do modelo em relação aos objetivos privilegiados pelo arranjo. Por fim, o quinto e último tópicos apresentam as considerações finais do texto.

2 A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS

Para Jouguelet (1997), a ordenação de documentos é uma operação material de arranjo que situa fisicamente os documentos, colocando uns em relação aos outros. Segundo Calenge (2010), para as coleções de documentos, a ordenação consiste no modo de colocar em ordem tais documentos sobre ou dentro de um mobiliário. Trata-se, segundo Faria e Pericão (2008, p. 178), de uma arrumação que consiste na "disposição dos documentos nas estantes segundo uma forma lógica". Régimbeau (2013)

afirma que ela se traduz em um arranjo ordenado em relação direta com o espaço de disponibilização e acesso. Combot (2011), por sua vez, entende que a ordenação de documentos é o ato de colocar um documento em seu lugar sob as condições de armazenamento que lhe sejam adequadas.

Em termos gerais, pode-se entender que a ordenação de documentos consiste na materialização de um arranjo para coleções. Trata-se de promover a disposição física de documentos no espaço, orientada por atributos documentais que levam à priorização de certos objetivos em causa. O arranjo, portanto, depende da definição de um plano que conjugue operações de natureza intelectual, que projetam uma ordem para os documentos visando atingir determinados objetivos, com operações de natureza material, que inscrevem esta ordem na disposição concreta dos documentos no espaço.

2.1 Atributo documental: a base dos métodos

As propostas de ordenação de documentos estão baseadas na escolha de atributos que vão direcionar o método a ser empregado, estabelecendo a ordem conferida às coleções. Atributos como autoria, título, ordem de entrada, tamanho dos documentos, data de publicação, tipologia documental, assunto, proveniência são aqueles que recorrentemente são adotados como elementos que comandam a proposição dos arranjos. Em função do tamanho das coleções e da precisão requerida para o arranjo, vários atributos podem ser associados no processo de ordenação. De um atributo único ou de um conjunto articulado de atributos encadeados segundo determinada regra é estabelecida uma ordem a partir da qual os documentos serão arrumados no espaço. Assim, os documentos de uma coleção adquirem uma expressão linear que os sequencia em certa ordem.

Os métodos cronológico e alfabético possuem base sequencial alicerçada em atributos, cujo encadeamento determina uma sucessão baseada, respectivamente, em uma cronologia (1, 2, 3, 4, 5...) ou em uma sequência alfabética (A, Ab, Abi, Ac, B, Ba, Be, C, D...). Estes métodos estão

alicerçados em uma mesma base fundada na formação de uma fila única ou de várias filas paralelas que crescem orientadas por uma sequência em progressão linear: a relação concomitante de anterioridade e posterioridade é o que se institui entre cada um dos documentos ordenados. Dito de outro modo, configura-se uma matriz na qual os relacionamentos necessários entre os documentos estão submetidos ao mesmo padrão: a linearidade da disposição, cujo significado remete a uma relação de antes e depois. Neste caso, os atributos escolhidos para orientar o arranjo – ordem de entrada, data de publicação, autoria, título – via de regra, assumem valores representados por notações expressas em cadeias de caracteres numéricos ou alfabéticos que poderão ser arranjadas de acordo com sua posição em um sistema numérico inteiro ou um alfabeto.

De modo distinto, o método classificatório está baseado em atributos que viabilizam a formação de grupos articulados pautados em um conjunto hierárquico de classes e subclasses, compondo estruturas classificatórias mais ou menos complexas. A estrutura classificatória pressupõe a articulação do atributo em agrupamentos através de classes em relação de subordinação/superordenação e de coordenação. Embora se expresse também linearmente, a incorporação de documentos ao arranjo se dá sempre pela sua inserção dentro de um agrupamento que guarda relação com os demais, compondo uma hierarquia. Assim, para o método classificatório, está prioritariamente em questão a articulação entre classes e, por conseguinte, os documentos encontram lugar na estrutura prevista refletindo, entre si, maior ou menor grau de similaridade, conforme a proximidade ou distanciamento entre as classes que lhes foram atribuídas.

Pelo grau de sofisticação que permitem alcançar no relacionamento entre classes e subclasses, os sistemas de classificação bibliográfica se constituíram como o instrumento privilegiado para a ordenação de documentos pelo método classificatório. Como produz agrupamentos de documentos, mas não sequencia cada documento dentro do grupo, ao método classificatório correntemente são associados o método cronológico e o método alfabético, haja vista que estes são fundamentais para instituir a ordem dentro dos agrupamentos formados e individualizar os itens.

2.2 Do método aos sistemas de localização

A partir do método adotado, o lugar atribuído a um documento pode se referir tanto a um ponto preciso no espaço – caso da posição ocupada via método cronológico –, ou a mudanças de posição, como ocorre com os métodos alfabético e classificatório.

Quando o documento está fixado a um lugar a partir de coordenadas que indicam um ponto exato e imutável, temos os sistemas de localização fixa. Estes sistemas, como expõem Mann (1930, 1962) e Pinheiro (2007), são o modo usual de disposição dos documentos em instituições que priorizam a conservação material, privilegiando o armazenamento e interditando o livre acesso dos usuários às coleções. Herdman (1934) afirma que se trata da melhor forma de disposição para itens com os quais se deseja diminuir o manuseio, seja por fragilidade, valor ou conveniência. O código atribuído aos documentos deve, portanto, refletir este objetivo e, geralmente, é baseado na ordem de entrada dos documentos na coleção e na indicação do ponto exato de acomodação, conforme estante e prateleira ocupados.

Nos sistemas de localização relativa, o documento ocupa uma posição na coleção e esta posição é variável em função das relações que novas incorporações irão estabelecer com a coleção já espacializada (Prytherch, 2005). Assim, Herdman (1934) nos lembra que ao permitirem a incorporação, remoção ou troca de documentos em quaisquer pontos do conjunto, os sistemas de localização relativa estabelecem que a posição real na estante pode mudar, mas tais alterações não exigem a recodificação dos documentos. O documento ganha significado não apenas pelo lugar que ocupa, mas particularmente pela relação que sua classe estabelece com as demais classes que compõem a estrutura do sistema. O sentido conferido à posição de um documento se complexifica e amplia seu potencial de exploração quando observado a partir da lógica que configura o sistema como um todo. Com isto, oferta-se uma proposta de exploração intelectual da coleção, por meio do acesso direto às estantes pelos usuários.

A despeito da validade da última afirmação, importa considerar que cada sistema de localização e cada método apresentam sua própria inteligibilidade, de acordo com os elementos em jogo.

2.3 Composição e inscrição dos códigos

A designação do lugar de acomodação do documento poderá ser representada por uma marca, código ou notação, por meio da qual cada atributo documental é associado. Em português de Portugal e em francês, não se faz uso do termo código. Nestas línguas, cota e *cote* são, respectivamente, os termos adotados para indicar a marca que individualiza o documento em uma coleção (Cazabon, 2002; Faria; Pericão, 2008, p. 210, 661; Calenge, 2010, p. 192). Faria e Pericão (2008, p. 524) indicam que o número de chamada é um tipo de cota caracterizada pelo emprego de notações classificatórias associadas a elementos de individualização.

A cota indica, então, o pertencimento daquele documento à coleção e remete à posição que ele ocupa no conjunto. De igual modo, a atividade de atribuição de uma cota exclusiva aos documentos que defina sua posição nas estantes é identificada por termo próprio, sendo denominada no francês, de *cotation* e, entre os portugueses, de cotação (Faria; Pericão, 2008, Calenge, 2010, Cote, 2013). Realiza-se uma operação intelectual de composição da cota, balizada pelo estabelecimento da ordem dos atributos e dos símbolos/caracteres que os representam. Após a composição da cota para cada um dos documentos da coleção, tem-se a operação material de inscrição da cota no documento propriamente dito e de sua inserção no registro. Assim, a presença da cota no documento e em seu registro irá estabelecer o elo que permitirá chegar de forma direta do registro ao próprio documento disposto na coleção.

Via de regra, a afixação da cota se dá externamente ao documento na forma de uma etiqueta. Nos casos de coleções em que não possa haver interferências na materialidade dos documentos, como aqueles que requerem tratamento especial para fins de conservação, a cota pode ser repro-

duzida em tiras de papel inseridas nos documentos, nas jaquetas utilizadas para revesti-los ou nas caixas que os armazenam.

Como afirma Slavic (2009), quaisquer atributos documentais podem ser empregados como elementos para a concretização de um arranjo. Isto não significa, todavia, que todos os arranjos sejam igualmente úteis ou exequíveis, haja vista que devem ser levadas em conta as prioridades estabelecidas para o contexto em questão. Ademais, nem todas as propostas de ordenação de documentos precisam de cotas para se concretizar. Há soluções nas quais os documentos não recebem inscrições, como nos arranjos em bibliotecas pessoais ou livrarias. Nestes casos, é comum que apenas o espaço e o mobiliário sejam sinalizados, mas não os documentos individualmente.

2.4 Funções da ordenação

Dado o caráter pragmático da ordenação de documentos, esteja ela codificada ou não, ela irá desempenhar algumas funções, a saber: modo de leitura da coleção, gestão e localização (Ortega; Silva; Santos, 2016; Silva, 2022).

Como modo de leitura, a ordenação de documentos oportuniza ao usuário traçar percursos cujo trajeto foi sugerido pelo arranjo. Ao configurar um modo de disposição, a ordenação fomenta a apropriação da informação mediante oferta de caminhos de exploração. Segundo este entendimento, trata-se de apresentar um percurso que orienta a navegação pelos documentos. De modo aproximado, Hjorland (2007) afirma que a função principal da ordenação seria permitir o *browsing*. Calenge (2015) ressalta que a ordenação é uma disposição significativa, cuja conexão se configura enquanto paisagem e é estabelecida pela vizinhança instituída dentro da coleção, que cria itinerários e conexões originais entre os documentos e os usuários. A espacialização das coleções, segundo Verón (1989), comporta as decisões institucionais que podem, ou não, estar informadas por estratégias explícitas, mas se constituem inescapa-

velmente como uma enunciação da oferta. O autor acrescenta, ainda, que, como toda enunciação, a disposição espacial contém uma imagem do destinatário a que visa esta espacialização, trazendo em seu bojo hipóteses sobre seus interesses e expectativas.

Os arranjos podem, também, favorecer a gestão das coleções ao subsidiar políticas de seleção, aquisição e descarte (Silva, 2022). Quando ordenadas, as coleções podem ser avaliadas quanto ao equilíbrio de ocorrências de determinado atributo considerado, revelando pontos fortes, débeis e possíveis desequilíbrios. A este respeito, Sayers (1950) argumentava que os arranjos baseados nos sistemas de classificação bibliográfica, por exemplo, poderiam servir como meio de avaliação e adequação do perfil das coleções, já que auxiliariam o bibliotecário na identificação de lacunas e de coberturas robustas sobre determinado campo de assunto. Calenge (1994) lembra que os códigos atribuídos aos documentos podem ser utilizados como recurso bibliométrico para avaliação da composição e do uso das coleções, permitindo identificar tendências e alterações sobre elas. O arranjo fornece, também, com uso de métodos pertinentes, subsídio às decisões relacionadas aos usos do espaço e aos modos de armazenamento, considerando os suportes, tipologias, tamanhos e as previsões de crescimento das coleções.

Iniciativas neste sentido podem ser exemplificadas pelo *Research Library Group* (RLG) que desenvolveu a metodologia *Conspectus*. A fim de orientar a formação e o desenvolvimento de coleções por meio de sua cobertura temática, o modelo objetivava realizar avaliações comparadas e o estabelecimento de políticas de aquisição em rede (Abad Hiraldo, 1989, p. 50-51). No ano de 2001, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) publicou um documento por meio do qual explicava e atualizava a proposta desenvolvida pelo RLG e apontava a *Library of Congress Classification* (LCC) (Classificação da Biblioteca do Congresso, dos Estados Unidos) e a *Dewey Decimal Classification* (DDC) (Classificação Decimal de Dewey - CDD) como sistemas de classificação bibliográfica preferenciais para subsidiar as iniciativas baseadas na metodologia, que poderia, ainda, contar com outras formas de classificação. Assim, os documentos de uma instituição seriam avaliados conforme sua

concentração dentro das classes de um sistema de classificação bibliográfica, ou de uma outra proposta de classificação. Esta concentração seria espacialmente espelhada pela disposição da coleção no espaço e poderia ser examinada em função do nível de profundidade de cobertura e de sua composição idiomática. A disposição da coleção poderia indicar, portanto, o perfil da coleção, balizando projeções futuras quanto a seu crescimento (IFLA, 2001). Dessa maneira, o modelo é voltado para o planejamento de ações relativas ao mapeamento dos conjuntos documentais que permitem gerenciar a projeção de seu crescimento. Neste sentido, o arranjo elaborado conforme as orientações da metodologia colabora para a gestão do perfil das coleções e para a planificação dos espaços por elas ocupados.

A função de localização é aquela mais frequentemente referenciada pela literatura no português do Brasil e em inglês, em especial sob a perspectiva número de chamada (*call number*). Trata-se de acessar o registro e, a partir da cota que o acompanha, fazer a interligação entre ele e o arranjo, localizando o documento na coleção. Quanto à localização, conforme especificam Barden (1937), Herdmand (1947), e Lehnus (1978), a ordenação favorece: a retirada e o retorno dos documentos às estantes; a rápida identificação dos documentos quando inventários são realizados; e o acesso direto do usuário ao documento identificado por meio de consulta ao catálogo. Pode-se dizer que a função de localização torna mais certeiro ir do registro ao documento, encontrar certo agrupamento pela indicação de seu lugar ocupado no arranjo ou, ainda, inferir posições a partir de uma dada sequência de documentos.

3 Surgimento e consolidação do número de chamada: o modelo e sua terminologia

Em levantamento estadunidense, realizado no ano de 1893, em bibliotecas com 25 mil itens ou mais, Horace Kephart buscou identificar os esquemas utilizados para a ordenação dos livros nas estantes, a fim de detectar soluções que viabilizassem a cooperação entre essas instituições sem a imposição de uma uniformidade demasiada sobre elas. Após

examinar os dados das 127 bibliotecas identificadas, Kephart (1896) afirmou que o único consenso substancial se referia à ideia de que os livros deveriam ser ordenados nas estantes conforme o assunto de que tratavam, não mais cronologicamente, alfabeticamente ou por tamanho, como já havia sido praticado.

Na década de 1960, ao analisar esse levantamento, Thelma Eaton (1955) observou que 61 das 66 bibliotecas pesquisadas por Kephart adotavam nove diferentes sistemas de classificação bibliográfica já publicados, enquanto todas as outras, faziam uso de soluções classificatórias eminentemente locais. Em nova pesquisa realizada na década de 1960, também com bibliotecas de 25 mil itens ou mais, a autora trabalhou sobre uma amostra de duas mil instituições públicas e universitárias e constatou a manutenção da predominância do uso dos sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação. Porém, dessa vez, constatou-se a hegemonia do emprego da CDD, tendo em vista que 84,6% das instituições informaram adotar esse instrumento classificatório.

Como podemos observar, se no final do século XIX, as bibliotecas estadunidenses pesquisadas privilegiavam sistemas de classificação bibliográfica diversos ou soluções classificatórias locais, a década de 1960, Eaton (1955) aponta a prevalência da CDD.

De fato, na virada do século XIX para o XX, os debates sobre a estruturação e uso dos sistemas de classificação e sobre as estratégias para individualização dos itens dentro das classes foram bastante frequentes. Como aponta Slavic (2009), na segunda metade do século XIX, a defesa do acesso livre às estantes e os respectivos arranjos propostos para os documentos tornaram-se preocupação fundamental entre os modernos teóricos da Biblioteconomia de matriz anglo-americana. Se por um lado, conforme Miksa (1983) argumenta, o papel cultural das bibliotecas já estava estabelecido, uma melhor compreensão da importância dos bibliotecários para realizá-lo ainda era necessária à época. Isto porque, talvez excetuando as ideias gerais quanto aos objetivos das bibliotecas públicas e de sua estrutura organizacional, não havia atividade própria de bibliotecas que estivesse sistematizada e disseminada com expressiva uniformidade e padronização (Miksa, 1983). A ideia de semelhança entre as bibliotecas "não estava limi-

tada a ideais, objetivos e um senso de dever, todavia. Ela focava diretamente os principais procedimentos empregados por bibliotecários, tais como catalogação, ordenação, métodos de seleção e métodos de compra de livros" (Miksa, 1983, p. 60, tradução nossa). Neste sentido, assim como os demais processos de Organização da Informação, naquele momento, entendia-se que era necessário encontrar soluções que favorecessem e, principalmente, homogeneizassem a proposição de arranjos.

3.1 Debates que conduziram ao número de chamada

Fundado em 1876, um dos principais meios de registro dos debates em torno das experiências e tentativas de aprimoramento dos arranjos em sistemas de localização relativa foi o periódico *Library Journal*. A partir do último quarto do século XIX, autores como Biscoe (1885), Bliss (1910a, 1910b, 1912), Cutter (1878, 1879a, 1879b, 1879c, 1882, 1883, 1886, 1887), Dewey (1879a, 1879b, 1879c, 1886, 1898), Edmands *et al.* (1879), Olin (1893), Schwartz (1878, 1879, 1882a, 1882b, 1882c) e Swan (1886) publicaram nesta revista suas propostas para a individualização de itens dentro de classes, tendo por base sistemas de classificação bibliográfica. Esses autores também utilizaram seus artigos para confrontar posições e reformular orientações a partir das recomendações explicitadas nos demais artigos publicados no periódico.

Cutter, por exemplo, em artigo de 1878, reconhecia que sua concepção de uma tabela decimal para atribuição de notações de autor a partir de sobrenomes tinha nascido de uma análise conjunta do esquema de Schwartz e de Dewey. Os números utilizados por Cutter para a composição da marca do autor foram inspirados na tabela de Schwartz e a ideia de decimalizá-los teria partido do esquema classificatório proposto por Dewey (Cutter, 1878, 1879a, 1879b, 1879c). A versão preliminar da tabela de dois dígitos de Cutter, *Cutter's Two-Figure Author Table*, foi publicada em 1880 e a notícia de que ela se encontrava à venda foi divulgada no periódico nesse mesmo ano. Assim, sobrenomes, ou quaisquer palavras, poderiam ser convertidos em notações alfanuméricas.

A tabela de Cutter de dois dígitos era adequada para pequenas coleções, mostrando-se especialmente problemática para as bibliotecas grandes e aquelas com extensas classes de ficção e biografias (Barden, 1937), para as quais a notação de autor mostrava-se especialmente relevante dado o expressivo número de itens sob uma mesma autoria ou de sobrenomes coincidentes. Diante desse cenário, entre 1883 e 1891, a bibliotecária Kate Emery Sanborn (1860-1951), assistente de Cutter no Boston Athenaeum, trabalhou em uma nova versão da tabela com 3 dígitos decimais (Satija; Agrawal, 1996). O trabalho de Sanborn resultou em uma proposta bastante diferente da anterior, pois houve simplificação na estrutura de conversão dos sobrenomes de autor e maior uniformidade de uso. A *Cutter-Sanborn Three-Figure Author Table* foi publicada em 1896 e era praticamente independente da tabela anterior (Cutter; Sanborn, 1952, 1969).

A incompatibilidade entre a primeira tabela de Cutter e a tabela elaborada por Sanborn levou Cutter a produzir sua última versão, publicada em 1901, a *Cutter's Three-Figure Author Table* (Cutter, 1908). Todavia, Satija e Comaromi (1992) afirmam que a elaboração de uma nova tabela por Cutter deveu-se muito mais a uma tentativa de fazer frente ao sucesso obtido pela tabela elaborada por Sanborn do que efetivamente por uma preocupação do autor em estabelecer continuidade com a Tabela de Dois Dígitos. A nova tabela de Cutter não obteve grande adesão, além de ser marcada por grandes inconsistências no emprego das letras e números na notação, que a tornaram bastante variada a depender da inicial do sobrenome (Satija, 1990; Immroth, 1969).

John Edmands, bibliotecário da *Mercantile Library*, da Filadélfia, em um simpósio sobre o número do livro, realizado em 1879, afirmava ter tirado proveito da tabela de Schwartz para a determinação da notação de autor de seu sistema, fazendo apenas o acréscimo da inicial do sobrenome anteposta ao número extraído da tabela (Edmands *et al.*, 1879). Biscoe (1885) foi o contraponto à predominância dos arranjos alfabéticos dentro das classes, tendo publicado tabela destinada à disposição cronológica das obras dentro das classes segundo o ano de publicação. Swan (1886) publicou tabela equivalente às de Cutter exclusivamente dedicada a no-

mes geográficos, assim como Olin (1893) apresentou tabela específica para biografias coletivas.

Se a apresentação de propostas foi a tônica da passagem do século XIX para o XX, nos anos que se seguiram houve um esforço no sentido de sedimentar a operacionalização do modelo e difundir sínteses sobre ele. Na década de 1930, três publicações da ALA foram relevantes para a consolidação de boa parte das discussões acerca da composição do número do livro: *Introduction to cataloging and the classification of books*, de Margaret Mann (1930), *Classification: an introductory manual*, de Margaret Herdman (1934) e *Book numbers*, de Bertha Barden (1937). Nas obras de Mann (1930) e Barden (1937), são sistematizadas duas alternativas para a colocação dos documentos dentro das classes: o número do livro cronológico, a partir da data de publicação dos documentos, e o número do livro alfabético, a partir da conversão do cabeçalho em uma notação alfanumérica elaborada com base nas tabelas Cutter. A despeito da abordagem do número do livro de base cronológica, as autoras privilegiaram a apresentação de alternativas que permitissem a individualização dos documentos com emprego de marcas distintivas subsequentes à notação de autor elaborada a partir das tabelas Cutter. Assim, Mann (1930), Herdman (1934) e Barden (1937) compilaram estratégias operacionais para assegurar a unicidade do número de chamada pela incorporação de mais elementos ao número do livro, como emprego da inicial do título, recursos para indicação de edição, traduções, críticas e comentários.

Na obra de Barden (1937), foi apresentada parte significativa das discussões precedentes realizadas na virada do século XX na forma de um manual contendo orientações práticas, seguidas de exemplos, englobando diversas situações, como: o emprego do nome do biografado e não do biógrafo para o número do livro das biografias, alternativas para reunir a obra de um autor individual e a apresentação de tabelas especiais para autores prolíficos, como Shakespeare (Cutter, 1883), Milton e autores gregos e latinos (Cutter, 1886). Cabe assinalar que Barden fez indicações de que as tabelas especiais poderiam ser adaptadas para quaisquer autores cuja expressividade levava-os à condição de classe em um sistema de classificação bibliográfica e, portanto, de ser redundante a autoria individual como ele-

mento distintivo do número do livro. Neste sentido, compilações, edições, seleções, críticas, comentários, traduções, dicionários, ganhavam especial relevância e, por isso, demandavam codificação específica. Nestes casos, tem-se um claro exemplo de que tratar o número de chamada é manipular uma estrutura que, para sua funcionalidade, deve ser coesa e econômica.

Os elementos constitutivos da estrutura do número de chamada estavam sendo discutidos há mais de meio século, porém a síntese abrangente e que nos permite entendê-lo como modelo foi apresentada por Ranganathan, na *Colon Classification*, em 1933, e em *Prolegomena to Library Classification*, em 1937. Nessas obras, o número de chamada foi sistematizado de modo explícito como um modelo integral para a ordenação de documentos, conduzindo ainda à consolidação da terminologia, que passou a ser mais recorrentemente empregada. Conforme sintetiza Ranganathan, o número de chamada era resultado da notação produzida a partir da associação de classes de um sistema de classificação bibliográfica (*class number*), com elementos que auxiliassem na individualização dos livros (*book number*), podendo incorporar, quando pertinente, elementos que permitissem apartar parcelas da coleção do agrupamento principal (*collection number*). Na fórmula apresentada, o número de coleção, como elemento facultativo, encabeça o modelo. Assim, número de chamada = (número de coleção) + número de classe + número do livro.

Em língua inglesa, excetuando-se as reimpressões das tabelas de Cutter e Cutter-Sanborn, seguiu-se um longo período sem publicações especialmente direcionadas à discussão do número de chamada e, particularmente, sobre o número do livro. Esse quadro foi interrompido pelo livro de Lehnus *Book numbers: history, principles and application*, de 1980, acompanhado de perto pelo trabalho de Comaromi *Book numbers: a historical study and practical guide to their use*, de 1981, aos quais se juntaram as produções de Satija (1987, 1990, 1998, 2000) e de Satija e Comaromi (1992). Em seu conjunto, a produção destes autores apresenta um histórico das propostas de composição do número do livro, ressaltando as intensas discussões e reformulações que acompanharam de perto o desenvolvimento dos sistemas de classificação bibliográfica. Satija (1987, 1990), particularmente, chamou atenção para o fato de que sem uma história do

número do livro, a própria história da classificação bibliográfica não poderia ser compreendida. Esta visão ressalta que não se trata de estabelecer o que o livro é, mas antes, como destaca Herdman (1934), de considerar que o número de chamada organiza os livros nas estantes em relação a outros livros com os quais possui pontos em comum.

3.2 Questões terminológicas

Em coleções cujo acesso pelo público estava interditado, era comum que o código indicativo do lugar permanente ocupado pelo documento recebesse a denominação marca de estante (*press-mark* ou *shelf mark*). Ranganathan (1967) afirmava que, nestas bibliotecas, os leitores precisavam "chamar" pelo livro, derivando deste ato a denominação "número de chamada" (*call number*); essa denominação, portanto, não possui relação inicial com sistemas de localização relativa, como é o caso do modelo que posteriormente ficou conhecido como número de chamada. O dicionário Merriam-Webster (Call [...], 2022), no entanto, informa que o primeiro uso de *call number* teria ocorrido no ano de 1876, quando se deu a publicação da primeira edição da CDD, na qual Dewey fazia uso do termo e afirmava a localização relativa como solução adequada para ordenação de documentos em bibliotecas (Dewey, 1876).

Bliss (1910a, 1910b, 1912) refletiu sobre a terminologia associada ao *call number.* Fazendo uso do termo marca (*mark*), o autor afirmava que ela era composta pela marca de classe (*class mark*), responsável por agrupar os itens, seguida pela marca de ordem (*order mark*), cuja função era individualizar os itens dentro das classes. Bliss afirmava sua predileção pelo termo marca de ordem, pois ele seria mais indicativo de sua função, além de possuir como principal componente o número de ordem para autor, inspirado nas tabelas de Cutter (Bliss, 1910b). Dessa maneira, o autor questionava a imprecisão terminológica representada pelo uso do número de classe (*class number*) e pelo número do livro (*book number*). Com base nessa terminologia, apresentou o que denominava notação de livro simplificada (*simplified book-notation*). A partir da análise de alguns registros ex-

traídos do catálogo da ALA, de 1893, e que, segundo o autor, mantinham o mesmo padrão até aquele momento, Bliss buscou demonstrar em seu artigo que as marcas de ordem (*order mark*), elaboradas com o auxílio das tabelas de dois ou de três dígitos de Cutter, tornavam-se demasiadamente extensas para a função que deveriam cumprir. Segundo o autor, a ordenação dos livros nas estantes demandava a redução por completo da marca (*mark*) que designava individualmente cada livro na coleção.

Quanto à terminologia, Slavic (2009) trabalha a mesma adotada por Bliss, utilizando, adicionalmente, o termo marca da coleção (*collection mark*). As opções de Slavic (2009) e Bliss (1912) referem-se à maior abrangência e capacidade explicativa do termo *mark,* enquanto Satija e Comaromi (1992) argumentam que o termo *book number* é redutor por não abarcar outras tipologias documentais. O termo marca é menos frequente, porém representativo da função desempenhada por cada uma delas (marca da coleção, marca de classe e marca do livro) na composição do número de chamada, uma vez que permite abarcar quaisquer formas de notação, sejam elas numéricas, alfabéticas ou com emprego de símbolos.

Nos trabalhos de Barbosa (1962, 1969), Mey (1995), Mey e Silveira (2009) e Caribé (2016, 2019), que compõem boa parte da literatura em língua portuguesa do Brasil sobre a temática, o termo notação de autor é adotado em detrimento de número do livro. Nessas obras, o número de chamada é composto pela junção entre a notação de classificação e a notação de autor, facultando-se o uso de elementos distintivos adicionais à autoria pessoal, como a inicial do título, o que ultrapassa o sentido estrito do termo notação de autor.

Essa terminologia que adota o termo notação de autor, sobrepondo-se ao número do livro, ganhou bastante evidência com a tradução adaptada, para língua portuguesa, do livro *Signaturas libristicas: normas para su aplicacion en bibliotecas de habla hispana*, de Donald Lehnus (1978), que recebeu o título Notação de autor: manual para bibliotecas. Além da autoria não ser o único atributo a nortear a composição do número do livro, muito frequentemente o primeiro atributo escolhido é seguido de outros que, então, permitirão a individualização do documento dentro da classe. O termo *signatura librística* remete à parte do código

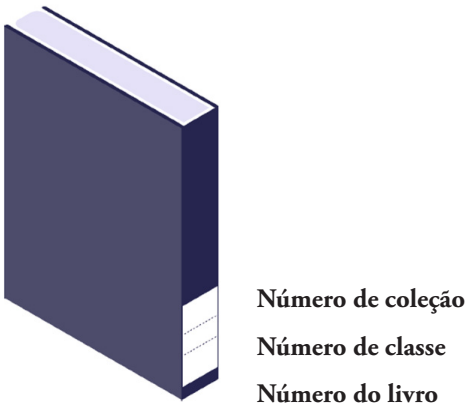
que tem por função individualizar os itens dentro de uma dada classe (ou seja, o número do livro), diferentemente da *signatura topográfica* que, segundo Barité (2015), refere-se ao código completo. Todavia, a tradução do livro para o português foi trabalhada de modo mais restritivo ao circunstanciar o uso da autoria para composição das notações construídas com as tabelas Cutter como guia para elaboração do número do livro. Considerando o número de chamada enquanto modelo, o que ocorreu foi uma falsa equivalência, pois uma das possibilidades de composição do número do livro acabou se sobrepondo às diversas possibilidades de operacionalização. Ademais, ocorreu uma compreensão equivocada das tabelas Cutter, tendo em vista que elas estão orientadas ao cabeçalho, conforme trabalhado pela catalogação, e não apenas para a autoria pessoal, como denota o termo notação de autor.

Por sua vez, os trabalhos brasileiros de Carneiro (1950), Araújo (1951) e Lentino ([195?], 1959, 1971) apresentam abordagem que entende o número de chamada como a associação entre número de classe (*class number*) e número do livro (*book number*), motivo pelo qual essa mesma abordagem foi adotada em Ortega, Silva e Santos (2016). Essa é a terminologia utilizada por Barden (1937), contemplando a possibilidade da colocação cronológica e alfabética dos documentos dentro das classes. Como já assinalado por Satija e Comaromi (1992), o termo número do livro (*book number)* não compreende outras tipologias documentais nem formas de notação não numéricas, porém o significado e as funções a que respondem cada uma das marcas são explorados de modo mais abrangente.

4 O NÚMERO DE CHAMADA: ESTRUTURA DO MODELO

Conforme estrutura proposta por Ranganathan na década de 1930 a partir das discussões realizadas, denominam-se os três componentes do número de chamada como: número de coleção, número de classe e número do livro.

Figura 1 – A estrutura do número de chamada



Fonte: elaborado pela autora.

4.1 Número de coleção: segmentação

O número de coleção é recurso que permite desmembrar uma coleção, segmentando-a. O número de coleção é anteposto ao número de classe e é recomendado quando se deseja separar frações de uma coleção ou criar coleções paralelas, a fim de que cada coleção integre um conjunto com características próprias.

Em Cutter (1882), o número de coleção foi trabalhado sob a possibilidade de se construírem bibliotecas paralelas (*parallel libraries*), apartando parcelas da coleção que, por algum motivo, exigiam tratamento diferenciado em relação ao todo. O autor apresentava como passíveis de configurarem bibliotecas paralelas: 1) livros muito utilizados e que, por isso, deveriam estar mais acessíveis na sala de empréstimo; 2) livros muito raramente requisitados que poderiam ser ordenados nos lugares mais remotos da biblioteca; 3) livros muito caros ou inapropriados para exposição nas estantes; e 4) folhetos avulsos que exigiam acondicionamento especial (Cutter, 1882). Particularmente, nos dois primeiros casos, é interessante observar a relação direta entre os usos da coleção, a gestão da coleção e, consequentemente, o manejo do espaço. Esta correlação nos aponta dire-

tamente para a política de desenvolvimento de coleções, em especial para aspectos relacionados ao desbaste e à necessidade de monitoramento dos usos feitos. Quanto ao aspecto material, cada uma das coleções criadas deve ser identificada por meio de uma marca anteposta ao número de classe, cuja função será agrupar todos os itens que a possuam.

Outros autores referem-se ao número de coleção como marcas de localização especial (*special location marks*), como é caso de Mann (1930), ou fazem menção exclusivamente à função de viabilizar coleções colocadas separadamente (*collections shelved separately*), como no caso de Barden (1937).

A despeito das variações nos termos empregados, a característica fundamental consiste no fato desse recurso permitir que grupos de documentos sejam arranjados em separado da coleção principal. Frequentemente, como aponta Mittal (1976), os atributos mobilizados para composição do número de coleção relacionam-se a elementos como o tamanho ou a tipologia, a raridade, a proveniência ou facilitação de uso, como no caso das obras de referência, da segmentação de domínios ou tópicos de interesse, de materiais adotados em disciplinas, entre outros.

4.2 Número de classe: formação de agrupamentos

A composição do número de classe é representativa dos agrupamentos formados, mormente a partir das notações extraídas dos sistemas de classificação bibliográfica, mas refere-se a qualquer proposta classificatória que preveja uma estrutura de classes coordenadas e subordinadas. O número de classe materializa espacialmente um quadro sistemático de termos relacionados que vincula os documentos a seu posicionamento na estrutura de classes para a organização das coleções, não ao lugar definitivo ocupado no arranjo, como ocorre nos sistemas de localização fixa. Com o número de chamada, torna-se possível compor uma associação planificada dos documentos distribuídos pelas classes. Deste modo, uma proposta de leitura da coleção baseada em agrupamentos hierarquizados e coordenados

é ofertada aos usuários que se orientam por meio das relações expressas na forma de um conjunto de enunciados espacializados.

Ranganathan (1951, p. 277, tradução nossa) argumenta que a classificação deve realizar a comunicação, quando afirma que "a comunicação não se completa a menos que sejam fornecidas facilidades [...]" que permitam organizar documentos e mantê-los em ordem útil. Para o autor, a linha de fronteira entre documentos irrelevantes e relevantes não é nítida e clara, pois vários graus de intensidade são possíveis tendo em vista o objetivo em causa. Dessa maneira, Ranganathan propõe os seguintes agrupamentos: um documento total ou intimamente relevante ocupa uma área chamada umbra, aqueles parcialmente relevantes se posicionam na penumbra, enquanto os totalmente irrelevantes estão numa zona alheia aos documentos de interesse. Para tornar os documentos mais facilmente apreensíveis, segundo Ranganathan (1951, p. 321, tradução nossa), "[...] eles devem ser organizados em uma ordem útil – ou seja, na ordem Alheio, Penumbra, Umbra, Penumbra e Alheio [...]". Deste modo, desenha-se uma parábola, na qual os documentos relevantes ocupam o centro e os outros documentos encontram-se espalhados em ambos os lados em ordem decrescente de relevância. Esse arranjo linearmente disposto é chamado pelo autor de APUPA.

A reprodução do padrão APUPA (Alheio – Penumbra – Umbra – Penumbra – Alheio) é associado ao arranjo classificatório nas estantes. Ao ordenar os documentos na ordem APUPA, a atividade classificatória se torna uma forma de comunicação intencional, condicionada ao emprego de um sistema de classificação bibliográfica e direcionada aos usuários. Nesse sentido, o número de classe realiza uma transformação do pensamento. Trata-se, segundo o autor, do primeiro uso da classificação no processo de comunicação, cujo "[…] transformador é o classificador [e] o meio é o Esquema de Classificação" (Ranganathan, 1951, p. 229, tradução nossa).

A especificidade ou a generalidade do número de classe atribuído a um documento implica a adoção e explicitação de uma proposta de leitura da coleção. Tal proposta exerce influência na definição dos atributos documentais que serão utilizados para fins de disposição dos itens dentro das classes. Por isso, o número de classe tem interferência direta sobre a

composição do número do livro, uma vez que, em razão dos atributos determinados em sua constituição, o número do livro será estruturado pautando-se no princípio da economia e a fim de evitar redundância. Pode-se dizer, portanto, que um número de chamada adequado depende fundamentalmente de uma combinação ajustada e parcimoniosa entre número de classe e número do livro.

4.3 Número do livro: a individualização

O número do livro exerce a função de individualização dos itens dentro das classes e, com isso, assegura que o documento possa ocupar seu lugar no agrupamento que lhe foi atribuído. Os atributos que compõem o número do livro frequentemente são: autoria, título, língua, ano de publicação, edição, tamanho do documento, número de entrada do documento na coleção, número de volume ou exemplar, indicação de obras compiladas, selecionadas, comentários, críticas, suplementos etc. A sequência de elementos que compõem o número do livro são: **notação de autor**, **marca da obra** e **outros atributos de individualização**.

A **notação de autor**, ou **número de autor,** indica o produto da conversão do sobrenome do autor em código. Uma forma de atribuir esta notação se dá por meio da menção nominal. Ela é conhecida como a solução mais simples de codificação do número do livro. Por meio dela, os valores dos atributos são abreviados. Nesse caso, nomes próprios, títulos, nomes geográficos, nomes de tradutores e biógrafos são abreviados a partir de suas três iniciais grafadas em letras maiúsculas a fim de compor a notação (BAR – Barbosa, GON – Gonçalves, INT – Introdução, SAN – Santos). Admite-se o uso de mais ou menos letras, especialmente para distinguir autores com sobrenomes similares, ou títulos iniciados por uma mesma palavra. A notação de autor é, por vezes, denominada **número de Cutter**, dada a difusão das tabelas de Cutter e Cutter-Sanborn, causando sobreposição da notação pelo instrumento adotado para sua construção. Todavia, vale ressaltar que a notação de autor nem sempre representa o nome do

autor do documento, como já foi dito. Ela pode ser elaborada com base no sobrenome do tradutor, no título do documento ou da coleção.

A **marca da obra** indica e sequencia, dentro de uma mesma classe, as diferentes publicações de ou sobre um autor, título ou nome geográfico. Cutter recomendava a adição, após a notação de autor, da primeira letra significativa do título da obra, daí a marca da obra ser identificada, também, como **marca do título**. Quando se deseja aproximar publicações relacionadas com outras, como as traduções, críticas, biografias, dicionários, comentários, etc, as publicações relacionadas devem manter a mesma notação de autor da publicação a que se referem, sendo seguidas de letras X, Y, Z, W que irão designar, cada uma delas, os diferentes tipos de relacionamentos.

Os **outros atributos de individualização** servem para indicar os diferentes volumes ou tomos, a edição ou ano de publicação e o número do exemplar.

As propostas para a composição do número do livro variaram quanto aos atributos privilegiados, embora, na literatura de língua inglesa, tenham predominado as soluções baseadas nas tabelas de Cutter.

Dentre as soluções apresentadas, uma delas indicava que o número do livro podia corresponder a uma sequência numérica (1 a ∞) que representasse a ordem de entrada dos itens em cada classe. Inicialmente, a ordenação por ordem de entrada dentro das classes foi considerada a mais adequada por Dewey (1886) por ser de elaboração simples, permitir rápida percepção dos itens faltantes na estante e mostrar, ao fim de cada classe, as últimas aquisições da biblioteca, embora nem sempre correspondessem aos livros mais recentemente publicados.

O número do livro de base cronológica também deu origem a tabelas que indicavam formas de codificar os anos do calendário cristão. A tabela de Biscoe (1885), por exemplo, prescrevia indicações para a transformação de anos em notações alfanuméricas abreviadas, mas cuja conversão tornava-se em algo de compreensão difícil. A tabela de Biscoe, neste caso, não conduz à necessária brevidade da notação, dificultando a compreensão e o potencial de apropriação.

Dentro das classes, o arranjo alfabético por autor também era considerado válido por Dewey (1876), pois sequenciava todos os livros a partir do nome associado à autoria, possibilitava a retirada e devolução do livro de forma simplificada, permitindo que a navegação dentro das classes se guiasse pela disposição alfabética. Dewey (1886) ponderava que, ao se optar pela ordenação alfabética dentro das classes, deveria haver correspondência entre a forma escolhida para o cabeçalho da ficha do catálogo alfabético e o nome empregado para fins de ordenação. Por sua vez, Cutter (1887, p. 251, tradução nossa), ao indicar a codificação do sobrenome do autor como elemento base para a composição do número do livro, ressalvava:

> [n]o caso de livros sem autor (obras anônimas, periódicos, publicações governamentais, etc.), a ordem alfabética é determinada pelo cabeçalho adotado para catalogação de acordo com as regras de Cutter para o catálogo dicionário. Nobres britânicos (exceto Lord Bacon) devem ser organizados por seus títulos, e pseudônimos notáveis (como Geo. Eliot, Mark Twain) devem ser usados em vez dos nomes reais. Na biografia, o nome do biografado deve ser usado em vez do nome do autor.

Edições subsequentes das tabelas Cutter, Sanborn (1952, 1969) ou da tabela de três dígitos de Cutter (1908) mantiveram tais indicações para a composição do número do livro, por vezes acrescido de exemplos de composição da notação.

Percebe-se que o modelo se consolidou e se disseminou com base em indicações que prescrevem certa uniformidade e cuja lógica está assentada numa correlação direta entre o cabeçalho da ficha principal e o atributo considerado para a composição do número do livro.

Barden (1937, p. 15) é explícita quanto à recomendação de que era necessário seguir "[...] a forma utilizada pela entrada principal no catálogo[...]." Lentino ([195?], p. 2) é bastante categórica ao afirmar que "o número do livro é SEMPRE tirado da ENTRADA PRINCIPAL da ficha do catálogo, isto é, nome do autor, do editor ou do título[...]". Consoante entendimento da autora, haveria complementaridade nos processos de

catalogação e classificação. Segundo ela, "aqui fica ressaltada a afinidade extrema que existe entre o catalogador e o classificador. Se a entrada principal do livro for mal escolhida, o número de chamada será também falho" (Lentino, [195?], p. 2).

As orientações dadas por Lehnus em seu livro Notação de autor: manual para bibliotecas seguem mantendo a correlação entre a escolha da entrada e a notação de autor quando ele indica que "usa-se a entrada principal para atribuir a notação de autor" (Lehnus, 1978, p. 20). Prado baseia-se explicitamente nas definições do Código de Catalogação Anglo-Americano e prescreve que se faça uso da primeira palavra significativa do título nos casos: "[...] de crônicas e obras literárias anônimas, de livros litúrgicos, de coleções antigas que entram pelo título etc" (Prado, 1984, p. 12). Cabe pontuar que a despeito de utilizarem o termo entrada principal, as afirmações de Barden (1937), Lentino (195?), Lehnus (1978) e Prado (1984) estão associadas ao conceito de cabeçalho, tendo em vista que se privilegia, para construção do número do livro, a combinação autor principal-título, ou apenas o título para os casos em que não se pode determinar o autor principal.

Em abordagem mais recente sobre a construção do número do livro, Satija (2008) indica ter clareza sobre a distinção acima apontada, uma vez que faz menção ao cabeçalho, quando explica que:

> para atribuir um número de Cutter, determine a primeira palavra do cabeçalho (pode ser um nome geográfico, um nome pessoal ou um nome coletivo, ou um título) e localize o número correspondente na tabela sob aquela letra. Quando o número for encontrado, ele deve ser precedido pela letra inicial do cabeçalho. (Satija, 2008, p. 112, tradução nossa).

Adicionalmente, é preciso observar o princípio que subjaz as opções de sequenciamento dentro das classes apresentadas por Bertha Barden (1937), o qual indica que o número do livro é influenciado pelo agrupamento em que ele ocorre, exigindo variações ou outras formas de ordenação, conforme as seguintes indicações: 1) para autores sobre os quais há poucos documentos publicados, emprega-se a notação de autor (*author*

notation) normalmente; 2) para autores prolíficos, empregam-se duas notações de autor sequenciais, distinguindo-se as publicações de um autor das publicações sobre esse autor; 3) para autores estrangeiros prolíficos, emprega-se a notação de autor, podendo estar limitada à letra inicial ou a um dígito das tabelas de Cutter; e 4) para autores com notação de classificação própria, a notação de autor é dispensável.

Para a composição do número do livro, os elementos mais comuns que sucedem a notação de autor são a marca do título ou da obra (*title or work mark*) e a marca da cópia ou edição (*copy or edition mark*). A marca da obra visa sequenciar em ordem alfabética os vários títulos escritos por um mesmo autor sobre uma mesma classe. Para isso, após a codificação do sobrenome do autor, indica-se o uso da primeira letra do título. A marca da cópia ou edição são indicadas por marcação numérica após a marca da obra, por ser dependente desta - 1, 2, 3... no caso das cópias e, frequentemente, o ano de publicação, no caso de diferentes edições.

Cutter (1887, 1891-1893, 1900, 1962) prescrevia ainda o uso de outras estratégias: a marca de várias cópias ou edições (*copy or edition when for many*); a marca de tradução (*translation mark*); marca de outras cópias da tradução (*other copies of translation*); marca de outra tradução (*translation by another hand*); marca de comentário ou trabalho ilustrativo (*commentary or illustrative work*); marca de dicionário (*dictionary*); marca de outro dicionário (*another dictionary*). Nos casos em que existissem várias cópias ou edições, a indicação da edição deveria ser feita com a transcrição completa do ano da edição e, havendo várias cópias de uma mesma edição, a indicação das cópias deveria ser sequencialmente marcada após o ano da edição correspondente (2, 3...). Procedimento parecido era recomendado para as traduções que deveriam ser marcadas pela letra inicial do idioma da tradução (I - inglês, P - português...). Nas situações em que houvesse mais de um documento de uma mesma tradução, depois da indicação do idioma, os itens deveriam ser sequencialmente numerados (2, 3...) e, caso houvesse mais de uma tradução, após a letra indicativa do idioma, deveria ser acrescentada a primeira letra do sobrenome do tradutor em questão. Se fosse desejável manter os comentários ou trabalhos ilustrativos junto das obras que os originaram, Cutter indicava a adição de uma nova marca

(Y), seguida, quando necessário, da inicial do sobrenome do comentador. A mesma indicação valia para os dicionários referentes a uma obra, adicionando-se a marca (Z) seguida, quando necessário, da inicial do sobrenome do autor do dicionário. De acordo com estes mesmos princípios, Cutter elaborou, ainda, tabelas especiais para a marcação de autores prolíficos, pensadas especialmente para os casos em que o autor é representado por uma classe, como na Literatura, por exemplo, e de grandes coleções de autores gregos e latinos clássicos (Cutter, 1891-1893). No caso dos autores prolíficos, por exemplo, adota-se apenas o número de classe do sistema de classificação, buscando-se pela brevidade do número de chamada e evitando-se a redundância de informações.

Em busca de contemplar necessidades locais e viabilizar notações mais simples, foram publicadas tabelas de notação de autor voltadas para os sobrenomes prevalecentes no contexto em questão, como as tabelas de Bashiruddin, em 1928, e da *National Library of India*, em 1961, para sobrenomes indianos (Satija, 2008), a tabela Málaga (Málaga, 1947) para sobrenomes em espanhol, e a tabela PHA, para sobrenomes comuns no contexto brasileiro (Prado, 1964).

Cabe notar que as indicações de composição do número do livro são heterogêneas, mas se dão dentro de uma base comum de princípios que privilegiou a indicação de uso das tabelas Cutter e Cutter-Sanborn.

5 Considerações finais

Em ambientes nos quais o contato direto do público com as coleções é almejado, o papel mediador desempenhado pelas coleções espacializadas ganha destaque. Ademais, cabe considerar que a espacialização das coleções pode e deve apoiar simultaneamente a gestão dos usos dos espaços e o planejamento da formação e do desenvolvimento das coleções, particularmente quanto aos processos de crescimento e desbaste de documentos.

Como modelo que implementa um sistema de localização relativa, o número de chamada tem a função primordial de assegurar a relação

entre os documentos, relação essa que ocorre de modo dinâmico à medida que a coleção cresce e novos documentos são inseridos no arranjo. Para isto, é indispensável que o modelo empregado para a ordenação de documentos seja entendido quanto à sua estrutura e às diversas possibilidades de manipulá-la em favor dos objetivos estabelecidos. O número de chamada promove o agrupamento a partir de uma estrutura de classes dentro das quais os documentos são sequenciados. Assim, o número de chamada só se materializa de forma coerente e planificada pela correlação entre o número de classe e o número do livro, valendo o mesmo para o número de coleção, a despeito de sua não obrigatoriedade. Definir os atributos norteadores para a composição das classes implica não os repetir no sequenciamento dos documentos, bem como avaliar e adicionar novos atributos que aumentem a capacidade auto informativa e propositiva do arranjo por meio do número do livro. Sendo assim, para sua funcionalidade, o número de chamada se assenta em uma relação complementar entre o número de classe e o número do livro, buscando-se evitar redundâncias, em favor da brevidade e da economicidade.

O número de chamada, como modelo para operacionalização da ordenação de documentos, bem como os instrumentos que o viabilizam, tiveram suas bases formuladas na virada do século XIX para o XX. Trabalhar a historicidade do número de chamada permite ampliar a compreensão de sua estrutura e, por conseguinte, compreender a relação intrínseca de dependência que os números de classe e do livro estabelecem entre si, o que é necessário para a elaboração de soluções avançadas e pertinentes aos usuários. A literatura sobre o tema, embora pequena, é bastante elucidativa quanto às alternativas já propostas, fornecendo base para a proposição das soluções mencionadas. Assim sendo, os usos contemporâneos devem se valer dos acúmulos logrados tendo em vista a necessidade de sua adequação aos objetivos almejados.

Mais do que localizar documentos no conjunto da coleção, como por vezes se resume o papel do número de chamada, é desejável que seja explorado seu papel mediador. A ação mediadora na ordenação realiza-se de maneira mais evidente via função de modo de leitura da coleção, pois ela se apresenta como proposta de percurso ofertados ao usuário em sua

atividade de navegação pelos documentos, permitindo a serendipidade. No entanto, todas as funções da ordenação – modo de leitura, localização e gestão – atuam juntas e de maneira articulada na promoção da mediação entre documentos e públicos.

Pensado como modelo e não como prescrição, o número de chamada abre múltiplas possibilidades de composição e associação entre os números de coleção, de classe e do livro na forma de enunciados. Ou seja, a articulação entre as partes da estrutura do número de chamada tem o potencial de evidenciar a enunciação dos arranjos. Dessa maneira, faculta-se aos usuários explorar relações que extrapolem a significação dos documentos tomados isoladamente.

Referências

ABAD HIRALDO, Ramón. Evaluar colecciones, compartir recursos: el programa Conspectus. **Boletín de la ANABAD**, Madrid, v. 39, n. 1, p. 47-56, 1989. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/798274.pdf. Acesso em: 2 maio. 2025.

ARAÚJO, Maria Emília Soares de Souza. Localização de livros. **Boletim Bibliográfico,** São Paulo, n. 18, p. 19-42, 1951.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Classificação**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1962.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1969.

BARDEN, Bertha R. **Book numbers**: a manual for students, with a basic code of rules. Chicago: American Library Association, 1937.

BARITÉ, Mario. Signatura topográfica. *In:* BARITÉ, M. **Diccionario de organización del conocimiento**: Clasificación, Indización, Terminología. Montevideo: CSIC, 2015. p. 140.

BISCOE, Walter Stanley. Chronological arrangement on shelves. **Library Journal**, New York, v. 10, n. 9-10, p. 246-247, 1885.

BLISS, Henry Evelyn. A modern classification or libraries, with simple notations, mnemonics, and alternatives. **Library Journal**, New York, v. 35, p. 351-358, 1910a.

BLISS, Henry Evelyn. A simplified alphabetic-order table. **Library Journal**, New York, v. 37, p. 71-74, 1912.

BLISS, Henry Evelyn. Simplified book notation. **Library Journal**, New York, v. 35, p. 544-546, 1910b.

CALENGE, Bertrand. (dir.). **Mettre en oeuvre un plan de classement**. Villeurbanne: Presses de l'ENSSIB, 2010.

CALENGE, Bertrand. **Les bibliothèques et le mediation des connaissances**. Paris: Éditions du Cercle de la Librarie, 2015.

CALENGE, Bertrand. Un outil de gestion des collections: les cotes de libre accès. **Bulletin des Bibliothèques de France**, Paris, v. 39, n. 6, p. 16-20, 1994. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1994-06-0014-002. Acesso em: 20 abr. 2025.

CALL number. *In:* MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY, [2022]. Disponível em: https://www.merriam-webster.com/dictionary/call%20number. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Notação de autor: sua história. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 121-135, maio/ago. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/28650/16207. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Ordenamento de documentos em bibliotecas: tipologia. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 29, n. 2, p. 125-144, abr./jun. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/44307/22776. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARNEIRO, Regina. Algumas observações para uso da notação na literatura. **Boletim Bibliográfico,** São Paulo, n. 16, p. 35-45, 1950.

CAZABON, M. R. Cote. *In*: FOUCHE, Pascal; PECHOIN; Daniel; SCHUWER, Philippe (dir.). **Dictionnaire encyclopèdique du livre**. Paris: Éditions du Cercle de la Librarie, 2002. p. 535.

COMAROMI, John Phillip. **Book numbers**: a historical study and practical guide to their use. Littleton: Libraries Unlimited, 1981.

COMBOT, Philippe. **Initiation aux techniques documentaires**. 2011. Disponível em: https://doc.dis.ac-guyane.fr/IMG/pdf/initiation_aux_techniques_documentaires.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

COTE. *In:* DICTIONNAIRE Enssib. Lyon: École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, 2013

CUTTER, Charles Ammi. Another plan for numbering books. **Library Journal**, New York, v. 3, n. 1, p. 248-251, 1878.

CUTTER, Charles Ammi. Arrangement and notation for Shakespeariana. **Library Journal**, New York, v. 9, n. 8, p. 137-139, 1883.

CUTTER, Charles Ammi. Author table for greec and latin authors. **Library Journal**, New York, v. 11, p. 280-289, 1886.

CUTTER, Charles Ammi. Classification on the shelves: with some account of the new scheme prepared for the Boston Athenaeum. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 7, p. 234-243, 1879a.

CUTTER, Charles Ammi. **Expansive Classification**: part I: the first six classifications. Boston: [s.n.], 1891-1893.

CUTTER, Charles Ammi. **Explanação das marcas de autor Cutter-Sanborn**: tabelas com três algarismos. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1962.

CUTTER, Charles Ammi. **Explanation of the alphabetic-order marks (three-figure tables)**. Northampton: Herald Job Print, 1908.

CUTTER, Charles Ammi. **Explanation of the cutter author-marks**: two-figure tables. Northampton, Mass: Herald Office, 1900.

CUTTER, Charles Ammi. How to get books, with an explanation of the new way of marking books. **Library Journal**, New York, v. 7, n. 7, p. 14-18, 34-35, 1882.

CUTTER, Charles Ammi. How to use Cutter's decimal author tables. **Library Journal**, New York, v. 12, p. 251-252. 1887.

CUTTER, Charles Ammi. Mr. Cutter defends his modifications of the Dewey plan. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 1, p. 17, 1879b.

CUTTER, Charles Ammi. Review notice of Winchester (Mass.): town library, class and author lists. **Library Journal**, New York, v. 4, p. 426, 1879c.

CUTTER, Charles Ammi; SANBORN, Katy Emery. **Cutter-Sanborn three-figure author table**. [Chicago, Massachusetts]: 1969.

CUTTER, Charles Ammi; SANBORN, Katy Emery. **Explanação das marcas de autor Cutter-Sanborn:** tabelas com três algarismos. Rio de Janeiro: 1952.

DEWEY, Melvil. Arrangement on the shelves - first paper. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 4, p. 117-120, 1879a.

DEWEY, Melvil. Arrangement on the shelves - second paper. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 6, p. 191-194, 1879b.

DEWEY, Melvil. **Classification and subject index for cataloguing and arranging the books and the pamphlets of a library**. Hartford: Case, Lockwood & Brainard Company, 1876.

DEWEY, Melvil. Eclectic book-numbers. **Library Journal**, New York, v. 11, n. 3, p. 296-301, 1886.

DEWEY, Melvil. Principles underlying numbering systems - first paper. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 1, p. 7-10, 1879c.

DEWEY, Melvil. **Simplified Library School Rules**. Boston: Library Bureau, 1898.

EATON, Thelma. Classification in College and University Libraries. **College & Research Libraries**, v. 16, n. 2, 1955, p. 168-176. Disponível em: https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/10911/12357. Acesso em: 20 abr. 2025.

EDMANDS, John; LARNED, J. N.; DEWEY, Melvil; CUTTER, Charles Ammi; PERKINS, F. B. Plans for numbering, with special reference to fiction. **Library Journal**, New York, v. 4, p. 38-47, 1879.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

HERDMAN, Margaret May. **Classification**: an introductory manual. 2 ed. Chicago: American Library Association, 1947.

HERDMAN, Margaret May. **Classification**: an introductory manual. Chicago: American Library Association, 1934.

HJORLAND, Birger. Order & ordering. *In*: HJORLAND, Birger. **Lifeboat in Knowledge Organization.** [*S. l.*: *s. n.*], 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20110711150122/http://www.iva.dk/bh/core%20concepts%20in%20lis/articles%20a-z/order.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

IFLA. Section on Acquisition and Collection Development. **Guidelines for a collection development policy using the conspectus model**. 2001. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-en.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

IMMROTH, Jonh Phillip. Cutter, Charles Ammi. *In:* ENCYCLOPEDIA of Library and Information Science. New York: Marcel Dekker, 1969. v. 2. p. 380-387.

JOUGUELET, Suzanne. Classement. *In:* CACALY, Serge. (dir.). **Dictionnaire Enclycopédique de l'information et de la documentation.** Paris: Édiyiond Nathan, 1997. p. 135-136.

KEPHART, Horace. Classification. *In*: DEWEY, Melvil (ed.). **Papers prepared for the world's library congress, held at the Columbian exposition**. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1896. p. 861-897. Disponível em: https://archive.org/details/paperspreparedf01dewegoog. Acesso em: 20 abr. 2025.

LEHNUS, Donald J. **Book numbers**: history, principles and application. Chicago: ALA, 1980.

LEHNUS, Donald J. **Notação de autor:** manual para bibliotecas. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

LENTINO, Noêmia. **Classificação decimal**: teórica, prática, comparada, exercícios e índices. São Paulo: Edições Leia, 1959.

LENTINO, Noêmia. **Guia teórico prático e comparado dos sistemas de classificação bibliográfica**. São Paulo: Polígono, 1971.

LENTINO, Noêmia. **Número de chamada:** função do número do livro. São Paulo: [*s. n.*], [195?].

MÁLAGA, Luis F. Reglas y tablas de notación interna. **Fénix:** Revista de la Biblioteca Nacional, Lima, n. 5, p. 130-160, 1947. Disponível em: http://revistafenix.bnp.gob.pe/index.php/fenix/article/view/301/1903. Acesso em: 20 abr. 2025.

MANN, Margaret. **Catalogação e classificação de livros**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

MANN, Margaret. **Introduction to cataloging and the classification of books**. Chicago: American Library Association, 1930.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução a catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Catalogação no plural.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MIKSA, Francis. Melvil Dewey and the corporate ideal. *In:* STEVENSON, G.; KRAMER-GREENE, J. (ed.). **Melvil Dewey**: the man and the classification. Albany, N.Y.: Forest Press, 1983. p. 49-100.

MITTAL, R. L. Call number and collection number: their implications on book arrangement. **Indian Library Movement**, India, v. 3, n. 1, p. 1-6, 1976.

OLIN, C. R. An order table for collective biography. **Library Journal**, New York, v. 18, n. 5, p. 144, 1893.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da. A ordenação de documentos como atividade de Organização da Informação: proposta de fundamentação e atualização. *In:* ENCONTRO IBÉRICO EDICIC 2013, 6., 2013, Porto. **Atas** [...]. Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 1618-1635.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **A ordenação de documentos na atividade bibliotecária.** Brasília: Briquet de Lemos, 2016. Disponível em: https://archive.org/details/OrdenaoDeDocumentosNaAtividadeBibliotecria. Acesso em: 20 abr. 2025.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. **A ordem dos livros na biblioteca**: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa. Rio de Janeiro: Interciência Intertexto, 2007.

PRADO, Heloísa Almeida. **Tabela PHA**: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação. São Paulo: T. A. Queiroz, 1964.

PRADO, Heloísa Almeida. **Tabela PHA**: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação. 3. ed., rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PRYTHERCH, Ray. Relative Location. *In*: PRYTHERCH, Ray (comp.). **Harrod's librarian's glossary and reference book**: a directory of over 10,200 terms, organizations, projects and acronyms in the areas of information management, library science, publishing and archive management. 10. ed. London: Ashgate Pub, 2005. p. 592.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Classification and communication**. Delhi: University of Delhi, 1951.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Prolegomena to Library Classification**. 3. ed. New York: Asia Publishing House, 1967.

RÉGIMBEAU, Gérard. Petit glossaire des notions centrales de ce numéro. **Hermès:** La Revue, Paris, v. 2, n. 66, p. 18, 2013.

SATIJA, Mohinder Partap. Book number and call number. *In:* ENCYCLOPEDIA of library and information science. New York: Marcel Dekker, 1990, v. 45, p. 18-45.

SATIJA, Mohinder Partap. **Book numbers**: Indian and Cutter. Viva Books: New Delhi, 2008.

SATIJA, Mohinder Partap. Classification: some fundamentals, some myths, some realities. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 25, n. 1-2, p. 32-35, 1998.

SATIJA, Mohinder Partap. History of book numbers. **International Classification**, Amritsar, v. 14, n. 2, p. 70-76, 1987.

SATIJA, Mohinder Partap. Library Classification: An Essay in Terminology. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 27, n. 4, p. 221-229, 2000.

SATIJA, Mohinder Partap; AGRAWAL, Suren P. **Book numbers (some Indian methods)**. 2nd rev., enlarged edition. New Delhi: Reliance Publishing House, 1996.

SATIJA, Mohinder Partap; COMAROMI, John Phillip. **Beyond classification**: book number (with special reference to chronological book numbers). New Delhi: Ess Ess Publications, 1992.

SAYERS, W. C. Berwick. **An introduction to library classification**: theoretical, historical and practical with readings, exercises and examination papers. 8th ed. rev. London: Grafton, 1950.

SCHWARTZ, Jacob. A "combined" system for arranging and numbering. **Library Journal**, New York, v. 3, n. 1, p. 6-10, mar. 1878.

SCHWARTZ, Jacob. A mnemonic system of classification. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 1, p. 3-7, 1879.

SCHWARTZ, Jacob. A new classification and notation. **Library Journal**, New York, v. 7, n. 7-8, p. 148-166, july/aug. 1882a.

SCHWARTZ, Jacob. Alphabetical versus logical classification. **Library Journal**, New York, v. 7, n. 9, p. 229, sept. 1882b.

SCHWARTZ, Jacob. Twenty-five plus ten versus thirty-five or ten. **Library Journal**, New York, v. 7, p. 84-85, 1882c.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **A ordenação como processo de Organização da Informação**: uma discussão (necessária) sobre classificação bibliográfica. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos**: propostas do século XIX e início do XX. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; CARVALHO, Matheus Aguiar de; MARTINS, Gabriela Braga Andrade; ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos como conteúdo curricular no curso de graduação em Biblioteconomia da UFMG e relato de proposta de disciplina. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 102-130, mar. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22655. Acesso em: 12 nov. 2025.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos no curso de Biblioteconomia da UFMG: notas sobre um conteúdo quase esquecido. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 3846-3866.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos como enunciação: o número de chamada e os sistemas de classificação bibliográfica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 117425, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.19132/1808-5245283.117425. Acesso em: 12 nov. 2025.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. Das propostas que antecederam o número de chamada: a ordenação de documentos nos manuais francófonos de biblioteconomia de meados do século XIX a 1930. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 4., 2017, Recife. **Anais** [...]. Recife: UFPE, 2017a. p. 15-25.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. Proposals that preceded the call number: shelf arrangement in the francophone manuals of Librarianship from the mid-nineteenth century to 1930. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 44, n. 8, p. 605-614, 2017b. Disponível em: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2017-8-605. Acesso em: 12 nov. 2025.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; TOLENTINO, Vinicius de Souza. FRBRizando as coleções a partir do número de chamada: uma aproximação possível. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2018. p. 271-285.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; TOLENTINO, Vinicius de Souza; ORTEGA, Cristina Dotta. Número de chamada e FRBR: um diálogo norteado por princípios da Organização da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 31, p. 1-12, abr. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e180052. Acesso em: 12 nov. 2025.

SLAVIC, Aida. Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions. *In*: SINGH, Jagtar; MALHAN, Indervir; KAUR, Trishanjit (Ed.). **Library and information science in digital age**: essays in honour of Professor Mohinder Partap Satija. India: Ess Ess Pub, 2009. v. 1, p. 257-285.

SWAN, C. H. Alfab.-order table for names of places. **Library Journal**, New York, v. 11, n. 4, p. 118, Apr. 1886.

VERÓN, Eliseo. **Espaces du livre**: perception et usages de la classification et du classement en bibliothèque. Paris: BPI - Centre Georges-Pompidou, 1989.

Epílogo

Sobre os processos e modelos de organização da informação abordados neste livro

Cristina Dotta ORTEGA

Neste texto final, elaboramos algumas questões sobre as pesquisas apresentadas, com a pretensão de fornecer subsídios para a consolidação deste livro. Esperamos, com isso, contribuir para sua melhor apreensão, embora cientes de que esse processo de apropriação pelo leitor não depende deste texto, mas pode ser fomentado por ele, tanto pelas convergências quanto pelas divergências estabelecidas em sua análise e crítica.

Para uma discussão sobre seu objeto – o processo da descrição –, Vinicius Tolentino apresentou uma proposta de níveis de manifestação do processo de descrição na Organização da Informação em seu Quadro 2, quais sejam: o teórico, o metodológico, o pragmático e o normativo, baseado em Ortega (2023). O esquema de segmentação da Organização da Informação em partes articuladas em ordem lógica foi discutido em vários textos dos autores dos capítulos e por mim mesma em trajetória de constituição descrita em Ortega (2023) e com última publicação em Ortega (2024, p. 175) da seguinte forma:

https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-673-2.p121-132

- plano abstrato: conceitual, metodológico, pragmático, normativo e tecnológico; e
- plano concreto: aplicado.

Todos os capítulos do livro problematizam o viés normativo como modo definidor dos processos e instrumentos da Organização da Informação, demonstrando a necessidade de superação do pensamento instaurado. Se os níveis normativo e tecnológico são os mais contingenciais dentre os presentes no esquema, a primazia da normatividade, em geral associada à tecnologia, mascara a abstração necessária à compreensão e operação avançada dos processos e instrumentos, fornecida pela elaboração conceitual, metodológica e pragmática. De fato, estes níveis precedem e sustentam os níveis normativo e tecnológico. Como dissemos, trata-se de um conjunto de abstrações (como indicado no nível abstrato do esquema), haja vista que estes níveis são presentes nas aplicações (que denominamos de nível concreto).

Essa distinção em níveis nos remete a outra que perpassa a todos eles: falar em Organização da Informação é, primordialmente, discorrer sobre seus processos. Desta maneira, os instrumentos são dependentes dos processos, já que cada tipo de instrumento se refere a um processo e tem sua origem nele, ainda que isso não fosse claro quando foram propostos. Trata-se de considerar, portanto, a precedência dos processos sobre os instrumentos. Mas, temos aí uma questão importante que muitas vezes se perde também na concretude de nosso pensamento: é preciso distinguir os tipos de instrumentos e os instrumentos concretos e, então, voltamos à validade da proposição do nível abstrato e do nível concreto como categorias de análise. Portanto, para cada processo, como o de descrição, indexação ou ordenação, temos tipos de instrumentos que lhes correspondem, ou seja, que respondem às suas especificidades, sendo utilizados para tal; neste caso, podemos mencionar, respectivamente, códigos de catalogação, tesauros e sistemas de classificação, entre outros.

Por esta razão, os autores trataram de processos, considerando que, instrumentos concretos, segundo certas tipologias relativas àqueles proces-

sos, foram produzidos e desenvolvidos no decorrer do tempo, portanto, sempre contingenciados pelos olhares e motivações de seus produtores.

Mais genéricos que os instrumentos, no entanto, são os modelos, que funcionam como propostas de operacionalização dos processos, e podem ser replicados, mas necessariamente apresentam abertura para implementação variada, a depender dos aspectos contextuais relativos aos documentos e públicos. Quanto a isso, Kobashi (1994, p. 99) afirma que, muitas vezes, as propostas de constituição de modelos realizam antes a sistematização do bom senso, por meio da explicitação das regras utilizadas inconscientemente pelo profissional, que a elaboração de regras explícitas, segundo a especificidade do processo. Calenge (1998, p. 17) corrobora a autora, esclarecendo que o modelo fornece um quadro de análise formalizada. Em acordo com esse raciocínio, Camila Silva desenvolveu a ideia de modelo em sua tese de doutorado sobre o processo de ordenação. Ela afirma (Silva, 2022) que o modelo está assentado em uma abstração que articula elementos constitutivos, funcionando como orientação à operacionalização, o que implica distinguir o modelo e a aplicação do modelo: o modelo fornece um plano genérico de referência, dado pelo nível de formalidade que lhe caracteriza, enquanto a aplicação do modelo consiste em sua operacionalização institucionalizada, pois, por sua particularidade, não alcança a generalização de um modelo.

Seguindo essa orientação é que os modelos foram discutidos pelos autores do livro, como é o caso do registro bibliográfico produzido na forma de uma entrada principal e de códigos para ordenação de documentos elaborados segundo o número de chamada.

A despeito da importância atribuída – e, muitas vezes, da obrigatoriedade (im)posta – aos trabalhos de pesquisa com propostas de solução a problemas de informação, entendemos que essas pesquisas aplicadas, assim como as próprias aplicações, necessitam da pesquisa sobre fundamentos para que se desenvolvam sob bases suficientemente sólidas.

A seguir, buscando analisar as abordagens apresentadas pelos autores, ressaltamos e questionamos suas ideias e posições, assim como analisa-

mos as questões observadas a partir das relações entre os capítulos, ou seja, do livro como um todo.

O primeiro ponto é questão que merece ser explicitada, haja vista que muitas vezes passamos despercebidos por ele. Trata-se do uso do termo Catalogação.

Como sabemos, há variação terminológica em qualquer área de conhecimento, mas é importante que se tenha domínio sobre ela, fazendo uso dos termos de maneira consciente e discriminada, a favor do aprimoramento dos conceitos. Ou seja, se nos colocamos à mercê do léxico adotado, navegaremos sem rumo. De outra maneira, devemos trabalhar na elaboração de conceitos, conscientes da variação terminológica existente. No caso do termo Catalogação, pontuamos aqui variação conceitual, ou seja, o termo é adotado para mais de um conceito. Nos capítulos deste livro, essa situação fica evidente. Vinicius assume a definição de Catalogação como aquela que é realizada essencialmente pelo processo de descrição e elaboração de pontos de acesso descritivos, que foi desenvolvida a partir da elaboração de catálogos em bibliotecas. Por sua vez, para Marcelo, trata-se de substantivo comum designador dos processos de produção de registros bibliográficos, portanto, não apenas relativos aos seus aspectos descritivos. Como ele informa em sua tese (Santos, 2019, p. 96), a expressão catalogação descritiva foi cunhada em relatório de 1940, produzido por Comissão, composta por especialistas, organizada pela LC para estudar Catalogação: neste relatório, uma das recomendações foi a de separar cabeçalhos de assunto e catalogação descritiva. Em outras abordagens, sob termos próprios, a divisão também se estabeleceu. A distinção adotada na literatura entre os processos descritivos e os processos temáticos é necessária para o desenvolvimento teórico e metodológico de cada grupo de processos, mas o cisma gerado tornou-se improdutivo, já que o registro do documento nunca o será de fato se não for levada em conta a articulação entre todos os elementos representativos do documento que, só dessa maneira, poderão 'falar' sobre ele. Por isso, permanece o uso de Catalogação em sentido amplo e no sentido dos aspectos descritivos, como os autores trataram em seus capítulos. O ponto seguinte relaciona-se a este cenário.

O segundo ponto apresentado segue como questionamento. Refere-se ao conceito de representação em Organização da Informação.

É produtivo tratar de Organização da Informação como um conjunto de processos sobre os documentos, realizados pelas etapas de leitura, análise, síntese e representação, haja vista tratar-se de abordagem fundamentada e recorrente em literatura consolidada, em geral sob a denominação Análise Documentária. Embora os estudos da Análise Documentária fossem centrados no processo de indexação, por ser este o processo central para a compreensão do conteúdo do documento, podemos dizer que as quatro etapas apresentadas – leitura, análise, síntese e representação – respondem por todos os processos documentários de Organização da Informação. Na pesquisa sobre Análise Documentária, cada etapa foi elaborada teoricamente em sua especificidade e pertinência e quanto ao sequenciamento e à articulação entre si. Os autores da Análise Documentária preconizam, como sugere o nome, a etapa da análise como fundamental para a elaboração rigorosa e adequada de conteúdos do documento que, então, são representados a partir de um instrumento documentário concebido para o sistema em questão. Essa representação, como produto, estaria mais próxima da linguagem do documento e da linguagem do público, pois a análise da qual depende sustenta-se em parâmetros linguísticos e contextuais. Na literatura, essas etapas são sistematizadas, por exemplo, no paradigma do processo documentário (P/PD), proposto por García Gutierrez, em 1992. Buscando por modelos formais que possam reger a atividade documentária, assim como sua implementação computacional, este autor (García Gutierrez, 1992, p. 28) propõe o seguinte esquema:

análise ◂▸ síntese ◂▸ representação ◂▸ recuperação

Portanto, diferentemente do esquema mais disseminado, García Gutierrez (1992, p 28-31): considera que a etapa de análise inclui a de leitura, pois se realiza a partir desta; aborda a etapa de síntese como uma operação de transformação e não apenas de redução a partir de escolhas; afirma que a etapa da representação contempla tanto as mensagens dos textos quanto

as demandas expressadas pelos usuários; e inclui a recuperação, objetivo da análise, como a confluência entre a estruturação do texto por parte do autor (de nossa parte: a representação do texto por parte do bibliotecário) e a busca de um texto por meio de interrogantes pelo usuário, considerando-se os significados envolvidos. Neste esquema, o autor ressalta a interação entre as etapas em ambos os sentidos, colocando em questão a recorrente abordagem linear da cadeia documentária. Como problematização à situação identificada naquele momento, García Gutierrez (1992, p. 21-33) aponta a constante confusão realizada entre métodos e normas, já que estas são usadas em um nível superficial no tratamento dos documentos, e não como parte do método, como codificação de um processo para resolver um problema que se repete com frequência, fornecendo regularidade a esse processo. Ele critica a compreensão e realização da etapa da representação como uma operação de codificação, baseada na coincidência de significantes. Como decorrência, o autor questiona o ensino e a prática predominantemente realizados sem atenção a métodos rigorosos de análise, priorizando-se a representação sob o entendimento de uma substituição de unidades lexicais do texto por unidades de uma linguagem documentária (classificatórias ou de indexação), unidades essas tomadas como meras etiquetas.

A representação ganhou proeminência pois, como última etapa do processo de organização da informação, é a que concretiza a informação organizada, ou seja, o produto, e porque, como abordagem empírica, já que reduzida a um processo de codificação destituído de significado, é aparentemente mais fácil de realizar. Tanto a representação como produto concreto quanto a codificação em abordagem empírica refletem o nível de abstração que ainda nos falta elaborar. É neste cenário que, na literatura brasileira recente, a representação é muitas vezes apresentada como a própria organização da informação ou como um processo separado desta. Como decorrência, é comum entender-se que a representação se refere tão somente à representação descritiva e à representação temática como processos adotadas em bases de dados.

Dessa maneira, questionamos os processos de Organização da Informação apresentados por Vinicius em seu capítulo como ‘representação’ e ‘ordenação’ (Figura 1), sendo o primeiro relativo à produção de

bases de dados em geral (como é o caso dos catálogos de bibliotecas) e o segundo relativo à produção de arranjos. Tendo em conta o que discutimos, podemos inferir que, na Figura 1 deste capítulo, a ordenação não seria um processo de representação. No entanto, os arranjos – como disposição de documentos ou de metadados de documentos – implicam conjunções e disjunções entre eles, que são elaboradas justamente como representação. Cabe afirmar que a ordenação é realizada por meio das etapas de leitura, análise, síntese e representação, como todo processo de Organização da Informação. Sendo assim, fazendo o exercício de estabelecer traços distintivos, propomos soluções denominativas dadas pelos nomes dos processos em relação aos produtos: produção de bases de dados e produção de arranjos. A partir daí, pode-se explorar os processos específicos que constituem a produção de cada um destes sistemas de informação e as funções que neles exercem. De fato, a questão apresentada refere-se a conteúdo da tese, defendida em 2021, sendo necessário revisão e desenvolvimento em pesquisas futuras, tendo em vista contribuir para a pesquisa brasileira; nela carece explicitar a função dos termos, pois eles devem ser adotados antes por vínculos com as ideias desenvolvidas que por adesão a um grupo de pesquisadores que os incorporou. Por sua vez, quanto ao capítulo do Vinicius, cabe mencionar, paradoxalmente, a questão central relativa à ênfase atribuída à normatividade como principal fator para o apagamento da descrição em seu processo de significação, a qual permitiria a comunicação com público. A continuidade da pesquisa do Vinicius poderia incluir também a exploração dessa situação, haja vista que, se no processo da indexação a análise foi estudada em profundidade na perspectiva de que o método deveria ser rigoroso e não empírico, na descrição, certas normas hegemônicas são usadas como método e não há discussão facilmente identificada a respeito.

O terceiro ponto a comentar sobre os capítulos remete ao conceito e função que Marcelo se propõe a resgatar – a entrada principal – e como ela se desenvolveu na literatura sobre o número de chamada, tratada por Camila.

Marcelo reconhece que o termo entrada principal é expressão associada a catálogos compostos por fichas catalográficas e que mais de um entendimento é atribuído ao termo. Segundo ele, há duas acepções mais

comumente adotadas para entrada principal. A primeira acepção de entrada principal é a de ficha completa do documento, composta com a descrição e pontos de acesso, o que inclui a indicação de pontos de acesso para a produção das demais fichas do documento, assim chamadas de fichas secundárias. Dessa maneira, essa ficha completa é chamada de entrada principal e as demais de entradas secundárias. A entrada, então, é a ficha catalográfica. Na segunda acepção, o termo entrada é adotado para referir-se ao cabeçalho da ficha, do que decorre que se fale em entrada principal como o cabeçalho da ficha completa do documento. Portanto, é comum que o termo entrada principal seja entendido como a ficha catalográfica completa do documento ou como o cabeçalho desta ficha catalográfica completa. No entanto, Marcelo desenvolve sua pesquisa, a partir de Lubetzky, para tratar da entrada principal como o registro da obra e sua manifestação, tendo em conta o conceito deste autor de catálogo completo, cuja função é a de instrumento de referência, exercida por discriminar e, ao mesmo tempo, relacionar obras e manifestações. Esta seria, então, uma terceira acepção de entrada principal, contudo, menos usual, ainda que fundamental à Catalogação.

Camila, por sua vez, faz referência à entrada principal porque o modelo número de chamada é baseado nela: como afirma, trazendo Noêmia Lentino ([195?], p. 2), "se a entrada principal do livro for mal escolhida, o número de chamada será também falho". Considerando as acepções de entrada principal existentes apresentadas por Marcelo, a pergunta que devemos fazer é: qual conceito Camila adota ao tratar da entrada principal? A questão fica clara na menção a Lentino ([195?], p. 2) quando ela afirma que o número do livro é tirado da entrada principal da ficha do catálogo que seria o nome do autor, do editor ou do título. Portanto, ao menos no caso desta brasileira, a entrada principal é o cabeçalho da ficha completa do documento, ou seja, refere-se à segunda acepção apresentada por Marcelo. A partir da leitura dos demais textos citados por Camila em seu capítulo, ela afirma que o uso do termo entrada principal por seus autores está associado ao conceito de cabeçalho, pois, na construção do número do livro adota-se em geral a combinação autor principal-título, ou apenas o título para os casos em que não se pode determinar o autor principal.

Dessa maneira, o modelo número de chamada, a despeito de sua capacidade organizativa e comunicativa, pautou-se por acepção restrita da função da entrada principal. Considerando o interesse em agrupar nas estantes os documentos que são manifestações de uma mesma obra, seria o caso de explorar em pesquisas futuras as implicações do uso de cabeçalhos (ou, atualmente, de pontos de acesso) nem sempre pertinentes às especificidades da produção documental no que tange às relações de derivação entre obra e suas manifestações.

Como quarto ponto, continuamos a tratar do número de chamada, agora destacando alguns de seus aspectos relevantes, uma vez que eles foram diminuídos ou mesmo distorcidos, particularmente no Brasil. O problema pode ser identificado a partir da terminologia adotada. Assim, como menciona Camila em seu capítulo, identifica-se na literatura em inglês a impropriedade do termo número de chamada e seus componentes: número de coleção, número de classe e número do livro, haja vista que seus elementos constituintes não se resumem a números. Provavelmente em função dos termos *press-mark* e *shelf mark*, que eram adotados para nomear o código de documentos em sistemas de localização fixa de acervos não abertos ao público, Henry Bliss adotou o termo *mark*. Ele propôs marca de classe (*class mark*) e marca de ordem (*order mark*), questionando a impropriedade de terminologia mais disseminada em que se adotava 'número' e atribuindo à última parte do código a ideia de ordem de nomes de autor. Para o código como um todo, alternativamente a número de chamada (*call number*), Bliss propôs, seguindo o mesmo raciocínio, o termo notação de livro simplificada (*simplified book-notation*). Um século depois, Aida Slavic adotou a proposta de Bliss, acrescentando o termo marca da coleção (*collection mark*).

No Brasil, é recorrente o uso de 'notação' e 'número', o que se complica no caso da adoção disseminada de 'notação de autor' quase como se ele fosse o próprio 'número do livro'; no entanto, aquele é uma parte deste. Mais que isso, o termo número do livro é praticamente desconhecido no Brasil, embora o modelo número de chamada do qual faz parte seja grandemente adotado. Como o número de coleção também nem sempre é explicitado, constatamos que a função do código fica comprometida, pois sua conceituação não corresponde à operacionalização, a despeito da elabo-

ração coerente e consistente realizada por seus proponentes. Mas, também no Brasil, precisamos fazer jus a nossa história esquecida: as autoras Regina Carneiro, Maria Emília Araújo e Noêmia Lentino trataram do número do livro em publicações da década de 1950, na cidade de São Paulo. Noêmia Lentino publicou em 1970 material mais extenso, mas, desde o anterior, traduziu o termo número do livro para língua portuguesa. Quanto à notação de autor, nestas publicações, encontra-se a explicação de que se trata de notação relativa à entrada da ficha principal (ou seja, ao seu cabeçalho, como tratamos), portanto, nem sempre remetendo ao autor. Seja como for, se a notação de autor não é o número do livro, pois este exige outros elementos distintivos propostos em ordem lógica na estrutura geral do modelo, cabe menos ainda restringi-la à 'notação Cutter', ou simplesmente 'Cutter', pois faltaria reconhecer a existência das muitas tabelas que foram produzidas em várias línguas, como a Tabela PHA, de iniciativa brasileira, demonstrando a diversidade cultural dos contextos documentários.

Como quinto e último ponto, voltamos ao conceito de entrada principal, e a função a que ela remete, para tratar do papel exercido pela ISBD nos capítulos do livro.

Vinicius observa a importância da formalização realizada na ISBD pois, nela, o acúmulo da área na produção de registros de bases de dados foi sistematizado, segundo elementos agrupados em áreas em uma certa ordem e com pontuação correspondente. Marcelo, por sua vez, apresenta um outro olhar, posterior, pois decorrente dos usos que foram feitos da ISBD. Ele demonstra, com base em Lubetzky, que a ISBD foi usada como argumento para o abandono da entrada principal para produção de registros bibliográficos completos em termos da representação das obras e suas manifestações e das relações entre elas, propondo-se, de outra maneira, registros únicos e simplificados sob cabeçalhos de título. Para Lubetzky, como apresenta Marcelo, tratava-se de um afastamento aventureiro dos ideais de catalogação defendidos pelos fundadores da profissão. A despeito disso, Marcelo avalia que a ISBD se mostrou frutífera, pois apresenta uma descrição formalizada, sob a qual deve ser acrescido o cabeçalho, representativo da obra, segundo a proposta de Lubetzky. Quanto à entrada principal discutida por Lubetzky, se ela era entendida como recurso superado

de uma catalogação em fichas, privilegiando-se o *modus operandi* típico da área de buscar por regras simplificadas para aplicação universal, não havia motivo algum para empregá-la, mas muitas razões para não observá-la.

Os três capítulos do livro congregam conceitos sobre processos e modelos como constructos sócio-históricos, os quais, por meio de argumentos e críticas, sustentaram sistematização e discussão concernente a aspectos centrais da Organização da Informação. A abordagem conceitual-terminológica nos fornece condições para compreender os objetos com maior profundidade, atribuindo-lhes o sentido que nos instrumentaliza para a pesquisa, a docência e a prática profissional.

As pesquisas apresentadas evidenciam que falta conhecer a produção intelectual de nosso campo, para então reconhecer que ela foi longe...

Espero que tenham aproveitado a leitura. Ficamos, todos nós, na expectativa de críticas e trocas.

Referências

CALENGE, Bertrand. Peut-on définir la Bibliothéconomie?: Essai theórique. **Bulletin de Bibliothèques de France**, n. 2, p. 8-20, 1998.

GARCÍA GUTIERREZ, António. **Análisis documental del discurso periodístico.** Madrid: CTD-Centro de Tratamiento de la Documentación, 1992.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

LENTINO, Noêmia. **Número de chamada:** função do número do livro. São Paulo: [*s. n.*], [195?].

ORTEGA, Cristina Dotta. Categorias fundamentais da Organização da Informação: do conceitual, metodológico e pragmático ao normativo e tecnológico. *In*: TOGNOLI, Natália Bolfarini; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de, CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (org.). **Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos**: desafios e perspectivas na era da datificação. Londrina: ISKO Brasil; PPGCI-UEL, 2023. p. 18-28.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Organizar para socializar**: a função social da mediação documentária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

SANTOS, Marcelo Nair dos. **Fundamentos estruturais do registro bibliográfico**: revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **A ordenação como processo de Organização da Informação**: uma discussão (necessária) sobre classificação bibliográfica. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

Sobre o livro

Catalogação na Publicação (CIP)
Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

Normalização
Laura Akie Saito Inafuko
CRB-8 9116
Ana Carolina Miguel Giometti

Capa e diagramação
Gláucio Rogério de Morais

Produção gráfica
Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Morais

Assessoria Técnica
Renato Geraldi

Oficina Universitária
Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

Formato
16 x 23cm

Tipologia
Adobe Garamond Pro

2026

ISBN 978-65-5954-672-5